

Universidade de Brasília

Instituto de Relações Internacionais

Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais

André Mendes Pini

**A DESCOLONIZAÇÃO DA NAMÍBIA: AS NEGOCIAÇÕES
DIPLOMÁTICAS MULTILATERAIS E A GUERRA DE
INDEPENDÊNCIA**

Brasília

2014

André Mendes Pini

**A DESCOLONIZAÇÃO DA NAMÍBIA: AS NEGOCIAÇÕES
DIPLOMÁTICAS MULTILATERAIS E A GUERRA DE
INDEPENDÊNCIA**

Dissertação apresentada ao Instituto de Relações Internacionais da Universidade de Brasília como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Relações Internacionais

Área de concentração: História das Relações Internacionais

Orientador: Pio Penna Filho

Brasília

2014

André Mendes Pini

**A DESCOLONIZAÇÃO DA NAMÍBIA: AS NEGOCIAÇÕES
DIPLOMÁTICAS MULTILATERAIS E A GUERRA DE
INDEPENDÊNCIA**

Dissertação apresentada ao Instituto de Relações Internacionais da Universidade de Brasília como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Relações Internacionais

Área de concentração: História das Relações Internacionais

Orientador: Pio Penna Filho

Aprovado em ____/____/____

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Pio Penna Filho

Instituto de Relações Internacionais

Universidade de Brasília

(Orientador)

Prof. Dr. José Flavio Sombra Saraiva

Instituto de Relações Internacionais

Universidade de Brasília

Prof. Dr. Sidney Ferreira Leite

Centro Universitário Belas Artes de São Paulo

Prof. Dr. Virgílio Caixeta Arraes

Departamento de História

Universidade de Brasília

(Suplente)

Dedico este trabalho a todos que me ajudaram e deram o suporte necessário para a sua conclusão, em especial, minha querida e dedicada mãe, Vera Lúcia de Toledo Mendes.

RESUMO

O longo processo de descolonização da Namíbia prolongou-se até o ano de 1990, resultando na vitória do Partido do Povo do Sudoeste Africano, a SWAPO, na primeira eleição democrática realizada no país. A história da Questão da Namíbia confunde-se com a própria história do partido, tendo em vista a participação intensa que a SWAPO teve tanto nas negociações multilaterais internacionais quanto na Guerra de Independência travada a partir de 1963. O presente trabalho analisa o processo de descolonização da Namíbia, a partir do final da Segunda Guerra Mundial, quando se configura a ocupação ilegal do território namibiano pela União Sul-Africana, levando em consideração todos os aspectos relacionados às negociações multilaterais conduzidas ao longo das décadas posteriores, principalmente no âmbito da Organização das Nações Unidas, assim como a dinâmica interna do Sudoeste Africano e a conjuntura internacional na qual a Questão se inseriu. A conjunção dessas análises permitiu concluir que a condução do processo de descolonização da Namíbia pelas vias diplomáticas redundou num processo de burocratização da Questão, que serviu aos interesses dos países ocidentais interessados na manutenção da presença sul-africana na região, enquanto a Guerra de Independência, travada pela SWAPO, foi uma disputa assimétrica entre a guerrilha namibiana e o poderoso exército sul-africano, a qual, no entanto, exerceu pressão internacional para que a Questão da Namíbia fosse solucionada.

Palavras Chave: Namíbia; SWAPO; Descolonização; África; África do Sul; Sudoeste Africano.

ABSTRACT

The long process of Namibia's decolonization was extended until the year of 1990, resulting in the victory of the South West Africa People's Organization, SWAPO, in the first democratic elections held in the country. The History of Namibia's quarrel intertwines with the history of the party itself, taking into account the intense participation that SWAPO had both in international multilateral negotiations as in the War of Independence, waged since 1963. This paper analyzes the process of decolonization of Namibia , since the end of World War II, when the illegal occupation of Namibian territory by the South African Union was configured, taking into consideration all the aspects related to the multilateral negotiations conducted over the subsequent decades, especially within the United Nations, as well as the internal dynamics of the South West Africa and also the international context in which the quarrel was inserted. The conjunction of these analyzes showed that the conduction of the process of Namibia's decolonization through diplomatic channels resulted in a process of bureaucratization, that served the interests of Western countries interested in maintaining the South African presence in the region, while the War of Independence, waged by SWAPO, was an asymmetric contest between the Namibian guerrillas and the powerful South African army. However, the War of Independence brought international pressure on the resolution of the Namibian quarrel.

Keywords: Namibia; SWAPO; Decolonization; Africa; South Africa; South West Africa.

Lista de abreviaturas e siglas

AAC - Autoridade Administrativa Central

ACNUR - Agência da Organização das Nações Unidas para Refugiados

ADT - Aliança Democrática de Turnhalle

AGE - Assembleia Geral Especial

AG - Assembleia Geral das Nações Unidas

ANC - Congresso Nacional Africano

CIA - Central Intelligence Agency

CIJ - Corte Internacional de Justiça

CS - Conselho de Segurança das Nações Unidas

EUA - Estados Unidos da América

FLS - Países da Linha de Frente (Front Line States)

FNLA - Frente Nacional para a Libertação de Angola

Frelimo - Frente de Libertação de Moçambique

GC - Grupo de Contato

MPLA - Movimento Popular pela Libertação de Angola

NAPDO - Organização Democrática do Povo Nama

NSGTs - *Non Self-Governing Territories*

ONU - Organização das Nações Unidas

OUO - Organização do Povo da Ovambolândia

OUA - Organização da Unidade Africana

PLAN - People's Liberation Army of Namibia

PM - Primeiro Ministro

Renamo - Resistência Nacional Moçambicana

SAAF - Força Aérea Sul-Africana

SADF - Força de Defesa Sul-Africana

SAP - Polícia Sul-Africana

SWANU - South West Africa National Union

SWAPA - South West Africa Progressive Association

SWAPO - South West Africa's People Organization

SWASB - Corpo Estudantil do Sudoeste Africano

SWATF - South West African Territorial Force

UNITA - União Nacional para Independência Total de Angola

UNTAG - Grupo de Assistência à Transição da ONU

URSS - União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

SUMÁRIO

Introdução.....	1
1. O Cenário Internacional do Pós-Guerra	10
1.1 A África em evidência	10
1.2 A ONU e a descolonização	12
1.3 O Mandato Sul-Africano.....	18
2. Os Atores Internos e a Guerra de Independência	23
2.1 O Sudoeste Africano e a Presença Sul-Africana.....	23
2.2 A Conjuntura Política do Sudoeste Africano.....	26
2.3 A SWAPO.....	31
2.4 A Guerra de Independência	34
2.5 Os vínculos da SWAPO com o comunismo.	40
2.6 Articulações Sul-Africanas	46
3. A Abordagem Multilateral	50
3.1 A Questão da Namíbia na ONU.....	50
3.2 O Reconhecimento Internacional da SWAPO.....	60
3.3 A Atuação da SWAPO na ONU	61
3.5 A criação do Grupo de Contato	64
3.6 As complexas negociações multilaterais	72
4. O Desfecho da Questão da Namíbia.....	82
4.1 A atuação norte-americana e suas consequências.....	82
4.2 Os impactos do Engajamento Construtivo e do Linkage na Questão da Namíbia	87
4.3 As condições para a independência	90
5. Conclusão	Erro! Indicador não definido.
6. Referências	Erro! Indicador não definido.

INTRODUÇÃO

O longo processo de descolonização da Namíbia, concluído apenas em 1990, possui diversos aspectos extremamente complexos, que já o tornariam, por si só, objeto de estudo muito denso para trabalhos acadêmicos de quaisquer disciplinas. No entanto, no âmbito das relações internacionais, o processo de descolonização do Sudoeste Africano demonstra-se um assunto ainda mais pertinente, principalmente por sua imensa complexidade. A Questão da Namíbia engloba temas como genocídio, apartheid, diplomacia, colonialismo, mas o que o torna, de fato, singular, é o fato de ser a última herança do Sistema de Mandatos da Liga das Nações.

A Questão da Namíbia insere-se em uma conjuntura que extrapola o embate entre a Organização do Povo do Sudoeste Africano (SWAPO) e a África do Sul, vinculando-se a interesses geopolíticos de potências ocidentais no continente africano, sob a lógica bipolar do sistema internacional da Guerra Fria, tendo sido a Liga das Nações e, posteriormente, a Organização das Nações Unidas (ONU), o palco principal para o início, desenvolvimento, e solução da querela.

A delimitação temporal do trabalho restringe-se ao período pós-Segunda Guerra Mundial, com a criação da ONU em 1945, até 1990, quando a Namíbia obteve sua independência formal. Apesar de a história namibiana remontar também à colonização alemã, estabelecida após a Conferência de Berlim de 1885, dando origem ao Sudoeste Africano Alemão, o lapso temporal de praticamente um século não se demonstraria conveniente à execução de uma Dissertação de Mestrado nos moldes propostos. Com efeito, a intenção é avaliar o processo de descolonização da Namíbia desde 1945, o momento em que a União Sul-Africana manifesta oficialmente sua intenção de não se retirar do Sudoeste Africano perante a recém criada Organização das Nações Unidas e seu Conselho de Tutela. Essa recusa unilateral deslegitima sua presença na região e consolida a definição do território do Sudoeste Africano como em situação colonial, mesmo sob oposição internacional.

A descolonização do Sudoeste Africano esteve presente na agenda internacional ativamente ao longo dos 45 anos entre o fim da Segunda Guerra Mundial e a independência do país, sendo a manutenção da presença sul-africana na região justificada sob diferentes alicerces ao longo do tempo. Buscando-se compreender de maneira profunda esse processo, o primeiro capítulo analisará o cenário internacional no imediato pós-guerra, focando,

inicialmente, na compreensão acerca de como a Organização das Nações Unidas (ONU) se estruturou e como o território do Sudoeste Africano se inseriu nesse contexto, cabendo sua administração à União Sul-Africana.

O segundo capítulo abordará os atores internos presentes na Questão da Namíbia e a Guerra de Independência conduzida a partir de meados da década de 1960. Será feita uma análise dos impactos da presença sul-africana no território do Sudoeste Africano, assim como da conjuntura política na região, que levaria à fundação da Organização do Povo do Sudoeste Africano (SWAPO), seu principal partido. Buscar-se-á, posteriormente, a identificação, nesse contexto, do impacto da luta de independência promovida pelo povo da Namíbia e sua relação com as articulações sul-africanas em âmbito internacional, a fim de manter sua presença na região e postergar, ao máximo, a sua independência.

Avaliar-se-á no terceiro e quarto capítulos como a Questão da Namíbia foi abordada no âmbito multilateral, incluindo uma análise do processo de reconhecimento e atuação da SWAPO perante a comunidade internacional. Esses capítulos também irão abordar como ocorreram as negociações multilaterais que redundariam na independência do país em 1990, identificando quais atores atuaram de forma positiva em relação à busca desse objetivo e quais atores cooperaram para postergar esse processo, de forma a identificar seus distintos interesses e analisar a conjuntura internacional que os levou a assumir tais posturas. Complementando o trabalho, analisar-se-á a política externa norte-americana no período, e como ela estabeleceu suas relações com Pretória, o que garantiria o apoio ocidental aos sul-africanos ao longo das décadas seguintes.

No imediato pós-Guerra, a presença da União Sul-Africana no território do Sudoeste Africano insere-se em uma conjuntura na qual as potências ocidentais resguardam seus interesses coloniais por meio do arcabouço normativo da ONU. O Parlamento inglês cede o Mandato sobre o território namibiano a Pretória, que, posteriormente, recusa-se a entregá-lo ao Conselho de Tutela. Tendo em vista que a ONU passaria a representar as demandas anticolonialistas à medida em que a descolonização ganhava força e os novos países independentes se tornavam membros da entidade, a África do Sul pôde ocupar o território vizinho, administrando-o como parte de seu território, e lá implementar o sistema de apartheid. Esse período sinaliza também a consolidação da parceria entre a África do Sul e os EUA, de acordo com seus interesses econômicos e políticos convergentes, relacionados,

principalmente, à exploração dos recursos minerais da Namíbia, o que garantiria o apoio necessário para a postergação do processo de independência do Sudoeste Africano.

Apesar de o período em questão ter representado a ascensão da descolonização africana, principalmente durante os anos de 1960, busca-se compreender os motivos pelos quais a Namíbia não obteve também nesse momento sua independência. Avalia-se, nesse primeiro período, as principais dinâmicas do processo de descolonização africano, as questões internas da presença sul-africana na região e sua estratégia de expansão regional, assim como a falta de execução de medidas coercitivas por parte da Sociedade Internacional¹, apesar da pressão exercida pela Assembleia Geral (AG) da ONU, cuja agenda passava a incluir, gradativamente, temas de interesse das ex-colônias asiáticas e africanas, essencialmente anticolonialistas.

A Questão da Namíbia desenrolou-se ativamente no seio da ONU, por meio de uma série de conselhos e comitês especializados, no entanto, apesar de a Organização ter demonstrado seu comprometimento com o povo namibiano, não possuiu força o suficiente para pressionar, de fato, a África do Sul a se retirar do território. Uma singularidade do processo de descolonização da Namíbia foi o fato de a SWAPO, principal representante do povo namibiano, ter recorrido inicialmente à diplomacia, pleiteando sua causa sucessivamente no seio da ONU, sendo o início da Guerra de Independência promovido apenas em meados dos anos de 1960, como uma maneira de demonstrar sua decepção com a abordagem multilateral à Questão. A SWAPO objetivava, assim, pressionar a Sociedade Internacional a dar atenção à querela, tendo em vista a nova ameaça à paz e segurança internacionais que ela representava.

A partir de 1975, após a descolonização das ex-colônias portuguesas, a Questão da Namíbia sofre um intenso recrudescimento, devido, principalmente, às disputas ideológicas, inserindo-se ativamente nas competições vinculadas ao ambiente dicotômico Leste-Oeste da Guerra Fria. Esse período é marcado pelo imenso anacronismo da presença colonial sul-africana no território da Namíbia, uma vez que conceitos como a autodeterminação já tinham

¹ O conceito de Sociedade Internacional utilizado ao longo do presente trabalho remete à Escola Inglesa e a definição de Hedley Bull, o que requer uma breve explicação. De acordo com essa teoria, a Sociedade Internacional corresponde a um conjunto de Estados que seguem as mesmas regras e atuam concertadamente em instituições criadas voluntariamente, de modo a definir o ordenamento internacional, o que atenuaria os efeitos da anarquia inerente ao Sistema Internacional. Para maiores informações checar *A Sociedade Anárquica*, de Hedley Bull.

se consolidado perante a Sociedade Internacional, redundando nas inúmeras descolonizações, tanto na África quanto na Ásia. A Organização das Nações Unidas foi a entidade responsável por zelar e garantir esses direitos, se necessário, recorrendo a sanções previstas em seu Capítulo VII, caso a paz e segurança internacional fossem ameaçadas.

A presença colonial sul-africana na Namíbia, a partir de então, continuou a ser abordada e discutida de forma multilateral, no entanto o lócus principal dessas negociações consolidou-se fora do âmbito da ONU, majoritariamente, como forma de atenuar o constrangimento dos países ocidentais, devido à pressão exercida por aquele órgão no tocante à descolonização. Com participação ativa dos Estados Unidos da América, Alemanha Ocidental, França, Reino Unido e Canadá, é estabelecido o Grupo de Contato (GC), que passa então a centralizar as discussões acerca do tema, com o objetivo de implementar as resoluções da ONU no tocante à Questão. É patente que a atuação do GC na Questão foi atenuada pela falta de interesse de alguns desses países em pressionar, de fato, pela independência da Namíbia de forma mais acentuada, principalmente depois de a descolonização tardia das ex-colônias portuguesas redundar em governos de esquerda.

A África do Sul, no período, consolidou o discurso que identificava o regime de *apartheid* enquanto forte elemento anti comunista na região, configurando sua atuação em território namibiano como essencial na contenção ao comunismo, principalmente devido à ajuda militar das tropas do Movimento Popular de Libertação de Angola à Organização do Povo do Sudoeste Africano (SWAPO, 1985). Durante o processo de negociação multilateral da independência da Namíbia, a estratégia adotada pela África do Sul para postergar o resultado final e evitar sanções na ONU se baseou na recusa da SWAPO em retirar seus combatentes do território da Namíbia durante o processo eleitoral, tendo em vista que o exército sul-africano se manteria também no local, assim como a negociação de Walvis Bay, que acabou por não ser incorporada ao território em um primeiro momento.

A desconfiança da SWAPO perante a diplomacia enquanto instrumento que conduziria a Namíbia à independência é compreensível, tendo em vista a falta de ação efetiva das potências ocidentais, que postergaram a utilização de recursos disponíveis para pressionar a África do Sul até o último momento, como as sanções no âmbito da ONU. No entanto, a SWAPO gozava de reconhecimento perante a Sociedade Internacional como único e solene representante do povo da Namíbia, tendo que conciliar seu foco na luta armada com a participação nos tabuleiros internacionais de negociação.

A descolonização da Namíbia, todavia, seria questão de tempo. Disputas políticas internas enfraqueciam o regime do *apartheid*, que também sofria diversas pressões internacionais. A queda da URSS também serviria para deslegitimar a presença de Pretória em território namibiano, uma vez que ela era justificada perante a comunidade internacional pela ameaça que o comunismo representava em toda África Austral. Ao longo do trabalho discute-se muito qual o papel que as negociações multilaterais tiveram na Questão da Namíbia, em contrapartida aos esforços militares empreendidos pela SWAPO, ponderando-se quais aspectos foram mais influentes no processo, os militares ou os diplomáticos.

Devido ao extenso caráter histórico que o presente trabalho possui, uma série de dificuldades apresentaram-se durante a sua elaboração, principalmente relativos à seleção das fontes e bibliografia - em sua maioria, composta por fontes secundárias, como livros e artigos - o que possui relação direta com a trajetória histórica desse longo processo de descolonização. A historiografia da Questão da Namíbia confunde-se com o processo de libertação em si, tendo em vista que a história contada sob a ótica sul-africana diferencia-se imensamente daquela sob a perspectiva namibiana, principalmente por ser escrita já a partir dos anos de 1970, em um período em que ainda não havia se atingido o desfecho da Questão.

A ocupação sul-africana no território da Namíbia teve como principal antagonista a SWAPO, a Organização do Povo do Sudoeste Africano, que atuou na ONU ativamente e empreendeu a Guerra de Libertação, a partir de 1966, sob a atuação de seu braço armado, o Exército de Libertação do Povo da Namíbia (PLAN). A historiografia das disputas entre namibianos e sul-africanos confunde-se, muitas vezes, com propaganda para cada um dos lados, principalmente quando se analisa os aspectos militares da disputa, tendo em vista que muitos dos trabalhos pretensiosamente históricos acerca da Questão foram escritos por ex-combatentes de ambos os lados. Esses relatos foram analisados, na verdade, como fontes primárias, pois são eivados de sentimentos, paixões e experiências singulares de oficiais que atuaram em campo, dificilmente atingindo o distanciamento que se espera de um trabalho histórico.

O presente autor não acredita na suposta neutralidade positivista que muitas vezes é cobrada dos acadêmicos no campo das relações internacionais e, principalmente, da história. Ao escrever sobre um tema tão delicado quanto a descolonização africana - e, no caso, a longa descolonização da Namíbia - torna-se mais difícil ainda manter uma postura neutra perante os fatos em si: a ocupação ilegítima por décadas de um território vizinho, por parte de um regime

racista como o sul-africano, somado ao fato de a comunidade internacional ter sido, por décadas, conivente e tolerante com essa ocupação. Portanto, se faz necessário essa introdução acerca dos debates historiográficos em que o presente autor se deparou durante a realização desse trabalho, buscando balancear os diferentes pontos de vista, e sabendo que a maioria das obras consultadas se inserem em uma determinada perspectiva, longe de ser neutra.

Apesar dos sentimentos intensos que o presente tema desperta, é dever do historiador buscar um distanciamento e, também, uma certa dose de crítica perante o seu objeto de estudo. Esse dever se configura como um desafio ainda maior tendo em vista o material bibliográfico disponível acerca da Questão da Namíbia, principalmente devido ao fato de que, no pós-independência, o governo da SWAPO decidiu-se por escrever uma "história oficial" acerca das vicissitudes do período.

A história "oficial" da Questão da Namíbia enfatiza e glorifica o papel da SWAPO no processo de descolonização, exaltando o combate ao elemento estrangeiro invasor e a vitória do partido após longos anos de persistência na causa. A SWAPO, portanto, seria a grande responsável pela vitória do povo da Namíbia, após 45 anos de disputas, sendo o principal protagonista na expulsão das tropas sul-africanas e da construção da atual Namíbia. Essa perspectiva fica explícita na obra "Nasce Uma Nação: A luta de libertação da Namíbia", editada pelo Departamento de Informação e Publicidade da SWAPO em 1981, consolidando, mesmo no pós-independência, a ideia de que a luta da SWAPO representava a luta do povo da Namíbia pela libertação, tendo sido ela a principal ferramenta pela qual o país foi fundado, relegando a diplomacia a mera coadjuvante nesse processo. Autores como Saunders, no entanto, questionam o papel, de fato, da luta armada no processo de descolonização da Namíbia: "[...] *But for all the symbolic significance of the armed struggle, was it the war itself that brought independence? Might it not even be that the way the war was fought contributed to the long delay before that goal was reached?*" (SAUNDERS, 2004).

Sam Nujoma, principal liderança da SWAPO nos anos de luta pela independência, Presidente da Namíbia entre 1990 e 2005, e considerado o "*founding father*" de seu país, foi um dos grandes responsáveis por essa consolidação da história oficial, tendo também escrito suas memórias acerca do processo, exaltando não somente o papel de seu partido, mas também o seu papel individual como líder inquestionável "[...] *We pursued policy with vigour and determination until the final victory. The national liberation war was increasingly*

effective. Every year we made more progress until 21 march 1990 when genuine freedom and independence were achieved" (DU PISANI, 2007).

Fica clara a opção da SWAPO por atenuar o papel da diplomacia e das negociações em âmbito internacional nesse processo, o que constitui um grande desafio ao historiador que pretende analisar a Questão da Namíbia, principalmente do ponto de vista das relações internacionais, pois se deve balancear e ponderar qual a relevância, de fato, das lutas internas realizadas pela SWAPO, e qual a relevância das negociações multilaterais para a independência do país. É interessante, nesse sentido, analisar a obra do diplomata alemão Hans-Joachim Vergau, "*Negotiating the Freedom of Namibia: The diplomatic achievement of the Western Contact Group*", em que o próprio título atribui o papel principal da conquista da independência da Namíbia ao Grupo de Contato (GC). Tendo sido parte da delegação alemã no GC, Vergau escreve: "[...] *The Namibia initiative of the Western five achieved its objective in 1990: an end to the fighting, South Africa's withdrawal and Namibia's independence with a democratic constitution based on the rule of law. [...]*" (VERGAU, 2010).

É interessante analisar a diferença entre os posicionamentos de Sam Nujoma, líder revolucionário, e do Sam Nujoma, representante da SWAPO na ONU. Apesar do imaginário revolucionário que ele buscou atribuir ao seu papel na independência da Namíbia, enfatizando a luta armada em detrimento da diplomacia, Sam Nujoma teve posturas bastante moderadas no âmbito internacional, mantendo-se alinhado à ONU, principalmente a partir da metade da década de 1970, aceitando as demandas de cessar-fogo da entidade e o controle das eleições do país pela Organização Internacional. O posicionamento mais brando de Nujoma perante a ONU claramente se deve ao apoio que a Organização Internacional deu à SWAPO, principalmente a partir de 1973, quando o partido é reconhecido como o autêntico representante dos interesses do povo da Namíbia. Também é muito interessante analisar que a SWAPO, logo após sua fundação, priorizou inicialmente a busca pela independência por vias pacíficas, atuando ativamente na ONU e em seus Comitês especializados, optando pela solução armada somente a partir de 1966, após frustrarem-se com as sucessivas falhas da diplomacia em solucionar a Questão da Namíbia junto à África do Sul por vias diplomáticas.

É compreensível, no entanto, que grande parte da historiografia escrita durante os anos do conflito tenha como objetivo divulgar e denunciar ao mundo a situação a que o povo namibiano era submetido, e que era negligenciada em âmbito internacional. Portanto, ao se analisar as obras estudadas, deve-se ter muito cuidado e também compreensão, para que não

se efetue análises e críticas anacrônicas quanto a eventuais tendências ideológicas expressas, conquanto seja necessária sempre a ponderação acerca de quem é o autor dos textos e como ele se insere perante a Questão da Namíbia.

Os métodos violentos utilizados pela África do Sul na ocupação do Sudoeste Africano afetavam não somente aqueles engajados na luta de independência, mas, principalmente, a população civil do território ocupado, que vivia constantemente aterrorizada por torturas, assassinatos e prisões arbitrárias, sob a alegação de cooperar com a SWAPO. Esta, por sua vez, não assistia ao massacre de sua população de forma passiva, também aderindo à utilização de métodos violentos de tortura e aprisionamento de oficiais sul-africanos, espões e até mesmo de opositores dentro do próprio partido, principalmente no campo de Lubango em Angola. Essa faceta da história da Namíbia é ignorada e atenuada em grande parte dos livros e relatos, principalmente os "oficiais". A SWAPO justifica essas práticas como sendo apenas uma resposta necessária, em iguais proporções, à violência sul-africana no território do seu país. O então Presidente, Sam Nujoma, chegou a discursar em rede nacional criticando e definindo como "falsa história" o lançamento do livro *"Namibia, The walls of silence: The dark days of the liberation struggle"* dos autores canadenses Colin Leys e John Saul, que questiona diversos aspectos da história oficial, citando a "faca de dois gumes" no que se refere à atuação violenta contra dissidentes por parte da SWAPO nos campos de Lubango, em Angola.

O grande aspecto negativo dessa história definida como "oficial" é o imenso caráter político e partidário que ela adota. Terence Ranger, ao escrever sobre a historiografia do vizinho Zimbábue, denomina esse processo como a escrita de uma "História Patriótica", em que são criados mitos e heróis nacionais, sob aspectos maniqueístas, focando não somente na demonização do elemento estrangeiro, mas também na dos adversários políticos dissidentes internos, os quais devem ser "denunciados" como "traidores da nação" (RANGER, 2004).

Cristopher Saunders expõe sua preocupação com a historiografia da Questão da Namíbia:

"I am concerned both with the writing on that struggle while it continued and with post-independence writing, for writing before independence influenced what came after. From what perspectives has the Namibian conflict been written about? Is Namibia following the Zimbabwean path to "patriotic" history?" (SAUNDERS, 2007).

Escrever acerca do processo que conduziu o Sudoeste Africano à independência ainda é um desafio do ponto de vista histórico, sendo que grande parte das obras dedicadas ao tema advém de indivíduos que participaram do processo em algum momento, seja por vias militares, políticas ou diplomáticas. No entanto, um dos principais especialistas no tema é um ex-militante da SWAPO, que posteriormente se dedicou à carreira acadêmica, Peter Katjavivi, responsável por importantes obras acerca da história do país e de seu partido, abordando temas delicados como a crise institucional que a SWAPO viveu em meados dos anos de 1970 (SAUNDERS, 2007).

Na Namíbia, a comunidade acadêmica ainda não desenvolveu total autonomia perante a história oficial, devido, principalmente, à manutenção da SWAPO no governo desde a independência, além disso, a elite intelectual namibiana ainda é pequena, e a luta pela independência do país ainda é uma história muito fresca e dolorida no imaginário de boa parte da população. São escassas as boas análises críticas acerca do processo histórico namibiano por parte de sua própria academia, o que é dificultado pelo pouco material disponível e, sobretudo, devido à pouca transparência da SWAPO, que não permite, ainda hodiernamente, o acesso a seus arquivos, localizados em Windhoek (SAUNDERS, 2007).

O presente trabalho, portanto, analisa criticamente o processo de descolonização do Sudoeste Africano, buscando identificar a influência das iniciativas multilaterais internacionais, seja no âmbito da ONU ou de ações paralelas, como o GC, ponderando, concomitantemente, o impacto dos atores internos que conduziram o processo de independência. Com efeito, a conjuntura histórica será muito relevante à análise da Questão da Namíbia, seja no tocante às disputas Leste-Oeste ou da descolonização africana como um todo. Busca-se realizar uma análise ponderada, tendo em vista as fontes disponíveis e suas limitações, para que, desse modo, a compreensão e análise acerca da Questão da Namíbia seja feita de forma consistente.

1. O Cenário Internacional do Pós-Guerra

1.1 A África em evidência

A Segunda Guerra Mundial foi o evento que marcou, definitivamente, a história do século XX e definiu a ordem internacional que iria reger as relações internacionais ao longo das décadas seguintes ao seu desfecho. As lógicas de poder refletidas nesse ordenamento ainda são visíveis hodiernamente, principalmente ao se analisar as estruturas da Organização das Nações Unidas (ONU), criada em 1945. Dentre suas vastas consequências, pode-se afirmar que a Segunda Guerra Mundial atraiu as atenções globais para o continente africano, tendo em vista que a África fora tragada para o conflito e foi o palco de diversas batalhas. No entanto, a Segunda Guerra Mundial não redundaria somente na atenção prestada à África pela comunidade internacional, mas também colocaria em evidência, para a população do continente africano, o papel de seu continente perante o restante do mundo.

Até o início da Segunda Guerra Mundial, apenas quatro países africanos detinham a independência, sendo que pouco contribuíam para incentivar a África Negra a aspirar por sua liberdade. A África do Sul era controlada por uma elite branca, a Etiópia fora ocupada desde 1935 pela Itália, a Libéria era considerada um protetorado norte-americano e o Egito se inseria mais como parte do Oriente Médio (BORSTELMAN, 1993). A presença colonial ainda era um fator muito marcante no continente, o que iria começar a perder força a partir do início do conflito mundial.

A intensa participação de contingentes africanos, alistados por todo o continente, e sua decisiva participação nos exércitos europeus que derrotariam italianos e alemães, fizeram milhões de africanos entrar em contato com a cultura ocidental, obtendo acesso a educação, treinamento e experiências antes inacessíveis. Tendo sido convencidos de que lutavam pela liberdade, ao final do conflito esses africanos voltariam a seus países convencidos de que podiam aplicar esses ideais também a eles. Essa parcela da população que lutara na Segunda Guerra Mundial se juntaria a outros jovens africanos, que compunham uma parcela da população que estudara nos EUA e na Europa, consolidando a base social do que viria a se tornar os movimentos nacionalistas africanos posteriormente (BORSTELMAN, 1993).

Durante a Segunda Guerra Mundial a África crescera em importância também perante os aliados devido a aspectos estratégicos. A "Guerra Total" que se encaminhava demandava um volume imenso de matérias primas, que passaram a ficar mais escassas a partir do controle

nazista de quase toda Europa e do controle japonês sobre o sudoeste asiático. A solução para a obtenção desses materiais foi se recorrer à África, aumentando a importância estratégica desse continente perante o conflito. A África chegou a produzir, no período, 90% do diamante e cobalto mundiais, essenciais à obtenção do ferro e do aço para os esforços bélicos (WALLACE, 2011).

O país que mais se beneficiaria da atenção prestada pelo Ocidente às oportunidades que a África oferecia era justamente aquele cuja relação com o Ocidente era mais íntima, a União Sul-Africana. Os recursos minerais que os sul-africanos ofereciam atendiam prontamente aos interesses dos aliados. O país se tornou uma grande fonte de ouro aos cofres britânicos, essenciais para a organização e manutenção de sua resistência à expansão nazista, assim como, posteriormente, forneceu boa parte do urânio que daria início à era nuclear, consolidando os laços com os EUA (BORSTELMAN, 1993).

Apesar de o regime de apartheid ter sido, de fato, formalizado somente em 1948, com a vitória do Partido Nacional, a União Sul-Africana fora fundada em 1910 por sua elite branca, que almejava a manutenção de sua dominação, em um contexto em que a discriminação racial era muito presente tanto na Europa quanto nos EUA. O *Mines and Work Act* de 1911 instaurara a reserva da maioria das vagas em empregos qualificados para a minoria branca do país, o *Native Affairs Act* de 1920 reforçara a segregação formal no país, e o *Urban Areas Act* de 1923 restringia a presença negra nas áreas urbanas apenas para aqueles que estivessem a serviço de brancos. Sucessivamente, a minoria branca enriquecia às custas do trabalho negro, essencial, principalmente, nas minas de ouro do país (DAVENPORT, 2000).

Em 9 de agosto de 1945, o mesmo dia em que ocorria o bombardeio nuclear de Nagasaki, o Comitê da Unidade Não-Europeia, reunido na Cidade do Cabo, emitia a "Declaração para as Nações do Mundo", enfatizando a irônica situação em que vivia a população negra sul-africana envolvida na Segunda Guerra Mundial, a qual "vivia sob uma tirania pouco diferente do nazismo". O Comitê enfatizava ainda que, apesar de se apresentarem perante o mundo como uma democracia parlamentarista, a União Sul-Africana detinha um contingente populacional branco minoritário, que, assim como os nazistas, eram extremamente obcecados por sua eventual superioridade racial (BORSTELMAN, 1993).

O Comitê da Unidade Não-Europeia frisava ainda em sua declaração que a capitulação germânica e japonesa não representavam a vitória definitiva da luta contra a tirania

(BORSTELMAN, 1993). Apesar da coerência do diagnóstico apontado pelo Comitê, um pequeno detalhe diferenciaria o tratamento dado à tirania sul-africana no pós-Guerra, que seria o fato de Pretória ter lutado ao lado dos aliados no conflito mundial, além de ter vínculos estreitos com o Reino Unido. Nos anos seguintes, os laços entre a África do Sul e os EUA apenas se estreitariam, tornando o Ocidente complacente com o regime de apartheid e com a presença ilegal sul-africana na Namíbia.

1.2 A ONU e a descolonização

Ao final da Segunda Guerra Mundial foi institucionalizada a Organização das Nações Unidas (ONU), após a Conferência de São Francisco em 1945. Apesar do concerto entre as potências vencedoras da Guerra, a conjuntura internacional demonstrava um recrudescimento das relações entre as superpotências EUA e URSS, no que seria o início da Guerra Fria. No entanto, a ordem bipolar do período era imperfeita, conforme ressalta Saraiva:

"(...) As dimensões estratégicas, militares e ideológicas do condomínio passaram, naquelas circunstâncias, a não mais corresponder aos desdobramentos econômicos e sociais provocados pelo renascimento europeu, pela retomada do desenvolvimento japonês, pela explosão afro-asiática[...].Novas antinomias, especialmente entre o norte e o sul, tornaram as relações internacionais bastante complexas (SARAIVA, 2008).

A segunda metade dos anos de 1950 testemunharia o início do abstruso processo de transição que colocaria fim ao colonialismo na África e Ásia, devido a diversos fatores, como o declínio do poder das metrópoles, os desdobramentos da conjuntura de Guerra Fria e os nacionalismos afro-asiáticos (SARAIVA, 2008).No entanto, as grandes potências já discutiam acerca do tema desde as primeiras reuniões que encaminharam a criação da ONU,o que ficaria evidente, principalmente, na Carta da ONU.

A Carta do Atlântico de 1941 e a Declaração das Nações Unidas de 1942 evidenciavam os princípios de autodeterminação dos povos, contra a conquista forçada de territórios sem o consentimento de suas populações, e o direito dos povos de escolherem o tipo de governo que os administraria, em um discurso claramente voltado contra a ocupação germânica de vastos territórios na Europa. Apesar de serem meramente declarações, sem valor legal, esses documentos suscitaram fortes esperanças em grupos anti-colonialistas. O documento de constituição da Organização das Nações Unidas evidencia tanto o conflito

quanto a cooperação presente no período, amalgamando perspectivas, valores e agendas divergentes, que colocavam em rota de colisão os grupos anticolonialistas e as potências ocidentais. Estes estavam empenhados em proteger sua própria soberania e seus direitos enquanto Estados, enquanto aqueles insistiam em dar mais ênfase a princípios internacionais que garantiriam a soberania também a territórios colonizados (PATIL, 2008).

O arcabouço normativo da ONU redundou em um arranjo que enfatizava seu objetivo de promover a paz e a segurança global, assim como valores tais quais a defesa dos direitos humanos, a cooperação internacional e o direito internacional. Entretanto, deve-se compreender que sua estrutura era composta por Estados, e defendia valores como a não intervenção em assuntos internos e, principalmente, a soberania, o que acabou por fornecer uma estrutura institucionalizada de manutenção do *status quo*. A defesa dos direitos dos Estados incluía apenas aqueles que, no momento da constituição da ONU, portavam esse título e eram soberanos, em detrimento de instituições e atores não formalizados, como as colônias e os territórios dependentes. A discussão sobre os direitos dos povos colonizados esbarraria na máxima da soberania estatal e da não intervenção, o que ficou evidente quando se enquadrou na temática colonial apenas as ex-colônias de países derrotados no pós-guerra ou territórios "cedidos" voluntariamente à supervisão da ONU pelas potências coloniais. Os demais territórios seriam invisíveis à temática da descolonização nas Nações Unidas (PATIL, 2008).

Borstelman explicita a situação claramente, evidenciando ambígua a atuação norte-americana na manutenção dos interesses coloniais:

"The founding conference of the United Nations, held in San Francisco, revealed the depth of American ambivalence about racial equality in world affairs.(...) Soviet representatives argued for complete national independence and self-determination in all colonial areas, raising hopes among non-Europeans that the United States, with its own equally anticolonial history, might take a similar stand and thereby pressure the weakened imperial powers to move swiftly toward decolonization.(...) When the final test came on the disposition of the colonies, the US cast its lot with the colonial powers by using its decisive influence to weaken its original proposal for an extensive system of international trusteeship" (BOERSTELMAN, 1993).

O Conselho de Tutela seria a solução institucionalizada da ONU para abordar o tema da descolonização, porém, fora estabelecido diferentemente de sua concepção original, tendo os próprios autores da proposta anterior votado à favor de sua mudança e consequente enfraquecimento. Segundo a Carta da ONU, caberia ao Conselho de Tutela a supervisão da administração dos territórios sob regime de tutela internacional. As principais metas desse órgão consistiam em promover o progresso e o desenvolvimento dos habitantes dos territórios submetidos a ele, propiciando condições para a progressiva independência e estabelecimento de governos independentes. No entanto, a hierarquização de valores como a soberania acabou por causar problemas também a esse sistema, principalmente no tocante à divisão entre "*Non Self-Governings Territories*" (NSGTs) e "*Trust Territories*" (Territórios sob Tutela), na qual somente estes seriam conduzidos à independência, uma vez que atingissem a "maturidade" de sua população e de suas instituições, e caberia às autoridades administrativas dos NSGTs apenas fornecer informações à ONU acerca do território. Entre 1945 e 1999, mais de 100 territórios dependentes seriam colocados sob a jurisdição do Conselho de Tutela, dos quais 90% seriam enquadrados como NSGTs, o que se tornaria uma das grandes frentes de batalha e oposição dos países anticolonialistas no seio da ONU² (PATIL, 2008). Seria no enquadramento de Território sob Tutela que o território do Sudoeste Africano seria classificado, sob a autoridade administrativa da África do Sul, que, no entanto, não cumpriria com as suas responsabilidades, ocupando o território e o administrando como se fosse um NSGT.

O embate entre os grupos colonialistas e anticolonialistas no seio da ONU girava muito em torno da questão dos NSGTs. Enquanto os colonialistas sustentavam que não faltava representação política a essas entidades por elas serem representadas por suas autoridades metropolitanas, os anticolonialistas questionavam a legitimidade que essa representação ofereceria, defendendo que ela poderia ser somente exercida pelos povos em si (PATIL, 2008). O que ocorria, de fato, era a prevalência dos direitos coloniais em revelia dos direitos de autodeterminação. Tendo em vista a Questão da Namíbia, pode-se inferir que os primeiros anos da ocupação sul-africana no Sudoeste Africano se inseria em um contexto

² Os países anticolonialistas questionavam, principalmente, a divisão entre os NSGTs e os Territórios sob Tutela, assim como as diferentes prerrogativas que a Carta da ONU os outorgava. Sob a luz do Artigo 73 do Capítulo XI estavam as obrigações das autoridades administrativas dos NSGTs, enquanto os Territórios sob Tutela enquadravam-se nos mais generosos Capítulos XII e XIII. O objetivo dos países anticolonialistas era garantir aos NSGTs o direito também à independência.

mais abrangente de disputas coloniais e debates no seio da ONU, em uma conjuntura ainda favorável aos interesses coloniais.

O que o Conselho de Tutela instituiu na realidade foi a premissa de que o desenvolvimento econômico, social, e político dos países colonizados, condição para sua eventual independência, seria progressivamente conduzido pelas potências coloniais detentoras de sua tutela, ou seja, a presença colonial era compreendida não somente como benéfica, mas também como a principal ferramenta para o avanço e desenvolvimento dos povos "não civilizados". Seja o Conselho de Tutela herança indireta das teorias de supremacia racial e até do fardo do homem branco ou uma iniciativa benevolente dotada de boas intenções, o fato é que, no caso da Questão da Namíbia, essa responsabilidade outorgada à África do Sul passou longe de ser encaminhada de acordo com as obrigações dispostas na Carta da ONU, sendo responsável, acima de tudo, por legitimar a presença malévola sul-africana no Sudoeste Africano por anos a fio, uma vez que faltava à ONU os mecanismos reais para induzir a África do Sul a comprometer-se com suas obrigações enquanto autoridade administrativa da Namíbia.

A história do século XX demonstraria que não coube apenas à África do Sul a teimosia em abrir mão de seus supostos "direitos" coloniais. Diversos países colonialistas utilizaram-se de diferentes mecanismos e discursos para manter a dominação e a influência perante suas antigas colônias. O Reino Unido criaria a *Commonwealth* para manter em sua esfera de influência suas antigas colônias, assim como a França criaria o projeto da União Francesa, que se tornaria posteriormente a Comunidade Francesa, abrindo mão do termo "colônias, e enquadrando-as em "departamentos ultramarinos". Essas medidas resultaram em processos de descolonização bastante diferentes, tendo alguns casos sido pacíficos, como a de Nigéria e Gana, e outros mais tensos, como a da Argélia, que resultaria até no fim da Quarta República Francesa.

A resistência à independência dos povos afro-asiáticos e à sua descolonização seria um fracasso durante o Século XX, o que demonstrou que esses processos eram uma tendência histórica impossível de serem contidas. Os grandes marcos desse diagnóstico foram o malogro norte-americano no Vietnã e a frustrada tentativa de manutenção das colônias africanas por parte de Portugal (SARAIVA, 2008).

Tendo em vista a frustração com o impasse político no seio da Organização das Nações Unidas acerca da admissão de novos membros, que ficou paralisada dos anos de 1951

a 1954, desde a admissão da Indonésia em 1950, e da lógica de Guerra Fria que havia tragado a Organização, os governos da Indonésia, Ceilão, Índia e Paquistão organizariam a Conferência de Bandung em 1955 (PATIL, 2008). A iniciativa buscou modificar a dinâmica da agenda internacional para o eixo Norte-Sul, enfatizando aspectos relacionados ao desenvolvimento e à descolonização, em contraposição à dinâmica Leste-Oeste característica da Guerra Fria (SARAIVA, 2008). A partir da mobilização do Terceiro Mundo, o início dos anos de 1960 vislumbraria o início de fato do processo de descolonização africano, e, com esteio em Bandung, surgiria em 1961 o Movimento dos Não-Alinhados, e em 1963 a Organização da Unidade Africana (OUA), atuando também pela defesa da descolonização africana, exercendo papel importante no apoio ao povo da Namíbia.

As Conferências do Cairo e de Acra, ambas de 1958, dariam continuidade às ideias de Bandung, expondo ao mundo a primeira geração de líderes nacionalistas pós-coloniais, marcando o renascimento político da Ásia e África, assim como criando um sentimento sem precedentes de consciência acerca do Terceiro Mundo e de seu potencial de mudança. Não se pode afirmar que os países do Terceiro Mundo concertaram-se homoganeamente e detinham um plano de ação conjunta estruturado após essas conferências, no entanto, o gérmen do fim, de fato, do colonialismo e sua intrínseca relação com os direitos humanos seria plantado no seio da Sociedade Internacional a partir dessas reuniões. Patil ressalta "*the conferences major accomplishment was in giving self-determination for all peoples a recognition, validity and respectability*" assim como "*the pre-World War II question associated with decolonization, one of "whether", had now become one of "when"*" (PATIL, 2008).

A Organização das Nações Unidas também seria incapaz de se manter como uma instituição em que as potências ocidentais legitimariam sua presença colonial. Apesar da estrutura da entidade ter sido altamente focada na manutenção do *status quo* no momento de sua criação, a sua própria configuração sobre o princípio da autodeterminação dos povos incentivou o processo de descolonização à medida em que ele ocorria e incorporava os novos países independentes em sua estrutura. À medida que o processo de descolonização afro-asiático ganhava força e efetivava-se, a ONU percebeu que ao incentivar a descolonização estaria também ganhando legitimidade perante a Sociedade Internacional, uma vez que o CS estava paralisado devido às lógicas da Guerra Fria, e ao menos a Assembleia Geral (AG) gozaria de representatividade, incorporando a agenda dos países recém independentes da África e da Ásia (SARAIVA, 2008). Não seria coincidência o fato de a Questão da Namíbia

ganhar repercussão primeiramente no âmbito da AG, para, anos depois, ser discutida efetivamente no CS.

A ação do bloco afro-asiático na defesa do anticolonialismo no seio da Assembleia Geral da ONU redundou em mudanças também no Conselho de Tutela. Eles, inicialmente, conseguiram que o órgão se expandisse e incluísse membros de seu bloco, como China, Iraque, México, e URSS, e depois passaram a questionar as responsabilidades tanto do Conselho em si quanto das autoridades administrativas que controlavam os territórios sob tutela. Os relatórios acerca da conjuntura dos territórios administrativos, antes enviados unicamente ao Conselho de Tutela, passaram a serem encaminhados à AG, e às autoridades foi outorgada a obrigação de promover conferências periódicas a fim de se reunir com a população dos territórios administrados e ouvir suas demandas.

A responsabilidade que a AG demandou a si própria desde sua formação e a clara ruptura que havia entre o bloco afro-asiático e os países ocidentais no órgão ficou evidente no discurso de um representante chinês acerca da Questão da Namíbia já em 1947, relatado por Patil:

"(...)In response to a statement by the representative from Denmark that the Union of South Africa was not obligated to place South West Africa into Trust status, one speaker argued that it was indeed the obligation of the General Assembly to ensure this was the case, as the General Assembly "represents the conscience of the world" (PATIL, 2008).

O Premier sul-africano, Jans Smuts, afirmava que a ONU não havia herdado os Mandatos da Liga das Nações, e por isso Pretória não possuía obrigações legais de se submeter ao Conselho de Tutela. Apesar de Reino Unido, França e Bélgica terem aceitado submeter seus antigos Mandatos à nova entidade criada para esse fim, a retórica desses países nas discussões acerca do tema frisavam que a União Sul-Africana, de fato, não possuía a obrigação de proceder como eles (HERBSTEIN, 1989).

A argumentação do bloco ocidental pautava-se no legalismo, como a ausência de mecanismos legais para obrigar a União Sul-Africana a colocar o Sudoeste Africano sob a responsabilidade do Conselho de Tutela, o que demonstrava uma verdadeira burocratização das discussões acerca do colonialismo, evidentemente benéfica aos interessados na manutenção do *status quo*. O discurso de um representante indiano, também em 1947, acerca da questão representa o contra-argumento do bloco anticolonialista:

"The Government of the Union of South Africa has argued that it is under neither a legal nor a moral obligation to place South West Africa under the Trusteeship System.(...) it seems to me an astounding statement to make in this General Assembly before the nations of the world that no moral obligations exists in this matter. What would the Charter be but a medley of words, were it not sustained by the spirit which lies behind and which has inspired the peoples of the world to join together to solve their common problems?" (PATIL, 2008).

A Questão da Namíbia tornaria a ONU um importante palco para promover o debate entre seus princípios e propósitos, seja no tocante à autodeterminação dos povos, seja em temas relativos aos direitos humanos, como racismo e o próprio apartheid, principalmente devido à ação do bloco anti-colonialista afro-asiático. (TSOKODAYI, 2004). Os representantes do povo namibiano acreditavam muito na ONU como instância capaz de ajudá-los em seu processo de independência, utilizando-se sucessivamente da estrutura oferecida pela organização para apresentar suas demandas perante à Sociedade Internacional e denunciar a ocupação sul-africana, principalmente ao longo dos anos de 1950, o que, sucessivamente, decepcionaria-os, devido à falta de prestígio com que o tema era encarado.

Em 1947, ano seguinte à recusa da ONU em autorizar a anexação do Sudoeste Africano pela África do Sul, o padre anglicano Michael Scott discursaria na entidade a favor da independência do país. Scott havia entrado em contato com a situação no Sudoeste Africano por meio de líderes Hereros, Damaras e Ovambos, articulando a presença da Questão da Namíbia na agenda da ONU durante toda a década de 1950 (UDOGU, 2012). A ONU manter-se-ia como *locus* principal do pleito namibiano pela independência até o início da opção pelo conflito armado, que, dentre outros motivos, foi a solução adotada pela SWAPO uma vez que eles perceberam a incapacidade da Sociedade Internacional em atender prontamente às suas demandas.

1.3 O Mandato Sul-Africano

A União Sul-Africana obteve o Mandato do território do Sudoeste Africano Alemão após o fim da Primeira Guerra Mundial, implementando, sucessivamente, o regime de *apartheid* na região a partir do final dos anos de 1940, e administrando-a como sua "quinta província", porém, sem incorporar de fato o Sudoeste Africano a seu território (KÖNIG, 1983). Após 1945, com a criação da ONU, foi solicitado à União Sul-Africana que deixasse o

território, após negativa à intenção de anexação da região por parte dos sul-africanos, que deveriam entregá-la à administração do Conselho de Tutela da ONU. A recusa sul-africana deslegitimou sua presença no Sudoeste Africano e formalizou, portanto, a condição de território desse país, no entanto, com a singularidade de, diferentemente de seus vizinhos africanos, ter como metrópole outro país da África.

No contexto da Primeira Guerra Mundial, os generais sul-africanos Jan Smuts e Louis Botha foram os responsáveis por invadir o território do Sudoeste Africano Alemão em nome dos Aliados em julho de 1915. A ocupação alemã caracterizara-se pela subjugação da população autóctone perante o domínio econômico e político da potência europeia, resultando em severos atritos com a população nativa, como, por exemplo, o massacre à população Herero. A transição para o domínio sul-africano chegou a levantar uma fugaz esperança aos namibianos, ansiando por uma melhoria na sua qualidade de vida, no entanto, o que se percebeu foi a manutenção do modelo germânico, adicionando a ele o elemento draconiano das políticas de segregação racial (UDOGU, 2012).

Em 1920 a Liga das Nações seria persuadida pela tese europeia de que o Sudoeste Africano não estaria maduro para obter sua independência. O apelo realizado por colonizadores brancos resultou na delegação da Grã-Bretanha como guardião do território, sob um Mandato de Classe C³, mas o Parlamento Britânico, por sua vez, transferiu o Mandato para a África do Sul, que seria a responsável por desenvolver o Sudoeste Africano política e economicamente, de modo a torná-lo capaz de se auto governar. Claro se tornaria, no entanto, que o papel de "guardião benévolo" nunca seria exercido por Pretória, que passou a atuar, de fato, como colonizador do Sudoeste Africano.

Na Conferência de Versalhes ficara decidido como funcionaria o sistema de Mandatos da Liga das Nações. Apesar de ser uma maneira de beneficiar os países que haviam lutado a favor dos Aliados na Primeira Guerra Mundial, era clara a determinação de que tais Mandatos possuíam uma condicionalidade à transição daqueles territórios, com vistas a ajudá-los a

³ O Sistema de Mandatos da Liga das Nações baseava-se no Artigo 22 de seu tratado constitutivo, dividindo os territórios em Mandatos de Classe A, B e C. Os Mandatos de Classe A referiam-se aos territórios do antigo Império Turco, que receberiam aconselhamento provisoriamente, de forma a serem reconhecidos como independentes. Os Mandatos de Classe B, por sua vez, referia-se a territórios do centro da África, cujas autoridades administrariam de forma a garantir liberdade de consciência e religião. Já os Mandatos de Classe C, como o do Sudoeste Africano, autorizavam seus portadores, no caso, a União Sul-Africana, a administrá-los como se fossem parte de seu próprio território, levando em conta os interesses da população autóctone.

desenvolverem-se enquanto uma sociedade capaz de caminhar com as próprias pernas, e com instituições políticas maduras, tornando-se, assim, independentes. O Mandato de Classe C outorgado à União Sul-Africana permitia que o país administrasse a região como parte de seu próprio território, enquanto fomentava, teoricamente, o desenvolvimento daquela região, não permitindo, no entanto, a anexação a seu próprio território.

Em que pese a decisão da Liga das Nações de não autorizar a anexação de territórios sob Mandato de Classe C, desde o início os sul-africanos flertavam com a possibilidade de incorporar o Sudoeste Africano, o que ficou explícito na súbita mudança de discurso de Jan Smuts em 1920, que apoiara anteriormente Woodrow Wilson e sua tese de defesa da Autodeterminação dos povos, para depois, seguindo a lógica do interesse nacional de seu país, passar a defender a anexação do território namibiano na União Sul-Africana. A questão tramitou internamente e virou prioridade no seio do governo sul-africano, sendo que tanto o Parlamento do país quanto o seu Judiciário manifestaram-se a favor da incorporação, desafiando, claramente, a autoridade da Liga das Nações. Até mesmo no Parlamento do Sudoeste Africano - claramente dominado pela minoria da elite branca - emitiu-se, em 1943, resoluções solicitando à Sociedade Internacional a anexação de seu território ao vizinho (UDOGU, 2012).

Jan Smuts, então Primeiro Ministro sul-africano, foi também o responsável por atuar no seio da ONU com vistas a persuadi-la a aceitar a anexação do território da Namíbia, Smuts chegou a apresentar à Sociedade Internacional um suposto referendo, datado do período entre dezembro de 1945 e março de 1946, no qual mais de 205.850 namibianos haviam votado a favor da incorporação sul-africana, contra menos de 33.250 negativos a isso. Denota-se, acerca desse tema, a relação de proximidade que havia entre Pretória e Londres. Clement Attlee apoiava a contínua presença sul-africana no Sudoeste Africano, tendo discursado à Câmara dos Comuns, no período, acerca de sua satisfação com relação aos passos dados pela União Sul-Africana em ouvir as demandas do povo namibiano, referindo-se ao referendo realizado (HERBSTEIN, 1989).

Averiguou-se, posteriormente, que o referendo, na realidade, fazia referência a um eventual domínio alemão sobre a Namíbia, como no período que antecedeu a Primeira Guerra Mundial, maquiando, assim, os resultados. O referendo foi encarado com ceticismo pela Sociedade Internacional, principalmente devido às críticas por parte dos líderes africanos,

configurando a primeira manifestação internacional de apoio às forças de oposição no Sudoeste Africano (WALLACE, 2011).

Em dezembro de 1946 a ONU recusou oficialmente a solicitação sul-africana para incorporar o Sudoeste Africano, reafirmando a necessidade de colocar o território sob a jurisdição do Conselho de Tutela. No entanto, com as eleições em Pretória em 1948 e a vitória de Partido Nacional, haveria um recrudescimento da Questão no período. O novo partido no poder iniciou a implementação do apartheid, e passaria a desafiar, continuamente, a Sociedade Internacional, informando à ONU que não enviaria mais relatórios anuais à entidade referentes à situação na Namíbia. A África do Sul seria o único país a não colocar seu Mandato sob a supervisão do Conselho de Tutela da ONU (UDOGU, 2012).

Em 1950 a Assembleia Geral da ONU consultaria a Corte Internacional de Justiça (CIJ), e esse Tribunal emitira a opinião de que, apesar de que o território deveria ser colocado sob o Conselho de Tutela, não havia uma obrigação legal da União Sul-Africana em disponibilizar o Território do Sudoeste Africano sob a jurisdição desse organismo da ONU, reiterando, no entanto, que ainda existiam responsabilidades internacionais sul-africanas referentes ao Mandato da Liga das Nações. (TSOKODAYI, 2004). A opinião da CIJ refletiu apenas o que parecia ser consenso entre as potências ocidentais, como já discutido anteriormente.

O Mandato Sul-Africano, que seria formalmente cancelado pela ONU somente em 1966, previa plenos poderes para administrar e legislar o Sudoeste Africano, com a obrigação de promover também o bem-estar da região e seu progresso social. No entanto, o território da atual Namíbia passou a ser administrado, de fato, como a quinta província da União Sul-Africana, sujeita à segregação racial imposta pelo *apartheid* e com representação no Parlamento sul-africano restrito às minorias brancas, o que contribuiria ainda mais para recrudescer as discussões acerca do tema na ONU.

Em 1954 o governo de Pretória emitiu o seguinte parecer: *"The League of Nations Mandate had lapsed and as a result of the demise of the League, the South African government had no other international commitments and obligations in regard to the Territory"*. Ficava evidente a intenção sul-africana de anexar o Sudoeste Africano, em claro desafio à autoridade da ONU:

"Arguably, the attitude of South Africa toward the UN on this discourse was dictated in part by the fact that the United Nations had little, if

any, enforcement mechanism to apply its rulings on the territory (...) Moreover, South Africa had some influential friends in the UN that it counted on to make the wheels of diplomatic negotiation grind slowly (and in its favor) in this conflict resolution scheme (UDOGU, 2012).

A independência da Namíbia seria tão complexa que se arrastaria por 45 anos, gerando dúvidas acerca de quais atores estavam envolvidos no processo e quais eram, de fato, as partes do conflito. Além da guerra entre a África do Sul e a SWAPO, houve também a participação tanto da Organização da Unidade Africana, quanto dos EUA, França, Alemanha, Cuba, URSS, e Angola individualmente, dentro e fora do âmbito da ONU. Isso evidencia o trato multilateral que a questão teve, assim como a importância atribuída a ela, justamente por se inserir em uma disputa por "zonas de influência" na Guerra Fria (TSOKODAYI, 2004).

2. Os Atores Internos e a Guerra de Independência

2.1 O Sudoeste Africano e a Presença Sul-Africana

A presença sul-africana no território da Namíbia foi marcada, ao longo dos 45 anos de ocupação, pela violência e opressão por vias militares e policiais. Estima-se que, em 1983, havia 100.000 tropas das Forças de Defesa Sul-Africanas (SADF) na região, além de outros 100.000 policiais dando o suporte à ocupação, perante uma população total de pouco mais de 1.000.000 de habitantes (KÖNIG, 1983). Suas funções oscilavam entre combater a SWAPO, tanto em sua vertente política quanto militar - recorrendo, por vezes, a massacres de vilas e comunidades inteiras, sob a alegação de serem bases guerrilheiras - e garantir a divisão racial entre a maioria da população autóctone e a minoria branca, de acordo com o regime de *apartheid* importado do vizinho ao sul.

Severos danos foram causados não somente à estrutura socioeconômica da Namíbia, mas também a seu capital humano, devido à ocupação da União Sul-Africana. O modo de vida da população negra foi seriamente alterado pela exploração da mão de obra barata que representavam, de acordo com os interesses da minoria branca. Era-lhes negado, também, quaisquer acesso à educação, saúde, ou qualificação profissional, uma situação que só seria atenuada a partir da atuação da SWAPO junto a campos de refugiados fora do país, oferecendo-lhes treinamentos sobre novas estruturas de cooperação comunitária, à fim de voltarem a ser protagonistas de seu desenvolvimento.

O maior interesse da União Sul-Africana no Sudoeste Africano dava-se pelos abundantes recursos minerais que o território ostentava, e a contínua manutenção da presença colonial no território durante décadas, desafiando as decisões da Sociedade Internacional, objetivava, majoritariamente, a exploração e capitalização desses recursos naturais. Devido à baixa densidade populacional do país, estimava-se que a Namíbia tinha potencial para se tornar um dos países mais ricos da África, sendo que a ONU chegou a colocá-la em segundo lugar, atrás apenas da Líbia, na porcentagem entre população/recursos. Duas grandes corporações controlavam cerca de 90% da mineração do país, a *Consolidated Diamond Mines of South West Africa*, com capital sul-africano e britânico, e a *Tsumeb Corporation*, norte-americana. Percebe-se, portanto, os estreitos vínculos econômicos que conectavam o eixo Pretória-Washington-Londres (UDOGU, 2012).

A querela diplomática que se arrastava no seio das Nações Unidas acerca da presença sul-africana no Sudoeste Africano ganhou intensidade a partir da adoção das políticas do apartheid na região, intensificadas a partir da eleição do Partido Nacionalista e da ascensão de políticos como Daniel Malan, Johannes G. Strydom, Henrik Verwoerd e John Vorster:

The legal disputation over South Africa's accountability toward Namibia under the UN charter was only part of the controversy in this conflict-resolution scheme. It became broader and more serious with the adoption of apartheid policy (...) As these regimes and laws came to be applied also in Namibia, they added more fuel to a preexisting explosive disagreement with the United Nations over the manners in which Namibia was to be governed, and who truly had hegemony over the territory (UDOGU, 2012).

A presença militar da África do Sul causou danos profundos à sociedade namibiana no âmbito socioeconômico. A maioria negra, além de não possuir direitos políticos ou econômicos devido ao regime de apartheid, era fortemente explorada enquanto mão de obra barata por uma minoria branca, que detinha o poder e mantinha forte submissão aos interesses de Pretória. Isso desestabilizou fortemente o modo de vida do povo da Namíbia, tanto em termos humanos quanto materiais (KÖNIG, 1983).

A União Sul-Africana se valeu de uma série de instrumentos legais para implementar o apartheid e conter a resistência namibiana perante a sua ocupação. O Ato de Supressão ao Comunismo de 1950 e o Ato de Segurança Interna são exemplos de legislação com vistas a combater, nesse caso, a ascensão e atuação da SWAPO em território namibiano, uma vez que condenava quaisquer atividades "que aspiram o estabelecimento de ditaduras despóticas baseadas na ditadura do proletariado. Vale a ressalva que a SWAPO nunca se declarou formalmente comunista, apesar dos vínculos com a URSS e da filiação ao marxismo enquanto ideologia.

O Ato de Sabotagem, de 1962 e o Ato de Terrorismo de 1967 foram as maneiras pela qual a África do Sul julgaria e prenderia os membros dos partidos de oposição, como a SWAPO e a SWANU, principalmente após o início da Guerra de Independência. Visando punir cidadãos que se engajassem em quaisquer atividades que questionassem o *status quo*, esses Atos foram utilizados contra uma série de líderes partidários, inclusive para prender Herman Ja Toivo, um dos co-fundadores da SWAPO. A defesa de Ja Toivo alegaria que uma vez que o Mandato sul-africano sobre o Sudoeste Africano havia sido revogado pela ONU, as suas leis não se aplicariam mais ao território, o que foi contestado pelas autoridades de

Pretória. A condenação do líder namibiano repercutiria internacionalmente e chegaria à ONU. O caso seria levado à Assembleia Geral, e com esteio na Declaração sobre a Concessão da Independência aos Países e Povos Coloniais, a AG emitiu a Resolução 2324, de 1967, condenando como ilegais a "prisão, julgamento e deportação" de 37 namibianos sob o Ato de Terrorismo. (HERBSTEIN, 1989). Isso demonstraria a atuação intensa que a Assembleia Geral teve perante a Questão da Namíbia, fazendo o possível, dentro dos limites de suas atribuições, para pressionar a África do Sul.

A legislação repressora implementada pela África do Sul também focava aspectos geográficos, como demonstra o Ato de Proclamação, de 1972, que colocou a região da Ovambolândia, do Kaprivi e Okavango - redutos de resistência com forte ligação à SWAPO - sob um regime diferenciado de Lei Marcial, proibindo quaisquer reuniões públicas, e punindo todos os que desafiassem as autoridades das instituições implementadas no país pelos Sul-africanos, como o Conselho Executivo da Ovambolândia (UDOGU, 2012).

A maneira pela qual a África do Sul administrou o território da Namíbia impulsionou fortes reações, tanto da comunidade internacional quanto da população namibiana. À tentativa de segmentar o território do Sudoeste Africano em *homelands*, seguindo os modelos do apartheid de segregação racial e "desenvolvimento separado", no Plano Odendaal, seguiu-se forte reação da comunidade internacional no seio da ONU, expressa na Resolução da Assembleia Geral 2074 de 1965 (UDOGU, 2012).

O Plano Odendaal, elaborado pela África do Sul, previa a separação do território da Namíbia, 40% destinados exclusivamente à minoria branca, 17% para a África do Sul, e 43% dividido entre dez diferentes grupos étnicos do país (UDOGU, 2012). Ressalta-se que, apesar da grande extensão geográfica do país, a maioria do território da Namíbia é englobado pelos desertos do Namibe e o Kalahari, com a população muito concentrada nos entornos da capital Windhoek. Com esse plano, além das áreas mais ricas em recursos minerais serem destinadas à África do Sul, os negros seriam alijados dos centros urbanos, concentrando-se em pequenos espaços nas periferias, uma vez que sua mão de obra era explorada pela minoria branca.

A Resolução 2074 da Assembleia Geral foi a consequência desse momento de tensão na região do Sudoeste Africano. Emitida em 1965, ela reiterava que a África do Sul não gozava de autoridade na região, nem *de facto* nem *de jure*, e que a Namíbia estava sob a responsabilidade do Conselho de Tutela da ONU. Esse momento de tensão refletiu no parecer

formal da CIJ no ano seguinte, cancelando oficialmente o Mandato sul-africano sobre a Namíbia.

2.2 A Conjuntura Política do Sudoeste Africano

Embora os partidos políticos modernos tenham iniciado sua atuação no Sudoeste Africano somente em meados de 1958, diversos movimentos sociais influenciaram na composição e na ideologia desses grupos políticos, principalmente os oriundos de lideranças tribais e os vinculados à igreja protestante, que, por diversas vezes, atuaram conjuntamente e em cooperação. Esses grupos eram os responsáveis por coordenar ações organizadas no território namibiano, e, principalmente, exercer a função de porta-voz do povo do Sudoeste Africano, denunciando a ocupação sul-africana.

Durante a década de 1940 a União Sul-Africana atuaria sucessivamente na Organização das Nações Unidas de forma a obter o aval internacional para poder anexar o Sudoeste Africano, tendo esse pedido negado. Um dos argumentos de Pretória foi a utilização de uma suposta consulta ao povo do país, que haveria concordado com a intenção sul-africana. Um dos grupos que mais contestou a legitimidade desse pleito foram as lideranças dos grupos tribais Herero e Namas. O Chefe Tribal Herero Hosea Kutako exerceria papel de protagonismo nessa denúncia, solicitando à ONU que realizasse, sob sua própria organização, um referendo naqueles moldes. Kutako seria proibido pelo Primeiro Ministro Jan Smuts de viajar a Nova Iorque para apresentar sua demanda perante a ONU (HERBSTEIN, 1989).

Sob a liderança do novo governo sul-africano de Daniel Malan, Pretória adotaria postura ainda mais inflexível perante sua ocupação no Sudoeste Africano, recusando-se a enviar relatórios à ONU acerca da situação no país. Coube a Kutako exercer esse papel, contando com o apoio do padre anglicano Michael Scott para apresentar seus relatórios perante a Sociedade Internacional, a qual, ainda assim, questionou, devido às pressões de Pretória e Reino Unido, a legitimidade que o padre gozava para tal (HERBSTEIN, 1989).

O acesso aos palcos internacionais era muito dificultoso, e líderes namibianos constantemente recorriam a soluções criativas para poderem comunicar-se com o mundo exterior, sendo a ONU o principal destino em que eles confiavam. O futuro líder político do país, Ya Toivo, chegou a ser expulso da Cidade do Cabo após a polícia sul-africana descobrir um relatório seu destinado à ONU dentro de uma cópia do livro "As Aventuras de Gulliver".

Pretória impedia, sucessivamente, que namibianos deixassem o país, e seria somente em 1957 que o primeiro namibiano apareceria perante a ONU para relatar a situação de seu país, Mburumba Kerina, o que seria um marco na Questão da Namíbia (HERBSTEIN, 1989).

A Igreja desempenhou um papel essencial na divulgação da situação do povo namibiano, principalmente pela denuncia e a crítica à tirania da ocupação estrangeira na região. A Namíbia é um dos países mais cristãos da África, e a contínua presença sul-africana em seu território unificou a atuação das lideranças das igrejas anglicanas, luteranas e católicas, que passariam a cooperar também com a SWAPO no início dos anos de 1970 (HERBSTEIN, 1989).

A Igreja obtinha maior acesso ao território por ser uma entidade com maior influência e poder de circulação, tendo em vista que a África do Sul constantemente negava solicitações de líderes políticos da região para que saíssem do país e discursassem para a Sociedade Internacional, assim como dificultava o acesso ao território da Namíbia por parte de observadores internacionais, garantindo, também, a intensa censura à mídia local (KONIG, 1983). Os líderes religiosos, no entanto, não estavam imunes à intensiva repressão sul-africana, sendo notório o caso do Padre Theopil Hamutumbangela, que comandava uma missão anglicana na Ovambolândia e organizou um movimento objetivando denunciar perante a ONU a situação de seu povo. Hamutumbangela seria acusado por Pretória e levado a julgamento, em um caso que ganharia tamanha repercussão que resultaria apenas na transferência do padre para Windhoek (HERBSTEIN, 1989).

As delegações internacionais compostas por religiosos tinham acesso mais fácil à maioria negra isolada do convívio dos brancos. Um líder da igreja católica, Dr. Paul Wee, emitiria o seguinte relato, após visita à Namíbia em 1979: *"The evidence of suffering is everywhere, - the shattered wrecks of cars, the graves of many victims, usually innocent farmers and children. Hundreds of stories one hears these days of intimidation, torture, detention and death, primarily in the hands of South African Force Units."* (KÖNIG, 1983).

A partir de 1945, o regime de apartheid iniciara um processo de expulsão dos negros da Capital do país, Windhoek, incitando o início da organização de movimentos pela independência do Sudoeste Africano, em uma conjuntura de florescimento desse tipo de organização em todo o continente (SWAPO, 1985). Importante aspecto do incentivo à independência da região seria o apoio da OUA, em um contexto de afirmação da identidade africana e de sua unidade, por meio do movimento do "Pan-Africanismo". Com efeito, a

solidariedade anti-colonial africana evidenciava-se e contribuiria para elevar o moral e a esperança do povo namibiano (TSOKODAYI, 2004).

A resistência ao domínio sul-africano redundou na formação de movimentos nacionalistas já durante os anos de 1950. Líderes religiosos da Igreja protestante, assim como trabalhadores que haviam migrado do norte do país para a África do Sul constituíam a base de um movimento que se politizava e ganhava força ao longo dessa década, logrando a mobilização de massas de descontentes com o *status quo* (WALLACE, 2011). O cenário político do país contaria com mais de 30 partidos políticos em 1978, em um território com pouco mais de 1 milhão de habitantes, o que ocorria, principalmente, por causa das diferentes etnias que compõem a Namíbia, e demonstra uma grande fragmentação política no país, verificada também entre as suas etnias (UDOGU, 2012).

O recrutamento de mão de obra barata no norte da Namíbia expôs um conjunto de cidadãos namibianos à conjuntura política sul-africana, assim como lhes propiciou acesso à educação básica. O contato com a resistência sul-africana, mobilizada em torno do Congresso Nacional Africano, do Partido Liberal Sul-Africano e também do Partido Comunista incentivou-os a fundar, na Cidade do Cabo, o Congresso do Povo da Ovambolândia, em 1957, que, dois anos depois, organizar-se-ia em Windhoek, sob o nome de Organização do Povo da Ovambolândia (OPO), sob a liderança de Sam Nujoma. A OPO teria como objetivo principal obter mudanças nas relações de trabalho na Ovambolândia, atuando, majoritariamente, perante à ONU em Nova Iorque (HERBSTEIN, 1989).

As primeiras gerações de namibianos que tiveram acesso a educação, majoritariamente na África do Sul, mobilizaram-se em iniciativas na Namíbia, como o Corpo Estudantil do Sudoeste Africano (SWASB) em 1952, movimento esse que originaria e influenciaria, posteriormente, todos os grupos nacionalistas e suas ideologias no país (UDOGU, 2012). A SWASB evoluiria posteriormente para a SWAPA - South West Africa Progressive Association - que congregaria intelectuais e estudantes em Windhoek, fundando o primeiro periódico do país, o *South West News*. Esse movimento, em parceria com o Conselho Herero, estabeleceria o primeiro partido nacional do país, a União Nacional do Sudoeste Africano (SWANU), em 1958, atraindo diversos líderes políticos do país, como Sam Nujoma e a OPO.

Nujoma atuou junto a Kutako e outros líderes políticos na promoção de desobediência civil como forma de resistir às políticas sul-africanas, que expulsava a população negra de suas terras na região rural, e marginalizava-os às longínquas periferias da capital Windhoek.

As ações coordenadas por esses líderes variavam desde o boicote ao serviço de ônibus até a organização de protestos pela capital do país. Um marco das tensões e da repressão sul-africana seria a brutal ação contra um protesto de um grupo Herero composto somente por mulheres, em dezembro de 1959, resultando na morte de cerca de doze delas (HERBSTEIN, 1989).

Posteriormente a SWANU romperia com os Hereros, devido às diferentes maneiras pelas quais ambos os grupos planejavam administrar a Namíbia independente. Enquanto o Conselho Herero almejava fomentar as autoridades autóctones em um modelo que privilegiava as antigas estruturas de poder pré-coloniais, a SWANU possuía ideais mais nacionalistas e radicais, objetivando a modernização e educação (WALLACE, 2011).

A SWANU, apesar de seu caráter nacional, enfraquecera-se ao perder o apoio do Conselho Herero. Tendo isso em vista, a OPO reestruturou-se em uma movimento de abrangência nacional, mudando seu nome para Organização do Povo do Sudoeste Africano (SWAPO) de forma a não vincular sua imagem mais somente como representando os interesses da Ovambolândia, mas sim, de todo o país. A agenda do partido também seria ajustada, passando a não demandar apenas a revisão do padrão de exploração trabalhista de sua população, e incorporando os ideais de independência do Sudoeste Africano. A SWAPO obteria sucesso em sua trajetória, sendo considerada pela OUA e pela AG como único e legítimo representante do povo namibiano nos anos de 1970, e sendo a vencedora das primeiras eleições livres que o país promoveria após a independência na década de 1990.

A SWAPO desde sua fundação enxergava a ONU como uma instância importante na obtenção de independência de sua população. Seguido ao primeiro congresso do partido, em 1960, que escolheria Sam Nujoma como seu presidente, um representante da organização já foi enviado para Nova Iorque, Nathaniel Maxuilili. Essa característica da SWAPO seria um dos focos das críticas da SWANU ao partido, exaltando que os membros da SWAPO teriam uma carreira baseada em apresentar petições na ONU, confiando em uma solução externa aos problemas do país (HERBSTEIN, 1989).

A declaração do Tribunal de Haia condenando a presença sul-africana na Namíbia como ilegal, no ano de 1971, impulsionaria uma maior atuação da população do país com vistas a pressionar pelo cumprimento da decisão da Corte, que demandava a pronta retirada de sua presença no país. Não somente a SWAPO se aproveitou da situação, mas também as igrejas cristãs uniram-se para pressionar Pretória, que, por sua vez, reiterava sua postura de

não se retirar da região. A juventude namibiana, orquestrada por líderes da SWAPO, organizaram uma série de greves que paralisaram o sistema de transporte, e os trabalhadores das minas do país, em uma onda de protestos de norte a sul da Namíbia. A reação sul-africana pautou-se pela repressão violenta, com o envio de mais tropas ao país, assim como o acirramento das suas leis (HERBSTEIN, 1989).

A conjuntura política na Namíbia iria se agravar com a decisão unilateral de Pretória de estabelecer uma Assembleia Constituinte no país em 1975, a Conferência de Turnhalle, desafiando novamente o plano internacional proposto na Resolução 385 do Conselho de Segurança da ONU, que definira os procedimentos para a condução de eleições e elaboração da constituição da Namíbia, atribuindo o processo como responsabilidade da ONU, e não do governo de Pretória. A SWAPO, excluída de Turnhalle, denunciaria a proposta como uma maneira de instituir bantustões no país, e a ONU também reagiria em oposição a Turnhalle, reclamando sua autoridade *de jure* perante a Namíbia, considerando nula qualquer constituição implementada sem a sua organização (UDOGU, 2012).

Em 1979 Pretória, unilateralmente, decidiria promover eleições na Namíbia. No período, 3 eram os partidos com grande representatividade perante a população da Namíbia, a Aliança Democrática de Turnhalle, (ADT), a Frente Nacional da Namíbia (NNF) e a SWAPO. A ADT conglomerava 11 comunidades⁴ da população namibiana, tendo como sua maior força esse amálgama de etnias e comunidades namibianas, tendo sua origem na Conferência de Turnhalle, o que demonstra sua relação próxima com os interesses sul-africanos. O patrocínio de Pretória garantiria que a ADT se tornasse uma força política bastante relevante na vida política do país, alinhando-se aos dogmas capitalistas da livre iniciativa e do mercado. Após as eleições de 1979, na qual sairia vencedora, a ADT clamaria para si o título de legítima representante do povo da Namíbia, condenando quaisquer atividades militares na busca pela independência do país, em uma visível afronta à representatividade da SWAPO. A Frente Nacional da Namíbia conglomerava 5 facções tribais do país, defendendo o sufrágio universal e o Estado Democrático de Direito, sendo visto como um partido que poderia atenuar a bipolaridade que se estabelecia entre a SWAPO e a ADT (UDOGU, 2012).

⁴ Basters, Bushmens, Caprivianos, Damaras, Hereros, Kavangos, Colorados, Namas, Ovambos, Tswanas mais a minoria branca.

Dentre os partidos da Namíbia, o único que obteve reconhecimento internacional, de fato, foi a SWAPO, tanto por parte da OUA quanto da ONU, afirmando-se no pós-independência ao eleger os dois primeiros Presidentes do país, Sam Nujoma e Hifikepunye Pohamba. Apesar do prestígio perante a Sociedade Internacional, seria imprudente considerar a SWAPO como unanimidade perante a população no país, tendo em vista os diversos interesses, etnias e grupos tribais presentes na Namíbia.

2.3 A SWAPO

O ano de 1960 foi marcado pela fundação da Organização do Povo do Sudoeste Africano (SWAPO), movimento de libertação nacional que congrega diversas organizações ao longo da década de 1960, e viria a unificar a luta pela independência da região. Na época, tamanha era a desinformação acerca da real situação no país, que se aglomerava a SWAPO e o Congresso Nacional Africano (ANC) sob as mesmas bandeiras e ideais, não distinguindo a atuação e as demandas das diferentes organizações, que em comum só possuíam o mesmo antagonista, o *apartheid* sul-africano (SAUNDERS, 2004). O objetivo da SWAPO, sob a liderança de Sam Nujoma, era a obtenção de uma "independência genuína", renegando a solução via "bantustões", com a remoção total e completa da África do Sul do território namibiano.

A SWAPO denominava-se um "movimento popular" que, apesar de ter em seus objetivos - descritos no programa do partido - metas que sugeriam sua filiação ao marxismo-leninismo, nunca se definiu como tal, advogando de fato abordagens pragmáticas na resolução da Questão da Namíbia. Diferentemente de movimentos de libertação de países vizinhos, como o MPLA de Angola e a Frelimo de Moçambique, a SWAPO desde o início confiou à diplomacia e às negociações multilaterais no âmbito da ONU a principal ferramenta para obter a independência do país, aderindo à luta armada somente posteriormente, como outra forma de exercer pressão. No entanto, a via militar da SWAPO priorizou as ações de guerrilha, por ter consciência que bater de frente com as poderosas forças armadas sul-africanas traria graves consequências (UDOGU, 2012).

Desde o início a SWAPO apresentou duas alas diferentes, a interna e a externa, com diferentes abordagens e soluções à Questão da Namíbia. A ala externa era composta pelo seu Presidente, Sam Nujoma, em exílio, e atuava incisivamente nos tabuleiros internacionais,

principalmente na ONU, depois dando início ao movimento armado da Guerra de Independência. Composto por membros do partido no exílio, essa ala detinha o controle das finanças do Partido, devido ao reconhecimento internacional que gozava - tanto da OUA quanto da ONU- que os permitiram estabelecer escritórios em diversas capitais africanas⁵, tornando-se um ator participativo e influente na África e nas negociações diplomáticas internacionais sobre a Questão da Namíbia (UDOGU, 2012).

A ala interna da SWAPO era composta por membros da igreja, trabalhadores e intelectuais, compondo um grupo bastante heterogêneo. Apesar de alguns segmentos mais radicais - principalmente ligados a jovens estudantes - a ala interna participava da Convenção Nacional da Namíbia, o que era o ponto de maior atrito perante a ala externa do partido, que clamava ter a real legitimidade para atuar e falar em nome do povo namibiano. Estima-se que o Partido não se dividiu devido, principalmente, ao fato de a ala externa concentrar o financiamento do Partido, além do fato de a repressão sul-africana estimular a manutenção de sua unidade (UDOGU, 2012).

Em que pese suas divergências, ambas as alas mantiveram-se unidas contra a participação na Conferência de Turnhalle e nas eleições promovidas pela África do Sul em 1978, no entanto, houve, de fato, casos individuais em que membros do alto escalão do partido foram cooptados pelo governo sul-africano, aceitando cargos na administração do território. Essa ruptura no partido se deu após o grande aumento dos quadros da SWAPO, no período imediatamente posterior à descolonização portuguesa, que estimulou muito a juventude namibiana a almejar a liberdade de seu país também. Com o crescimento, vieram problemas de administração desses novos quadros, na sua acomodação nos campos da SWAPO, e no treinamento militar e acadêmico que receberiam. Como a própria experiência do MPLA demonstraria, a perspectiva de sucesso dentro de um partido em ascensão atrairia indivíduos extremamente ambiciosos, que, muitas vezes, não se enquadrariam, de fato, no partido (SHUBIN, 2008).

A Questão da Namíbia se difere da maioria dos conflitos ocorridos na África Austral devido, justamente, à singularidade da SWAPO enquanto partido envolvido na luta armada pela independência. Diferentemente do caso moçambicano e angolano, em que diferentes partidos se engajaram na luta armada pela independência, na Namíbia a oposição da SWAPO,

⁵ Luanda, Zamalek-Cairo, Hydra, e Dakar, além de Nova Iorque e Londres

por ser intimamente vinculada aos interesses sul-africanos, não participou das ações militares, tendo atuado, na verdade, na denúncia da violência promovida pelos "guerrilheiros marxistas" do PLAN, com o intuito de erodir o apoio que recebiam da população namibiana. Até meados dos anos 60 havia outro partido no Sudoeste Africano, a SWANU, que todavia não se envolveria, posteriormente, no conflito armado com os sul-africanos, perdendo força e legitimidade perante a população do país e a comunidade internacional. Em 1972 a SWAPO seria reconhecida, inicialmente, pela OUA e, posteriormente, pela Assembleia Geral da ONU como a única e legítima representante do povo namibiano, passando a receber apoio político da comunidade internacional.⁶

Cristopher Saunders descreve a singularidade da Questão da Namíbia sob a ótica da coordenação do processo de descolonização sob a bandeira de um partido único, liderado por Sam Nujoma:

"Unlike leaders of other liberation movements in Southern Africa, Nujoma did not have to worry about being outflanked from the left or being overtaken by another organization. He did not need to bargain with others and define positions to differentiate SWAPO from a rival. But in SWAPO there was never much space for democratic debate. The "sole and authentic" doctrine caused many problems in the negotiations over the future of Namibia, for it seemed to suggest that SWAPO did not believe in the multiparty democracy it claimed it wanted to see installed in Namibia (...)" (SAUNDERS, 2004).

De fato, durante os anos de exílio da SWAPO, houve apenas 2 conferências consultivas para eleição de seus líderes, tendo Sam Nujoma permanecido no poder em ambas, sob mecanismos pouco democráticos. Portanto, o que se pode interpretar a partir desse trecho, é que o cenário interno do país, com apenas um partido tendo aderido à luta pela libertação, sob a liderança de uma figura proeminente como Sam Nujoma, ofereceu à África do Sul mais um argumento para legitimar a sua presença na região, relacionando essa configuração política da Namíbia com eventual filiação da SWAPO aos interesses e à ideologia comunista.

Esse imaginário contribuiria para o apoio velado que alguns países do Ocidente, e, principalmente, os Estados Unidos da América, manteriam para o regime da África do Sul, sendo conveniente até meados da década de 1970, quando o apartheid sul-africano tenta

⁶ Observa-se que essa interpretação da SWAPO como legítima e única representante do povo da Namíbia não seria feita também pelo Conselho de Segurança da ONU, apenas pela AG.

estabelecer um partido vinculado a seus interesses, sob a influência da maioria branca da Namíbia, a Aliança Democrática de Turnhalle (ADT).

Apesar de seu caráter político, a SWAPO possuía um braço armado, constituído pelo "*People Liberation Army of Namíbia*" (PLAN), que passa a combater via táticas de guerrilha a presença sul-africana a partir de 1966, instalando algumas bases na Zâmbia e no sul de Angola, iniciando, de fato, a Guerra de Independência. Ressalta-se que o recurso à solução por vias militares não representaria o fim das negociações multilaterais internacionais, na verdade, complementando-as e representando uma nova forma de exercer pressão na Sociedade Internacional.

A repressão sul-africana à SWAPO de fato foi muito intensa e violenta, objetivando diminuir a sua influência perante a população da Namíbia. Relata-se até que tropas sul-africanas chegaram a se identificar como guerrilheiros do PLAN, utilizando-se de seus uniformes e estratégias, de modo a saquear vilarejos e propagar o medo. No entanto o que ocorre é um efeito inverso do desejado pela África do Sul, que quanto mais se utilizava de medidas de força para reprimir a SWAPO, mais aproximava a população civil desse grupo (KÖNIG, 1983).

2.4 A Guerra de Independência

A Guerra de Independência da Namíbia teve início na segunda metade da década de 1960, sendo conduzida, majoritariamente, pelo braço armado da SWAPO, o PLAN, em um modelo parecido com o ocorrido no Zimbábue, Angola, Moçambique e Guiné-Bissau. Após mais de 20 anos de frustradas negociações diplomáticas no âmbito da ONU, visando a obtenção de uma solução pacífica para a Questão da Namíbia, a SWAPO passa a operacionalizar ações militares e de guerrilha, como mais um mecanismo de pressão sobre a África do Sul (UDOGU, 2012).

Herbstein deixa claro também a influência que a conjuntura do nacionalismo africano desempenhou na decisão da SWAPO de recorrer à solução armada:

"Elsewhere on the colonized sub-continent nationalists had concluded that fine words and passive resistance would not lead to emancipation. In 1961 the FNLA began a war to liberate Angola, followed shortly by the MPLA."

In the same year, the ANC's Spear of the Nation and the Pan-Africanist Congress's Poqo took up arms against white rule. FRELIMO followed suit in 1964, while UDI in Rhodesia in 1965 triggered ZANU and ZAPU action against Ian Smith's "rule of 1,000 years" (HERBSTEIN, 1989).

Sam Nujoma, Presidente da SWAPO, reiterou que o recurso à solução armada fora muito discutida dentro do partido, e estava longe de ser uma ação consensual, mas seria levada a cabo por uma série de motivos. Destacam-se a discriminação racial no país, as políticas do apartheid, a exploração dos trabalhadores, a brutalidade da polícia sul-africana, a exploração das riquezas namibianas por multinacionais, e da ineficiência da ONU em solucionar a Questão, assim como a contínua recusa por parte das potências ocidentais de adotar sanções contra a África do Sul. Percebe-se, nesse contexto, a intensa relação da Guerra de Independência com as negociações multilaterais internacionais, em que aquela foi conduzida devido aos fracassos desta, diferentemente da lógica das guerras pela independência nos países vizinhos, em que a opção militar foi a prioritária desde o início.

Seguida à recusa sul-africana em acatar o parecer da CIJ em 1966, que encerrou seu Mandato sobre a região, a resistência namibiana ganharia força, passando a desestabilizar e ameaçar, de fato, a presença estrangeira no país, por meio da intensificação das ações armadas de guerrilha e pela execução de greves gerais e desobediência civil. No entanto a resposta da África do Sul ocorre via o aumento do número de bases militares na Namíbia, o que redundava em recrudescimento da repressão e da utilização de medidas de força, incidindo principalmente contra a população civil, desestabilizando fortemente suas estruturas sociais (KÖNIG, 1983).

O fator decisivo que seria o gatilho para a Declaração de Guerra em 1966, seria a recusa da Corte Internacional de Justiça em avaliar a Questão da Namíbia, após iniciativa de Libéria e Etiópia. A decisão da CIJ melindrou imensamente a SWAPO, que percebeu que enquanto a situação no Sudoeste Africano não gerasse, de fato, ameaça à paz e a à segurança na África Austral, a Questão da Namíbia seria conduzida somente por vias diplomáticas, estando fadada à conveniente postergação de uma solução definitiva.

Focada, inicialmente, em promover a desobediência civil no país como forma de combater a presença sul-africana, por meio, por exemplo, de boicotes e greves gerais, a SWAPO aderiu a luta armada em 1966, sob a bandeira da autodeterminação dos povos. A retórica do partido afirmava que somente o povo da Namíbia tinha a legitimidade em empreender a luta que os libertaria da dominação sul-africana.

A Guerra de Independência seria conduzida, majoritariamente, por estratégias de guerrilha, tendo em vista o evidente abismo que existia entre os recursos bélicos de Pretória e os da SWAPO, além da facilidade logística e operacional que a África do Sul dispunha ao travar uma Guerra no território contíguo ao seu. Os namibianos tinham consciência das graves consequências que um embate direto engendraria perante seus partidários, focando suas ações em atividades pontuais, com vistas, principalmente, a chamar a atenção da Sociedade Internacional à Questão e a promover uma resposta efetiva às ações repressoras da África do Sul perante sua população (UDOGU, 2012).

O acesso a equipamento militar para a SWAPO ocorria, tradicionalmente, por meio do Comitê de Libertação Africana, vinculado à OUA, além de acordos bilaterais com alguns países africanos, como a Nigéria e Angola. No entanto, não era somente a lógica Norte-Sul que balizava a disponibilização de material bélico e financiamento à SWAPO. Alguns dos países do mundo socialista⁷ também auxiliaram militarmente os namibianos, com destaque à URSS, em uma estratégia de oposição direta aos interesses ocidentais. A SWAPO não recebia apenas auxílio militar, tendo sido destinado ao Partido assistência humanitária também. As principais fontes desse tipo de assistência vieram dos países escandinavos e do Conselho Mundial de Igrejas. (UDOGU, 2012).

O líder da SWAPO, Sam Nujoma, exilou-se da Namíbia em 1961, instalando-se na então capital da Tanzânia, Dar es Salaam. Nesse local instalou uma base militar e iniciou o recrutamento de soldados para sua causa, em sua maioria, estudantes, trabalhadores e camponeses, oferecendo-os treinamento de guerrilha. No ano seguinte a SWAPO já instalara novas células e campos militares em uma série de países africanos - Zâmbia, Argélia e Egito - além de países socialistas, como a URSS, a China continental e a Coreia do Norte. Em 1965 a SWAPO já iniciara suas atividades de guerrilha no território namibiano, e estima-se que em 1977, entre dois e três mil pessoas tinham recebido treinamento militar fora do país (UDOGU, 2012).

A Guerra de Independência seria conduzida a partir de 1966 pelo braço armado da SWAPO, o PLAN, *People's Liberation Army of Namibia*. As primeiras investidas do PLAN foram direcionadas contra a polícia sul-africana, e contra escritórios da administração sul-

⁷ Notadamente, URSS, China, Iugoslávia, Romênia, Coreia do Norte e Cuba

africana no norte da Namíbia, evidenciando suas táticas de guerrilha, prontamente denunciadas por Pretória como "terrorismo".

Hodiernamente, o acesso a dados e relatos da violenta Guerra de Independência da Namíbia tornou-se, relativamente, mais fácil - apesar dos arquivos da SWAPO em Windhoek não serem abertos ao público - no entanto, ao longo do período de 45 anos em que ela ocorreu, era difícil expor ao mundo a maneira pela qual a África do Sul ocupava a região.

A historiografia diverge em diversos aspectos no que tange à atuação do PLAN, de acordo com a maneira pela qual os diferentes autores se inserem na Questão da Namíbia. Autores sul-africanos exaltam seus feitos militares no combate pela liberdade contra os desorganizados guerrilheiros namibianos, que supostamente operavam segundo as lógicas e os interesses da URSS, planejando desencadear um golpe comunista na Namíbia (SAUNDERS, 2004). Por outro lado, quando observada sob a ótica da SWAPO, a atuação do PLAN passa a ser superestimada e desprovida de insucessos, tendo sido o combate militar, sob essa perspectiva, a principal ferramenta pela qual o país obteve a liberdade em março de 1990. A verdade é que o PLAN obteve mais sucesso do que os sul-africanos registraram, mas, provavelmente, menos do que a SWAPO afirma, tendo em vista a baixa intensidade que as atividades da organização ganharam a partir da metade da década de 1980, quando a África do Sul deslocou um enorme contingente de soldados e policiais para a Namíbia, agindo com extrema violência e expulsando os combatentes da SWAPO para fora das fronteiras do país.

Durante os anos do conflito a manipulação da informação também era uma maneira de exercer pressão e arregimentar apoio, tanto interna quanto externamente. A dificuldade no acesso às informações do período contrapõe os relatos da SWAPO contra as informações oficiais do governo sul-africano. Enquanto a África do Sul ostentava a prisão de uma série de guerrilheiros da SWAPO, esta negava veementemente a captura de membros do seu quadro militar. Quando a SWAPO divulgava informações acerca da eliminação de soldados sul-africanos ou da destruição de aparato militar inimigo, era o governo de Pretória que contestava a veracidade desses relatos.

Oswin Namakulu aborda de maneira extremamente crítica a atuação do PLAN, ressaltando que algumas unidades da organização, localizadas no norte do país, lutaram nos primeiros anos de sua fundação com armamento extremamente precário - machados e facas de caça - e com pouquíssimo acesso a comida e medicamentos, impossibilitando a abertura de novas frentes de batalha. O autor ainda relata diversos casos de morte de combatentes pelo

"fogo amigo", devido ao despreparo de muitos combatentes, além da constante presença de espiões na organização (NAMAKULU, 2005). Esse lado da história é muito negligenciado pela historiografia "oficial" da Namíbia, justamente por ser proveniente da narrativa construída pela própria SWAPO. Outras questões delicadas, como casos de espionagem e traição nos altos escalões da organização também são abordados de forma pouco transparente por essa historiografia, em uma postura que se mantém desde a independência.

À medida em que a Guerra Civil no país intensificava-se, a África do Sul adotava táticas cada vez mais violentas para combater o "terrorismo" promovido pelos namibianos, aumentando sua presença na Namíbia, que já era bastante intensa. A partir de 1973, Pretória substituiu a ação policial por ação militar de fato, assumindo o "Estado de Guerra", dobrando o seu enorme contingente militar no país, de 110 mil membros em 1973 - entre forças armadas, força aérea, marinha e força-civil - para 225 mil em 1976 (UDOGU, 2012).

A SWAPO implementaria sua tática de guerrilha majoritariamente na região norte do país, por onde podia operar transitando pelos países vizinhos, focando sua ação nas regiões da Ovambolândia, Kavangolândia, Caprivi Ocidental e Grootfontein. O PLAN evitava atuar próximo às cidades, para evitar represálias à população civil, o que, no entanto, acontecia ostensivamente. Somado às prisões e tortura dos membros da SWAPO, seus próprios escritórios eram fechados, numa tentativa de imobilizá-la e paralisar suas atividades. Embora o partido não tenha sido oficialmente banido, acabou tendo que se operacionalizar de maneira *underground*:

"As the war in Namibia has intensified, a growing array of laws and regulations, designed to control every aspect of civilian life, has been imposed on the population. In its efforts to suppress support for SWAPO, the South African regime has attempted to cripple the liberation movement as a political force inside the country. Conscious of the widely held belief, both in Namibia and abroad, that SWAPO would overwhelmingly win genuinely free elections, the South African security forces have resorted to mass arrests, detention without trial, torture and banning of large numbers of SWAPO leaders and supporters " (KÖNIG, 1983).

Deve-se ponderar, também, que a SWAPO reagiu na mesma moeda à violência sul-africana, redundando em uma escalada de violência na Questão da Namíbia. O PLAN promovia emboscadas, utilizava-se de minas terrestres, e realizava execuções a sangue frio,

como a ocorrida em 1973 na base militar sul-africana de Kamenga, na região do Caprivi, em que 160 sul-africanos foram fuzilados, segundo dados do próprio partido⁸ (UDOGU, 2012).

A natureza do conflito, e seu forte caráter militar, levaria ao recrudescimento de uma cultura extremamente militarizada e hierarquizada dentro da SWAPO, tornando-a uma organização extremamente autoritária e fechada. A própria maneira pela qual a SWAPO respondeu às críticas acerca de sua atuação, no pós-independência, é consequência desse processo pelo qual a organização passou. Saunders relata o discurso de Sam Nujoma acerca da questão: *"if we are accused of ill-treating detainees, this was very little compared to the killing, cruel torture and brutal treatment the apartheid of South-Africa regime inflicted on our people over so many years."* Sam Nujoma ainda prossegue: *"We prefer to leave that sad history behind us and concentrate on national reconciliation"* (SAUNDERS, 2004).

Apesar da natureza violenta do conflito por ambas as partes, um evento em especial marcou a história da Guerra de Independência da Namíbia, entrando para a história como o Massacre de Cassinga. Em 1974, em meio às negociações multilaterais sobre a Questão da Namíbia, a África do Sul empreendeu uma ofensiva militar que massacraria mais de 800 namibianos, entre civis e membros da SWAPO, com o intuito de enfraquecer o Partido e refrear suas atividades guerrilheiras na fronteira com Angola. A operação em Cassinga, localizada em Angola, além de representar um evidente crime de guerra, representou a violação da soberania de um país vizinho, tornando a Questão mais complexa ainda do ponto de vista diplomático, o que atrasaria ainda mais a sua resolução, como Pretória previra (UDOGU, 2012).

A repressão generalizada promovida pela África do Sul obteve pouco sucesso em seu objetivo de diminuir o apoio popular à SWAPO, redundando, de fato, em uma crescente hostilidade à presença sul-africana na região. Apesar da forte censura que imperava no país, alguns movimentos civis ganharam notoriedade na denúncia aos atos cometidos pela ocupação estrangeira, sobretudo aqueles organizados em torno de igrejas e organizações religiosas, principalmente após carta aberta que a igreja Luterana aferiu ao governo de Pretória em 1971. A iniciativa luterana, apesar de aumentar a pressão perante a África do Sul,

⁸ Tendo em vista a breve discussão historiográfica introdutória, deve-se ponderar que esse número pode ser um dado superestimado, cuja divulgação visava enaltecer as ações militares da SWAPO, no entanto, Udogu atribui credibilidade a essa informação.

tornou as igrejas alvo também da repressão sul-africana, sofrendo com saques, destruição, e expulsão de missionários estrangeiros (KONIG, 1983).

2.5 Os vínculos da SWAPO com o comunismo.

Ao contrário do que se pode imaginar, a relação da SWAPO com os países comunistas não foi fácil de ser conduzida, redundando, de fato, em pouco apoio direto. Argumenta-se que, mesmo ao final da década de 1970, quando a ONU passou a condenar o apartheid mais veementemente em prol da causa da SWAPO, o interesse soviético era, na realidade, a manutenção do conflito na região, por não acreditar naquele partido como "suficientemente Marxista", capaz de conduzir a Namíbia a um governo que seguisse os interesses da URSS (VERGAU, 2010).

De fato, apesar de a SWAPO se identificar com o ideário marxistas, desde sua fundação demonstrou uma grande dose de pragmatismo. Isso ficou demonstrado, principalmente, no início da Guerra de Independência promovida pela SWAPO, quando o partido recorreu, como primeira opção, às potências ocidentais para promover o embate, de acordo com um dos líderes do partido, Andreas Shipanga:

"Either...because of grave naïveté or some strange illusion, the first rounds we made in Dar es Salaam were to knock on the doors of Western embassies. We really believe that it would be possible to convince the Western democracies that our right to self-determination and our struggle against South Africa rule was noble, just and worthy of their support".
(HERBSTEIN, 1989).

A recepção ocidental à SWAPO foi extremamente cautelosa e cheia de desconfianças. Não somente vínculos ocidentais com a África do Sul falaram mais alto, como também a desconfiança acerca do envolvimento da SWAPO com a URSS contribuiu para a recusa ocidental em tomar o partido do povo namibiano. *"No black who talks about oppression and injustice is his own man, behind him must be the Russians"* foi a frase descrita por um diplomata britânico no tocante ao tema. Apenas faltou ao diplomata a sensibilidade de perceber que a própria presença colonial europeia influenciaria aquele povo rumo à sede por liberdade, expressa, principalmente, nos ensinamentos da igreja anglicana - extremamente

influyente na sociedade e política do país - acerca da igualdade entre os seres humanos. (HERBSTEIN, 1989).

O fato é que ao se analisar a inserção soviética nos conflitos da África austral não se deve apenas levar em consideração a disputa por áreas de influência decorrente do confronto Leste-Oeste entre as superpotências do período. Shubin é enfático ao argumentar que essa é uma tendência da historiografia ocidental, que, por vezes, não consegue enquadrar a inserção soviética na região sobre o ponto de vista da própria URSS:

"Of course the state of USSR-USA relations did play a row in Moscow's decision-making on Southern Africa. However, the Soviets did not assist liberation movements and African Frontline States only because of the "Cold War". To put in the language of the day: such actions were regarded as part of the world "anti imperialist struggle", which was waged by the "socialist community" , "the national liberation movements", and the "working class of the capitalist countries". So the Moscow-Washington confrontation was definitely not the only reason for the USSRS involvement in Southern Africa" (SHUBIN, 2008).

Nos anos iniciais da luta pela independência do Sudoeste Africano, a URSS apoiara a SWANU, o partido que melhor representava a identidade do povo namibiano até então, inclusive participando do Congresso Pan-africano, enquanto a SWAPO não "nacionalizara" sua luta, ainda quando se denominava OPO e restringia suas bandeiras pela defesa dos interesses dos trabalhadores da Ovambolândia. As relações entre a URSS e a SWANU esfriaram quando o partido adotou posicionamento abertamente pró-China, enviando uma delegação ao país em 1963 (SHUBIN, 2008).

Em 1965 a SWAPO já recebia financiamento da OUA e passava a demandar assistência também da URSS, não somente financeira, mas também solicitando roupas, comida, armamento e munição. O contato fora estabelecido pelo Comitê Executivo da SWAPO, mas a URSS, a princípio, encarou as demandas do partido com ceticismo. Apesar de manter relações com Pequim, a SWAPO fora mais cautelosa na condução desse relacionamento, o que permitiu o estreitamento dos laços com a URSS, passando a receber treinamento acadêmico e militar em Moscou, embora os vínculos políticos ainda fossem limitados e a liderança da SWAPO fosse considerada "imatura" pelos soviéticos (SHUBIN, 2008).

À medida em que a SWAPO ganhava projeção internacional, principalmente após o início da Guerra de Independência, passava a demandar mais assistência à sua causa, e teve na

URSS um importante aliado, por meio, principalmente, do Comitê de Solidariedade soviético. A assistência soviética - restrita, majoritariamente, a armamentos, comida e treinamento - ganhou maior relevância para a SWAPO em 1969, quando o relacionamento do partido com os vizinhos passou a ser motivo de conflitos e desconfianças. No entanto, após esse período inicial de relações complicadas, a SWAPO e a URSS estabeleceriam boas relações ao longo das décadas seguintes, principalmente devido ao apoio ocidental à África do Sul. Os soviéticos tornar-se-iam um parceiro importante do partido, principalmente na ONU, estabelecendo seus votos e até exercendo seu veto de acordo com o diálogo instituído com a SWAPO (SHUBIN, 2008).

As operações da SWAPO ocorriam, principalmente, nos países vizinhos, como Zâmbia e Angola, devido à intensa repressão que sofriam dos sul-africanos no Sudoeste Africano. Essa presença, por vezes, gerou situações de mal estar perante outros movimentos de libertação, tendo a SWAPO sido acusada pelo MPLA de cooperar com a UNITA. As acusações relatavam membros desse partido infiltrados em seus quadros e repassando armamentos que recebiam da URSS para a UNITA. Essa situação provocou uma crise no relacionamento da SWAPO com os vizinhos africanos, e resultaria no congelamento ajuda recebida via a OUA por cerca de 10 meses (SHUBIN, 2008).

A SWAPO demonstraria seu pragmatismo ao resgatar o relacionamento com a China em 1974, após a desilusão dos chineses com a SWANU. Sam Nujoma visitou o país em 1973, fazendo questão de ressaltar que sua intenção era "manter relacionamentos não excludentes tanto com a URSS quanto com a China", evidenciando o pragmatismo de ambos os lados (SHUBIN, 2008).

Outro fato que comprova o contínuo pragmatismo de Sam Nujoma foi a manutenção da relação com a UNITA até meados dos anos de 1970, sendo que esse relacionamento se rompeu somente quando a UNITA passou a cooperar com Pretória, tornando-se inimigos declarados em 1976. A convergência de interesses aproximou a SWAPO do MPLA, e quando da independência de Angola, Nujoma liderou pessoalmente a delegação de seu partido na Conferência Internacional de Solidariedade de Luanda, em fevereiro de 1974 (SHUBIN, 2008).

A descolonização portuguesa, de fato, é um tema que representou uma verdadeira inflexão no trato da Questão da Namíbia:

"The precipitate Portuguese withdrawal from Angola, leading to a left-wing government in the space of 18 months created opportunities and obstacles. It was a watershed period for southern Africa, obliging all parties to review their regional strategies. South Africa initiated a more interventionist policy, only to come to grief on the outskirts of Luanda. For SWAPO, it was a time of hope. In all the arenas of struggle - diplomacy, the battlefield, among enthusiasts at home - the nationalist appeared to be in the ascendant and Pretoria in retreat." (HERBSTEIN, 1989).

O MPLA, apesar de travar uma guerra civil em Angola pela disputa do poder contra a FNLA e a UNITA, ofereceu apoio logístico ao PLAN da SWAPO, que passou a atuar fortemente entre as fronteiras de Namíbia e Angola, ampliando sua atuação e sendo capaz de criar bases de treinamento e campos de refugiados em território angolano. O fim do domínio colonial português na África também ofereceu uma nova oportunidade de captação de recursos para a SWAPO, uma vez que o financiamento da OUA destinado às lutas das ex-colônias portuguesas agora eram realocados, em grande parte, para o PLAN, que também recebia armas dos países do Leste. Além disso, um maior contingente de jovens passaria a atravessar as fronteiras com Angola para se juntar aos quadros da SWAPO (HERBSTEIN, 1989).

A resposta sul-africana ocorreu pela intensificação da atuação militar na região, promovendo prisões em massa de toda cúpula da SWAPO e buscando consolidar o que se denominou de um "cordão sanitário" na região fronteira, com o intuito de isolar a SWAPO da população de seu país, e impedir que estes fornecessem apoio à guerrilha (KÖNIG, 1983). Ademais, os vínculos da SWAPO com o MPLA fizeram Pretória decidir por intervir diretamente no conflito, diferentemente do que faria em Moçambique, contando, para isso, com o apoio clandestino da CIA e do Secretário de Estado Henry Kissinger, dos EUA (HERBSTEIN, 1989).

Uma das consequências diretas da descolonização portuguesa e do acirramento do nacionalismo na África Austral em meados da década de 1970, além da invasão de Angola, foi o aumento da introspecção sul-africana no tocante à Questão da Namíbia. Pretória abandonaria instâncias de diálogo multilaterais e, contrariando a ONU, organizaria eleições na Namíbia, a fim de instaurar no país um governo fantoche, vinculado a seus interesses (HERBSTEIN, 1989).

Somado ao fato de a descolonização tardia ocorrida nas ex-colônias portuguesas redundarem na ascensão de governos esquerdistas estava o apoio que o MPLA - patrocinado pela URSS e por Cuba - passou a fornecer à SWAPO, tornando os países capitalistas ocidentais mais temerosos ainda acerca da descolonização namibiana. A presença de tropas cubanas na região era vista pelos EUA como um "Cavalo de Tróia", que pretendia difundir o comunismo na região e possibilitar o acesso de Moscou aos vastos recursos minerais que a Namíbia ostentava (UDOGU, 2012).

Ao temor da ascensão de um governo esquerdista na Namíbia somou-se a posição estratégica que o território do país passou a representar no combate ao MPLA em Angola. A África do Sul beneficiava-se de sua posição estratégica vizinha à ex-colônia portuguesa para apoiar a UNITA, de Jonas Savimbi, que recebia também apoio militar norte-americano, realizando ataques ao governo constituído principalmente na região meridional e ao sul do país. A partir da intensificação e expansão do conflito entre a população namibiana e a África do Sul, devido à vinculação à conjuntura angolana, evidenciou-se de fato a caracterização de uma guerra na região, que a historiografia chamaria, posteriormente, tanto de "Guerra de Fronteira Sul-Africana" quanto "Guerra de independência da Namíbia" (KATJAVIVI, 1988).

A delimitação atribuída ao conflito advém do período imediatamente posterior à criação da SWAPO e seu PLAN, em 1966, quando houve a primeira troca de tiros entre os namibianos e a polícia sul-africana (SAP), auxiliada por sua Força Aérea (SAAF) na região de Omugulugwombashe; até o cessar fogo acordado em 1988. Seguido ao conflito de Omugulugwombashe, intensificou-se a presença militar sul-africana na região, com o envio de suas Forças Especiais (SADF Special Forces), que num primeiro momento disfarçavam-se de policiais, pois sua atuação não havia sido ainda aprovada no parlamento sul-africano. A resposta da SWAPO foi uma série de ataques à região de Oshikango, na fronteira com Angola (TSOKODAYI, 2004).

O envio de tropas cubanas a Angola nas vésperas da independência recrudescer ainda mais a tensão que envolvia a questão. Sob a argumentação de que o envio das tropas pautava-se em uma lógica de auxílio ao Terceiro Mundo, as forças cubanas somavam-se às sul-africanas, que apoiavam diretamente a oposição ao MPLA. A presença cubana na região foi de sumária importância não somente para a manutenção da independência angolana, mas também para o processo de negociações que conduziram à independência da Namíbia. As tropas cubanas somente deixariam a África após assegurarem a independência namibiana,

contribuindo também, indiretamente, para o desmantelamento do regime de apartheid sul-africano (TSOKODAIY, 2004).

No entanto, a relação da SWAPO com o MPLA passou por momentos de contestação em Angola. Relata-se que Agostinho Neto, Presidente angolano, considerava a presença da SWAPO no país de certa forma prejudicial, pois oferecia mais motivos para a África do Sul violar as fronteiras do país e financiar a UNITA (VERGAU, 2010). Apesar disso, em conversas junto a representantes dos países ocidentais, membros do governo angolano asseguravam o apoio incondicional à SWAPO, ainda que as negociações diplomáticas fracassassem. Isso evidencia, também, um dos motivos pelos quais Angola se tornou um importante ator no processo de independência da Namíbia, ao longo das negociações multilaterais ocorridas nos anos de 1970 e 1980, tendo em vista que era do próprio interesse nacional do país o fim do conflito no seu vizinho ao sul.

Alguns dias após a adoção da Resolução 435 de 1978 do Conselho de Segurança, a Resolução mais importante da Questão da Namíbia, que outorgava à ONU a responsabilidade por estabelecer as eleições no país, foi convocada uma Sessão Especial da Assembleia Geral da ONU, com foco na Namíbia. Nessa oportunidade, a URSS declarou-se favorável à imediata transição de poder na Namíbia para a SWAPO, afirmando que o processo negociatório encabeçado pelo Ocidente seguia apenas a lógicas e interesses próprias daqueles países, finalizando com a demanda por sanções imediatas à África do Sul.

Infere-se, portanto, que tanto a SWAPO quanto os países comunistas, foram, acima de tudo, pragmáticos no tocante à Questão da Namíbia. A SWAPO, apesar de "formalmente" marxista, não hesitara em procurar apoio ocidental e cooperar com a UNITA nos seus primeiros anos de existência. Torna-se conveniente para o partido e para a URSS, posteriormente, a parceria, tendo em vista os objetivos estratégicos da superpotência soviética naquela conjuntura, e a necessidade do PLAN de arregimentar financiamento e cooperação. Denota-se, no entanto, que a relação da URSS com a SWAPO não excluiu a atuação do partido no seio da ONU, dialogando junto aos ocidentais, muito menos condicionou os soviéticos a um apoio irrestrito, como, por exemplo, demonstra a abstenção soviética à Resolução 435, que, embora importante para a Namíbia e a SWAPO, fora um plano internacional negociado pelo Ocidente.

2.6 Articulações Sul-Africanas

Desde 1954 Pretória já havia determinado sua posição oficial perante a Questão da Namíbia. O tema era de fato interesse nacional, sendo discutido tanto no âmbito do executivo, legislativo e judiciário sul-africano. Em discurso oficial, o Primeiro Ministro Daniel Malan, determinou os princípios que balizavam a condução da política sul-africana perante a querela diplomática que englobava o território do Sudoeste Africano. O primeiro deles era referente ao Mandato sul-africano advindo da Liga das Nações, que Pretória considerava já não existente desde o fim dessa Organização Internacional. O segundo ponto versava a indivisibilidade entre o povo sul-africano e o povo namibiano, que teriam se transformado em "um território e um povo". A África do Sul também afirmava que os benefícios financeiros e econômicos que o Sudoeste Africano recebera em termos de investimentos superavam em muito o retorno que Pretória obtivera - o que é óbvio, tendo em vista que investimentos em indústrias e exploração de minerais requerem um capital imenso e trazem retornos de longo prazo apenas. Os demais princípios reiteravam a soberania sul-africana na Questão, e a recusa a uma interferência externa (UDOGU, 2012).

A África do Sul não chegaria a proibir, oficialmente, a SWAPO de exercer suas atividades no Sudoeste Africano, apesar de dificultar ao máximo sua mobilização e organização. Os sul-africanos buscavam explorar a divisão que a SWAPO demonstrara entre a "interna" e a "internacional", tentando cooptar os membros da ala interna para a sua causa por meio de sua participação em determinados processos políticos do país (SHUBIN, 2008). Essa postura sul-africana sofreria uma visível inflexão a partir dos anos de 1970.

A década de 1970 representaria um período complicado para Pretória. A descolonização portuguesa incentivou ainda mais o nacionalismo na África Austral, e a situação de Angola, especificamente, passou a preocupar o governo sul-africano. Devido à vinculação que o MPLA possuía com a SWAPO, Pretória decidiu intervir diretamente na Guerra Civil de Angola, contando com o apoio dos EUA. A presença do exército do apartheid em Angola, lutando ao lado da UNITA e do FNLA suscitou no apoio da OUA ao MPLA, o

que, juntamente ao posterior recuou das tropas sul-africanas de Angola⁹, gerou um ambiente favorável à SWAPO na região (HERBSTEIN, 1989).

O recrudescimento da situação na África Austral trouxe consequências políticas para a Questão da Namíbia. Em 1975 a África do Sul reuniu-se em Windhoek de forma a iniciar o processo de elaboração de uma constituição interina para a Namíbia. A "Assembleia Nacional de Turnhalle" ocorreu com a participação de líderes de mais de 10 grupos étnicos do país, excluindo, no entanto, uma série de partidos opostos à África do Sul do pleito, como a SWAPO, SWANU, e a Organização Democrática do Povo Nama (NAPDO). Obviamente, a "solução interna" proposta pelos sul-africanos tinha como objetivo realizar a manutenção dos privilégios da minoria branca do país, em alinhamento com o apartheid sul-africano, estabelecendo a segregação racial por meio dos bantustões e *homelands*, responsáveis por adereçar mais de metade do território da Namíbia à um grupo que representava apenas 11% da população (VERGAU, 2010).

O esboço da constituição interina ficou pronto em meados de 1977, no entanto, a África do Sul sofreu muitas pressões no âmbito internacional, até mesmo por parte dos países ocidentais, que, geralmente, evitavam críticas e condenações explícitas ao país. Isso ocorreu, majoritariamente, devido à incompatibilidade da proposta sul-africana com a Resolução 385, adotada pelo CS no ano anterior, que estabelecia os procedimentos para a condução de eleições na Namíbia e atribuía o processo como responsabilidade da ONU, e não do governo de Pretória. A ONU reagiria ainda ao unilateralismo sul-africano por meio da AG, que emitiu ainda a Resolução 3999 em 1975, clamando para si a autoridade *de jure* na Namíbia, além da Resolução 31/46 de 1976, denunciando a Conferência de Turnhalle e suas declarações (UDOGU, 2012).

De fato a proposta sul-africana estava longe de representar uma "Assembleia Nacional". A proporção dos representantes seguia uma lógica totalmente vinculada aos interesses da África do Sul. Os Ovambos, que representavam 50% da população, e eram, em sua maioria, identificados com a SWAPO, tinham apenas 12 cadeiras, em um total de 60, enquanto algumas minorias étnicas, cooptadas pelos interesses sul-africanos, como os "Rehoboth Basters" possuíam, proporcionalmente, muito mais representação. A situação se

⁹ Denota-se que esse recuo não representou uma derrota militar, e sim um recuo estratégico por parte de Pretória, no entanto, essa manobra foi comemorada pela população local que considerava que os sul-africanos haviam sido derrotados.

tornou ainda mais complexa quando, sob coordenação da África do Sul, 11 grupos étnicos fundiram-se para formar a Aliança Democrática de Turnhalle (ADT), sob a liderança de um "branco", Dirk Mudge (VERGAU, 2010).

A intenção sul-africana, claramente, era consolidar um Estado fantoche, que não representasse uma ameaça ao regime de apartheid, sob os auspícios de uma divisão tribal e racial que, aparentemente, demonstrasse a existência de um processo democrático no país. A Aliança Democrática de Turnhall era a solução encontrada por Pretória para contrapor a representatividade que a SWAPO gozava, tanto internamente, na política do país, quanto internacionalmente, sendo a única legítima representante do povo da Namíbia reconhecida pela ONU. A ADT, uma vez estabelecida, passou a receber financiamento direto da África do Sul, participando também da repressão contra a SWAPO (SWAPO, 1985).

As articulações sul-africanas para manter seu domínio no território da Namíbia possuíam um sentido imensamente estratégico para o país, principalmente devido à exploração dos recursos minerais. Além de toda retórica que utilizavam para legitimar sua presença como um bastião dos ideais do "mundo livre" capitalista perante a ameaça representada pelas ex-colônias portuguesas, uma eventual escalada democrática na Namíbia ameaçaria o próprio regime de *apartheid* sul-africano, colocando em xeque a supremacia da minoria branca no país.

Novamente visando afirmar sua posição soberana perante o território da Namíbia e desafiando a Sociedade Internacional, a África do Sul patrocinaria eleições internas na Namíbia em 1978. A eleição, boicotada pela SWAPO, foi vencida pela DTA com mais de 80,3% dos votos, com a participação de 81,3% da população, o que levaria Dirk Mudge, líder da DTA, a reclamar maior proeminência de seu partido como representante do povo namibiano, contestando a posição internacional de apoio à SWAPO como "única e solene" representante do povo (UDOGU, 2012; VERGAU, 2010).

A eleição que consagrou a ADT teria sua legitimidade imensamente questionada nos anos seguintes, tanto por parte da ONU, que a considerava nula, quanto por parte da opinião pública internacional. A ação sul-africana redundaria em uma rara reação do Conselho de Segurança, que por meio da Resolução 566 considerou as eleições nulas e orientou os demais países da ONU a não reconhecerem aquele governo. A imprensa internacional, por sua vez, levantou uma série de irregularidades na suposta transparência da eleição, que ia desde a coerção de líderes tribais pela África do Sul até a presença ostensiva de tropas e polícias sul-

africanas nos locais de votação, intimidando os eleitores. A conclusão de periódicos como o *The New York Times*, e o *Times*, em 1978, seria que o pleito fora visivelmente manipulado pela África do Sul (UDOGU, 2012).

3. A Abordagem Multilateral

3.1 A Questão da Namíbia na ONU

A Questão da Namíbia pode ser considerada paradigma para o estudo da diplomacia moderna, uma vez que foi abordada e discutida à exaustão em instâncias multilaterais ao longo do século XX. Tendo em vista sua legitimidade perante à Sociedade Internacional, esperava-se que a ONU assumisse a responsabilidade moral e legal para conduzir a Namíbia à independência no pós-Segunda Guerra Mundial.

A África do Sul, no entanto, desafiou ao longo de toda a segunda metade do século XX a autoridade da ONU:

"Seduced, as it were, by the abundant, invaluable raw materials and wealth of the country, Pretoria reneged on plans to grant the territory its freedom. Problematically, Pretoria advanced progressively with its own plans of annexing the area into South Africa. In this way, strategically, the society's resources could be safely exploited by powerful (international and national) investors and industrialists" (UDOGU, 2012).

A abordagem inicial à Questão da Namíbia no seio da ONU seguiu os protocolos tradicionais estabelecidos para resolver pacificamente a querela. Entretanto, com a Declaração sobre a Concessão da Independência aos Países e Povos Coloniais e dos Princípios Básicos do Status Legal de Combatentes Enfrentando Dominação Colonial e Regimes Racistas em 1960, além da criação da OUA em 1963, o nacionalismo africano ganhou forças e passou a exercer considerável pressão nas potências ocidentais coloniais. A partir do reconhecimento da SWAPO como único e solene representante do povo namibiano pela OUA e pela ONU, o partido também passaria a participar das conversações diplomáticas formalmente na qualidade de observador (TSOKODAYI, 2004).

A Questão da Namíbia foi levada à Corte Internacional de Justiça (CIJ), pela primeira vez, em 1950, tendo a CIJ emitido opinião consultiva confirmando que o Mandato da Sociedade das Nações ainda era válido, e que deveria ser repassado à ONU, não gozando a União Sul-Africana de legitimidade para alterá-lo unilateralmente, no entanto, afirmando não haver obrigação legal de a União Sul-Africana colocar o território à disposição do Conselho de Tutela (UDOGU, 2012).

A opinião consultiva da CIJ engendrou o início de um processo de negociações no âmbito da ONU, que optou por criar, ainda em 1950, um órgão capaz de atuar junto ao governo de Pretória para resolver a Questão, o Comitê Ad Hoc do Sudoeste Africano. Passando a funcionar em 1952, a principal função desse Comitê era dialogar com os sul-africanos a fim de estabelecer os procedimentos necessários para o cumprimento da opinião consultiva da CIJ. Contudo, naquele mesmo ano ficou claro a indisposição do governo sul-africano em colaborar, principalmente por não reconhecer a autoridade do Comitê Ad Hoc de negociar representando os interesses da ONU.

Em 1953 a Assembleia Geral estabeleceria em sua oitava sessão a Resolução 740A, criando o "Comitê do Sudoeste Africano", cuja função seria negociar com a África do Sul até que fosse negociado um acordo com a ONU acerca da Tutela do Sudoeste Africano. Munida da decisão da CIJ que não obrigava legalmente Pretória a seguir a intenção da ONU, os sul-africanos recusaram-se a dialogar com o Comitê, e em 1954 comunicaram à Sociedade Internacional que sua visão era de que uma vez que a Liga das Nações não existia mais, também não havia mais obrigações nem compromissos do país relativos ao Mandato que possuía, demonstrando que, de fato, sua intenção era anexar a região (UDOGU, 2012).

Em 1957 seria estabelecido o Comitê de Bons Ofícios para trabalhar juntamente ao Comitê do Sudoeste Africano na Questão da Namíbia. Aprovado pela Resolução 1243 e composto por Estados Unidos, Grã-Bretanha e Brasil, o novo comitê objetivava negociar a transição do Sudoeste Africano para um status internacional, vinculando-o à ONU. A África do Sul demonstrou-se disposta a negociar com o Comitê de Bons Ofícios, devido, principalmente, à presença de Washington e Londres, a quem considerava aliados. A proposta apresentada, inicialmente, por Pretória seria a divisão do território da Namíbia em dois, atribuindo o norte do país ao Conselho de Tutela e anexando o sul - região abundante em recursos minerais - à África do Sul (TSOKODAYI, 2004).

A proposta sul-africana foi considerada factível pelo Comitê de Bons Ofícios, o que demonstrou, mais uma vez, a relação próxima que o Ocidente tinha com a África do Sul, tendo em vista que a divisão do Sudoeste Africano nunca havia sido cogitada e iria de encontro com as determinações da ONU. O Comitê de Bons Ofícios apresentou sua opinião à Assembleia Geral da ONU, que prontamente declinou em 1958, reiterando que quaisquer soluções que implicassem na anexação do território da Namíbia pela África do Sul estava fora de cogitação e seria inaceitável. Em 1959 Pretória encerraria suas negociações com o Comitê

de Bons Ofícios, pois não aceitaria a atribuição de um status internacional ao território do Sudoeste Africano, uma vez que isso impediria sua posterior anexação (UDOGU, 2012).

A Questão da Namíbia seria levada novamente à CIJ, em 1960, por Libéria e Etiópia. Mas desta feita a CIJ optou por não emitir parecer acerca do tema, pondo fim aos recursos legais que poderiam ser utilizados para anular o Mandato devido às violações feitas pela União Sul-africana. Com efeito, em abril de 1961 a AG adotou uma resolução em que chamava a atenção do Conselho de Segurança acerca da dificuldade em se solucionar a Questão da Namíbia, argumentando que a querela estava colocando em perigo a paz e a segurança na África Austral. Claramente o apelo da AG visava cooptar o CS a discutir o tema, uma vez que ele possuía mecanismos mais efetivos de implementação de suas resoluções, recorrendo, caso necessário, ao seu Capítulo VII, que abriria a possibilidade de se aplicar sanções e até operações militares na região caso a paz e a segurança estivessem ameaçadas.

O Comitê de Bons Ofícios emitiu parecer à AG em 1961, após se reunir em Dar es Salaam, Tanzânia, informando a ONU que a África do Sul não aceitaria nenhuma solução pacífica que não implicasse na segregação e anexação do território do Sudoeste Africano e que a manutenção da presença sul-africana naqueles moldes seria prejudicial à população namibiana, pois não estimulava seu desenvolvimento político, econômico e social. A consequência desse relatório foi a Resolução 1702, em que a AG dissolvia o Comitê do Sudoeste Africano e substituía o Comitê de Bons Ofícios pelo Comitê Especial para o Sudoeste Africano, em mais uma empreitada rumo à obtenção de uma solução pacífica para a Questão da Namíbia (UDOGU, 2012).

O recém criado Comitê Especial traria de diferente em suas atribuições a possibilidade e dever de visitar o território da Namíbia. A Assembleia Geral delegou essa função a esse Comitê Especial em maio de 1962, colocando como objetivo da missão as ambiciosas tarefas de garantir a evacuação do território pelas forças militares sul-africanas, a revogação das leis discriminatórias contra a minoria negra autóctone, a preparação para eleições livres com sufrágio universal sob a supervisão da ONU, a libertação de presos políticos e a assistência e aconselhamento do novo governo eleito com vistas à total independência do país.

Perante os audaciosos objetivos da ONU ressalva-se:

"Notwithstanding the foregoing injunctions, it seemed obvious that it was one thing to declare the United Nations' goals and quite another to implement them in such a politically conflictive environment that was

fostered by clashing interests.(...) In truth, how could the Special Committee without the backing of a credible armored force dislodge the mighty power of the South African military?" (UDOGU, 2012).

Os objetivos da ONU com o Comitê Especial claramente não conseguiram ser implementados, devido à falta de instrumentos práticos e logísticos para cumprir com essas missões. Apesar de a África do Sul ter dialogado melhor junto ao Comitê Especial, inclusive convidando seu presidente, o filipino Victorio D. Carpio para visitar o Sudoeste Africano, o Comitê Especial declarou em 1962 formalmente sua falha em cumprir as designações a que fora incumbido, sendo posteriormente dissolvido pela Resolução 1806 daquele ano, que delegaria suas competências ao recém criado Comitê Especial sobre a Implementação da Declaração sobre a Concessão da Independência aos e Países e Povos Coloniais.

As atribuições do Comitê Especial sobre a Implementação da Declaração sobre a Concessão da Independência aos e Países e Povos Coloniais se diferenciariam dos demais pelo fato de ele poder receber petições do povo namibiano, e enviar missões ao território para avaliar o desenvolvimento político daquela sociedade. Já em 1963 o Comitê reportaria à AG seu fracasso em persuadir a África do Sul a abrir mão da Namíbia.

Com o esgotamento das possibilidades de resolução da querela por vias judiciárias após a recusa da CIJ em avaliar a Questão, e o fracasso de seus comitês, a ONU decidiu utilizar-se de suas medidas executivas para manifestar-se. A AG apresentaria em novembro de 1963, devido à pressão do bloco africano, a Resolução 1899, que incitava todos os membros da ONU a aplicar sanções na venda e fornecimento de armamento e petróleo para Pretória. Essa solicitação por parte da AG, apesar de legítima, não criava as mesmas obrigações internacionais perante os membros da ONU que uma eventual Resolução do CS. Por esse motivo, e pelas graves consequências ao povo namibiano que a estagnação das negociações apresentava, a AG apresentou formalmente ao CS, em 1973, a Resolução 1979, que solicitava que o CS considerasse a Questão, uma vez que ela estava sendo um empecilho para a paz e a segurança da região.

Somente em 27 de outubro de 1966, devido às crescentes pressões da Assembleia Geral, a ONU encerraria oficialmente o Mandato sul-africano no Sudoeste Africano, por meio da Resolução 2145, dando status internacional ao território, tendo em vista o fracasso de Pretória em cumprir suas obrigações perante a região. Com efeito, em 19 de maio de 1967 é emitida a Resolução 2248, pela qual a ONU assume a responsabilidade direta pelo território. O Conselho de Segurança reconheceria a decisão da Assembleia Geral somente em 1969,

condenando a presença sul-africana na região como ilegal e exigindo a retirada do território (SWAPO, 1985). Os anos que se seguem vislumbrariam o crescimento da pressão da comunidade internacional para que ocorresse a independência da Namíbia.

O engajamento dos países africanos na Questão resultou na proposta elaborado pelo "Grupo dos Quatro", composto por Nigéria, Senegal, Etiópia e a República Árabe Unida, que visava a constituição do Conselho da ONU para o Sudoeste Africano, composto por 11 países, em sua maioria africanos do bloco dos países não-alinhados, que seria incumbido com a responsabilidade de conduzir negociações pacíficas rumo à transição do país à independência de acordo com as normativas da entidade e tendo como base a Declaração sobre a Concessão da Independência aos e Países e Povos Coloniais. A proposta africana ainda incluía uma data limite para a independência do país, junho de 1968, condicionando esse prazo a um eventual uso do Capítulo VII da Carta da ONU. Por meio da Resolução 2248, a Assembleia Geral atribuiria em 1967 a responsabilidade do Conselho do Sudoeste Africano em administrar o território até a sua independência (UDOGU, 2012).

A tentativa dos países africanos de assumir o protagonismo da resolução da Questão da Namíbia acabou se demonstrando ineficiente, principalmente pelo fato de o Conselho recém criado não contar com a participação dos EUA, como demonstra Herbstein:

"Had the United States government of Lyndon Johnson lent its prestige to the birth of the UN Council by becoming a member, South Africa might have taken it seriously.(...) In 1974, the Council issued a decree warning multinational companies against exploiting Namibia's natural resources. It was ignored by Western mining houses and Soviet fishing boats alike" (HERBSTEIN, 1989).

Apesar do estabelecimento do Conselho da ONU para a Namíbia, a África do Sul não reconheceu esse organismo, declarando - nas palavras do Primeiro Ministro Vorster - a Resolução 2145 como *"the manifestly unlawful decision of the General Assembly"*, e não permitindo seu estabelecimento no Sudoeste Africano. O Conselho, portanto, teve de atuar a partir dos escritórios da ONU em Nova Iorque, denunciando os países que mantinham relações comerciais e políticas próximas de Pretória, mas sem poderes, de fato, para realizar o que havia sido incumbido, que seria a administração da Namíbia e o preparo para a independência (VERGAU, 2010).

Seguida à recusa sul-africana em reconhecer o Conselho para o Sudoeste Africano, a AG mais uma vez exerceria pressão em Pretória, por meio da Resolução 2325, que condenava a recusa da África do Sul em consentir com as Resoluções 2145 e 2248, declarando que a contínua presença sul-africana no território era uma flagrante violação à integridade territorial namibiana e a seu status internacional, definido na Resolução 2145 da AG. Em 1968, por meio da Resolução 2372, a AG proclamava que, devido à vontade do povo namibiano, o Sudoeste Africano seria denominado de Namíbia, alterando o nome do Conselho para Conselho da ONU para a Namíbia (UDOGU, 2012).

O Conselho para a Namíbia se tornaria a instituição internacional mais forte na disputa perante à África do Sul com vistas a solucionar a Questão da Namíbia. Responsável não somente por administrar o território do país até a independência, as atribuições do Conselho também englobavam o auxílio na elaboração de uma Assembleia Constituinte, responsável por elaborar a constituição do país, além de conduzir a retirada de tropas e policiais sul-africanos da Namíbia. Seria ainda indicado um Comissário do Conselho, responsável principal por conduzir esse período de transição.

Apesar da insistência e determinação da AG em obter uma solução à Questão por meios pacíficos, estabelecendo sua autoridade sobre a Namíbia por vias diplomáticas, cada vez se tornava mais claro o total desrespeito de Pretória pelos regimes de governança global. O Conselho para a Namíbia seria mais um a reportar à AG a total falta de disposição sul-africana em "abdicar de suas responsabilidades perante os cidadãos namibianos", expondo sua frustração no estabelecimento de sua autoridade no território por vias pacíficas (UDOGU, 2012).

Em 1971 a questão foi levantada novamente em âmbito jurisdicional, com pedido de parecer consultivo à Corte pelo Conselho de Segurança da ONU, à fim de verificar a legalidade da revogação do Mandato pela ONU. A CIJ declara ilegal a presença sul-africana na Namíbia, declarando o dever de todos os membros da ONU de reconhecer a ilegalidade do domínio sul-africano, reconhecendo o Conselho para a Namíbia como o representante *de jure* da Namíbia¹⁰. Convém analisar-se que o pedido de parecer consultivo é mais ameno que uma ação litigiosa - como proposta na década de 1960- pois o parecer da CIJ não possui caráter

¹⁰ A partir do reconhecimento da CIJ, o Conselho da ONU para a Namíbia passa a representar o país em foros internacionais, como na Organização Mundial da Saúde, indicando o reconhecimento internacional do Conselho e seu direito de representar a Namíbia em detrimento da África do Sul.

jurisdicional, ou seja, não goza de obrigatoriedade em seu cumprimento, o que demonstra uma iniciativa importante do ponto de vista diplomático, mas, na prática, extremamente branda.

Demonstra-se, portanto, que embora buscava-se pressionar a África do Sul de maneira retórica, ações concretas, vinculantes e incisivas, de fato, eram evitadas pelos países do bloco capitalista hegemônico no trato da questão. Ao longo da década de 1970, EUA, França e Inglaterra vetam em 3 ocasiões no Conselho de Segurança a aplicação de sanções à África do Sul relativas à ocupação do Sudoeste Africano (HERBSTEIN, 1989).

Herbstein demonstra a incongruência da posição Ocidental no trato da Questão da Namíbia:

"They argued that both the armed struggle and economic sanctions would endanger Western investments and strategic interests, put whites and blacks at physical risk, and, they insisted, would not work. On the other hand, their industrialists and traders continued to benefit from the expansion of the South African and Namibian economies" (HERBSTEIN, 1989).

Poucos países ocidentais se posicionavam de maneira mais direta, como é o caso da Noruega, que a partir de 1974 passou a enviar recursos diretamente à SWAPO (SWAPO, 1985). A SWAPO manifestou, formalmente, sua insatisfação com a atuação da Sociedade Internacional no trato da questão:

O povo da Namíbia nunca reconheceu a qualquer dos regimes coloniais sucessivos o direito de governar; e seu direito à autodeterminação é inteiramente independente dos formalismos do direito internacional.(...) Como já tinha sucedido com a Sociedade das Nações, a Carta da ONU foi redigida pelos países imperialistas de acordo com seus próprios interesses.(...) Até agora a cumplicidade das potências imperialistas ao proteger a África do Sul contra as sanções do CS impediu que a ONU se convertesse num instrumento eficaz para a libertação da Namíbia (SWAPO, 1985).

Percebe-se que, até meados da década de 1970, a questão da Namíbia foi discutida seguidas vezes no âmbito multilateral, e sempre no seio da ONU. Apesar das seguidas condenações e da efetiva manifestação da ilegalidade da presença sul-africana no país, medidas práticas mais extremas eram evitadas, principalmente devido à atuação branda dos países ocidentais identificados com o colonialismo. Isso ocorreu, principalmente, devido ao grande número de países africanos e asiáticos que obtinham sua independência ao longo das décadas de 50 e 60, transformando uma então minoria, repleta de países comunistas, em uma

maioria que exercia enorme pressão a favor da descolonização e do direito à autodeterminação no âmbito da AG. Essa parcela dos países, agora maioria, estava disposta a transformar a ONU em instrumento efetivo da realização desses interesses. A postura, até então, de EUA, Inglaterra e França, segundo avaliação da SWAPO, demonstrava um posicionamento extremamente defensivo perante os sucessivos questionamentos ao ordenamento internacional que eles haviam construído ao final da Segunda Guerra mundial, resguardando, portanto, suas posições de superioridade na esfera internacional e, também, seus interesses econômicos e políticos (SWAPO, 1985).

A SWAPO demonstrava sua constante insatisfação com a condução da Questão da Namíbia no âmbito multilateral, principalmente quando a CIJ atribuiu ao Conselho para a Namíbia da ONU a responsabilidade oficial de conduzir o país a independência, argumentando que quem melhor representaria, de fato, os interesses de seu povo, era seu partido. *"Nujoma was somewhat worried that if power in Namibia was transferred to the UN and not to the Namibians themselves, the world organization could be used as a cover for imperialist forces."* (SHUBIN, 2008).

Na segunda metade da década de 1970 a passividade perante as violações ao Direito Internacional, perpetrados pela África do Sul, se tornava cada vez menos operacionalizáveis. Além da conjuntura internacional desestimular o investimento privado em território sul-africano, os países ocidentais eram pressionados por todos os lados, e o próprio conjunto de regras e valores do Sistema Internacional que eles haviam construído começavam a entrar em xeque. O ambiente de Guerra Fria também voltou a exercer pressão nos países ocidentais, tendo em vista a constante denúncia perante à opinião pública, principalmente pela URSS, da conivência capitalista-ocidental com a presença imperialista da África do Sul no território namibiano.

Em dezembro de 1974, finalmente, o CS se manifestaria formalmente por meio de uma resolução de aspecto mais severo. Por meio da Resolução 366, o Conselho de Segurança condenaria não apenas a presença ilegal da África do Sul na Namíbia, como também a política de segregação racial que o apartheid impunha ao país. A Resolução meramente exigia uma declaração sul-africana comprometendo-se a elaborar um plano de retirada do país, libertação de presos políticos e cessação das práticas discriminatórias (TSOKODAYI, 2004; UDOGU, 201).

Em 16 de dezembro de 1975 o então Secretário Geral da ONU, Kurt Waldheim, enviou ao Presidente do CS uma carta denominada "*The Situation in Namibia*", solicitando futuras discussões acerca do tema (UDOGU, 2012). Em 27 de janeiro, não somente representantes de países do Terceiro Mundo¹¹, mas também o Secretário Administrativo da SWAPO, Moses Gareb, foram convidados, ainda que sem direito a voto, a participar dessas discussões no CS acerca da Questão da Namíbia, expondo a preocupação da entidade em legitimar o procedimento perante à Sociedade Internacional (TSOKODAYI, 2004). As discussões ocorreram, concomitantemente, com a participação da delegação do Conselho das Nações Unidas para a Namíbia - que era composta pelo seu Presidente, mais representantes de Finlândia, Indonésia, Polônia e México - e, também, da África do Sul, igualmente sem direito a voto. O fruto da reunião foi a aprovação, por unanimidade, da Resolução 385 no Conselho de Segurança (TSOKODAYI, 2004; UDOGU, 2002).

Invocando as Resoluções da AG anteriores, assim como a Opinião Consultiva emitida pela CIJ, instaurou-se a Resolução 385, aprovada em 30 de janeiro de 1976, um marco na Questão da Namíbia, uma vez que balizaria toda a condução do processo de descolonização nos anos posteriores. Ela determinava que o povo da Namíbia tinha o direito de determinar livremente seu próprio futuro, e reafirmava a responsabilidade legal da entidade perante a Namíbia, requerendo "eleições livres sob a supervisão e controle da ONU", condenando as atitudes da África do Sul que visavam atrasar e impossibilitar esse processo (HERBSTEIN, 1989).

A Resolução ainda condenava a "contínua ocupação ilegal" sul-africana do território da Namíbia, a aplicação das "leis e práticas repressivas e discriminatórias" na região, a utilização do território namibiano para o estabelecimento de bases militares utilizadas para ações em países vizinhos, a "persistente recusa" do país a seguir o que fora estabelecido nas resoluções prévias e na Opinião da CIJ, e demandava, também, o fim das políticas de bantustões, que, segundo a ONU, violavam a unidade territorial e a integridade da Namíbia (UDOGU, 2012).

A Resolução 385 gerou um ambiente favorável à pressão internacional perante o regime sul-africano, e foi, de fato, um marco no processo de descolonização da Namíbia. No

¹¹ Argélia, Benin, Egito, Indonésia, Jamaica, Líbia, Libéria, Nigéria, Guiné, Ilhas Maurício, Maurítânia, Tanzânia, Cuba, Índia, Jordânia, Mali, Arábia Saudita, Bangladesh, Burundi, Quênia, Kuwait, Tunídia e Iugoslávia.

entanto, essa Resolução não operacionalizou, de fato, o processo transitório, cabendo a uma nova Resolução essa responsabilidade (o que ocorreria somente com a definição do Grupo das Nações Unidas para Assistência à Transição (UNTAG) na Resolução 435). As negociações posteriores balizar-se-iam na implementação da Resolução 385.

Em 1977 os países africanos mobilizam-se para que novas Resoluções fossem adotadas, apresentando 4 rascunhos ao CS, propondo medidas mais severas do que as anteriores, demandando, inclusive, sanções. Vergau identifica nessa ação uma sondagem africana com relação à disposição ocidental em dar continuidade às pressões ao regime da África do Sul, principalmente, após EUA, Canadá, Inglaterra, França e Alemanha Ocidental anunciarem a criação de um Grupo de Contato, cujo objetivo seria a implementação da Resolução 385:

(...) Faced with a new constellation at the beginning of 1977, the Africans were now dealing with such a high-calibre western group in the Security Council that they decided to take these Five at their word with the applause for SCR 385 and force them to show their true colors openly at the UN by drafting tough Resolutions aimed at South Africa, which also included sanctions under Chapter VII of the Charter (...) (VERGAU, 2010).

Foram elaborados 4 esboços de Resoluções, contemplando diversas demandas dos países africanos. A primeira era totalmente aceitável pelos cinco países ocidentais do GC, demandando a imediata abolição apartheid sul-africano, no entanto, o conteúdo das demais gerou apreensão a esses países ocidentais. A segunda, que mais preocupação trouxe ao GC, dissertava acerca das medidas a serem tomadas, sob os auspícios do Capítulo VII, caso a África do Sul não cessasse sua conduta ilegal na África Austral como um todo, considerando que esse país estaria "em guerra" com a ONU, devido à ocupação militar no território da Namíbia. Os terceiro e quarto rascunhos versavam sobre embargos à África do Sul, na venda de armas e na cooperação nuclear, e sobre corte dos investimentos e empréstimos àquele país, respectivamente (VERGAU, 2010).

Os cinco países foram os responsáveis por discutir e negociar as demandas rascunhadas pelos países africanos, sabendo que, caso elas fossem submetidas, daquela forma, ao CS, seriam veementemente vetadas, melindrando os sucessos diplomáticos que o GC obtivera até então. Uma série de encontros e consultas informais ocorreram entre os membros do GC, tendo em vista as propostas apresentadas pelos países africanos, consideradas inaceitáveis pelos ocidentais. A proposta norte-americana era a tentativa de persuadir a

retirada dos 4 esboços pelos países africanos, por meio da negociação de uma proposta de consenso, junto ao CS, que impusesse medidas duras contra a África do Sul, no entanto, mais amenas do que as originalmente demandadas, para, assim, haver chance real de aprovação das mesmas. Com efeito, foi definido pelo GC a busca pela elaboração de uma "Afirmação de Princípios" juntamente às partes envolvidas na negociação (VERGAU, 2010).

A partir de 1977 o GC monopoliza as discussões acerca da Questão da Namíbia, realizando a mediação das tratativas entre a SWAPO e a África do Sul, o que geraria críticas por parte da ONU e de seu Secretário Geral, principalmente devido à sobreposição que o GC realizava perante as funções do Conselho da ONU para a Namíbia. Os esboços de resoluções propostas pelos países africanos demonstraram claramente ao GC quais eram as demandas presentes na agenda africana, e a partir disso, o grupo conduziu diplomaticamente as negociações, balanceando expectativas, interesses, disputas e controvérsias.

3.2 O Reconhecimento Internacional da SWAPO

A liberação da África da dominação colonial foi um dos únicos temas que congregou o bloco africano em torno de um amplo consenso. Fortalecidos pela Declaração sobre a Concessão da Independência aos Países e Povos Coloniais, o bloco africano engajou-se ativamente na Questão da Namíbia, principalmente no âmbito da AG. O reconhecimento da OUA à SWAPO foi essencial para o posterior reconhecimento na AG da ONU, que garantiu a SWAPO como legítima representante do povo namibiano perante a comunidade internacional.

Criada em 1963 e com o objetivo de promover a solidariedade entre os povos africanos e erradicar o colonialismo do continente, a OUA teve atuação importante no processo de independência de uma série de países africanos, exercendo pressão em foros internacionais e apoiando diretamente uma série de movimentos de libertação nacional, como a SWAPO. A partir do apoio recebido pela OUA que a SWAPO pode encaminhar seu "Estágio Ativo", de 1962 a 1967 e viabilizar o reconhecimento posterior.

O apoio da OUA não demandava o cumprimento formal de quaisquer condições, no entanto, a Organização avaliava alguns critérios, como o grau de apoio da população ao movimento, e o quanto promissora e efetiva era sua luta, cabendo às demandantes comprovar tais quesitos perante a OUA. Uma vez que o apoio era consolidado, além da legitimidade do

pleito, os movimentos de libertação passavam a receber recursos do Comitê de Libertação Africana, além de se utilizarem da influência da OUA perante a Sociedade Internacional nas negociações diplomáticas internacionais (UDOGU, 2012).

Duas declarações marcaram a evolução da posição da OUA perante os movimentos de libertação africanos, o Manifesto de Lusaka de 1967 e a Declaração de Mogadishu de 1971. O Manifesto de Lusaka versava sobre a situação na África Austral, clamando pela priorização a soluções pacíficas, mas advogando o uso de soluções violentas caso necessárias. Quatro anos depois, a Declaração de Mogadishu alteraria o tom da OUA, afirmando que apenas a solução com o uso da força ofereceria a solução para a libertação da África (TSOKODAYI, 2004).

A SWAPO trabalhou incessantemente para obter o reconhecimento da OUA, estabelecendo escritórios fora da Namíbia, e iniciando uma ofensiva diplomática perante os países africanos. Jogavam a favor da SWAPO o fato de eles terem aderido à luta armada a partir de 1963, e contarem com o apoio da URSS. A OUA ainda tentou articular a fusão da SWAPO com a SWANU, segundo maior partido negro do país, no entanto, a iniciativa foi frustrada, cabendo à OUA manifestar seu apoio à SWAPO, que, a partir de então, consolidar-se-ia como a grande força política do país, renegando a SWANU ao ostracismo e crescendo imensamente em seu número de associados (UDOGU, 2012).

Uma vez consolidado o apoio dos países africanos a sua causa, a SWAPO ganhou força no cenário diplomático internacional. A AG passou a ser dominada pela agenda do Sul, e a bancada africana passou a concentrar seus esforços na Questão da Namíbia levando em conta, também, o apoio à SWAPO. Em um primeiro momento o objetivo da SWAPO era que a ONU garantisse a retirada das tropas sul-africanas do território da Namíbia, no entanto, uma vez que esses esforços diplomáticos frustraram-se, a SWAPO delineou o objetivo de ser reconhecida pelas Nações Unidas como o grupo legítimo a representar o interesse do povo namibiano.

3.3 A Atuação da SWAPO na ONU

O reconhecimento que possibilitou a atuação da SWAPO no seio Sociedade Internacional não foi um processo rápido, demandando intensas negociações diplomáticas ao longo da segunda metade do século XX. Emmanuel Idogu divide, analiticamente, a ação da SWAPO na ONU em três períodos. O primeiro período vai de 1956 a 1961, em que a própria

SWAPO reorganizava sua estrutura e ganhava influência nacional, já atuando no seio da ONU desde a OPO, porém em um período em que a descolonização em si dava seus primeiros passos, sendo um período de definições acerca dos objetivos e estratégias perante a ocupação sul-africana. O segundo período é denominado "Estágio Ativo", e vai de 1962 a 1967, quando a SWAPO trabalha para ser reconhecida internacionalmente - perante a África e a ONU - como um ator legítimo na Questão da Namíbia, objetivando ser parte envolvida nas negociações multilaterais com a África do Sul. O Terceiro período, que vai de 1968 a 1973, marca o reconhecimento do movimento enquanto legítimo representante do povo namibiano e a participação direta nas negociações com a África do Sul e a ONU (UDOGU, 2012).

O período que se inicia em 1956 demonstra ainda os primeiros passos da Sociedade Internacional na elaboração dos procedimentos rumo à independência dos países africanos. Marco desse processo foi o reconhecimento pela CIJ¹² da legalidade de se aceitar petições individuais da população do Sudoeste Africano diretamente à ONU, sem necessidade de encaminhamento prévio ao governo da África do Sul. Essa decisão possibilitou a atuação de representantes da OPO no seio da ONU, em audiências boicotadas pelos representantes de Pretória, que os consideravam desprovidos de legitimidade para falar em nome da população do Sudoeste Africano. A atuação da OPO foi importante especialmente após a proposta da Comissão de Bons Ofícios de dividir o território do Sudoeste Africano, deixando claro que não era de interesse da população namibiana a segregação de seu território (UDOGU, 2012).

Percebe-se que a OPO - que viria a se transformar posteriormente na SWAPO - já atuava na esfera diplomática desde seus primeiros momentos. A partir de 1960, Sam Nujoma assume a função de porta voz do Partido e de sua população, atuando junto aos Comitês da ONU, articulando-se com os países africanos para demandar a presença da ONU em território namibiano, e denunciando os abusos cometidos pelas autoridades sul-africanas em seu país. A África passava a se engajar diretamente na Questão da Namíbia, como exemplifica a ação de Libéria e Etiópia levando o tema à CIJ, sem sucesso.

A partir de 1962 se inicia o Estágio Ativo da atuação da SWAPO. Os anos de 1960 marcaram a afirmação da SWAPO como ator internacional, em um contexto que a África do Sul divulgava seu Plano Odendaal, propondo a organização de Bantustões no território da Namíbia. Enquanto a África do Sul intensificava a aplicação de legislações que reprimiam,

¹² No parecer consultivo emitido em 1956

julgavam e condenavam quaisquer cidadãos que contestassem o *status quo* no país, a SWAPO denunciava a situação em seu país, emitindo petições aos Comitês responsáveis da ONU.

O período marca a frustração da SWAPO com a condução da Questão na ONU, marcada pela criação e desmobilização de uma série de Comitês, incapazes de solucionar a querela por vias pacíficas, dando início, assim, à Guerra de Independência. Desse modo, a SWAPO informaria ao Comitê Especial da Namíbia em agosto de 1966 que iniciara ações militares contra a presença sul-africana no país, e que a forte repressão de Pretória colocava em perigo a paz e a segurança da região (UDOGU, 2012).

Mesmo iniciando a Guerra de Independência a SWAPO continuou ativa no seio da ONU, influenciando algumas Resoluções históricas. A SWAPO seria a responsável pelo texto, aprovado em sua totalidade, que redundaria na Resolução 1899, na qual a AG solicitava aos países da ONU que cessassem o fornecimento de petróleo a Pretória. Outra conquista diplomática da SWAPO, atuando em conjunto com 55 países do bloco afro-asiático na ONU, foi a elaboração do texto da Resolução 2145, de 1966, que colocou fim, formalmente, à autoridade sul-africana perante o Sudoeste Africano, tendo em vista a falha de Pretória em cumprir os compromissos de fomentar o desenvolvimento social, político e econômico no país (UDOGU, 2012).

A SWAPO também pressionaria a ONU acerca da ineficiência dos seguidos Comitês que ela criara ao longo de duas décadas para tratar a Questão, influenciando no estabelecimento do Conselho da ONU para a Namíbia. Esse Conselho teria papel essencial na condenação à legislação que a África do Sul aplicava em Windhoek. Após denúncia da SWAPO, o Conselho ordenaria a libertação de uma série de namibianos transportados e condenados para África do Sul sob os auspícios do Ato de Terrorismo, tendo em vista que a África do Sul não tinha mais autoridade para atuar na Namíbia, muito menos impondo suas leis e condenando cidadãos do país vizinho sob as suas próprias leis.

O período de 1968 a 1973 marca a atuação ativa da SWAPO no Conselho da ONU para a Namíbia, fortalecendo-o perante a Sociedade Internacional. Apesar de consolidar a SWAPO no cenário internacional, a década de 1970 também foi o momento em que a organização mais exprimiu sua frustração com as sucessivas falhas da ONU em implementar suas Resoluções. Pressionando o CS por meio do Conselho para a Namíbia, os representantes namibianos emitiram sua indignação, principalmente com as potências ocidentais, em

especial, com o Reino Unido, que voltara a comercializar armamentos com a África do Sul (SWAPO, 1985).

Em que pesem as dificuldades em se obter uma solução pacífica definitiva à Questão, os anos de 1970 marcam a grande conquista diplomática do partido, o reconhecimento como único legítimo representante da população namibiana, sendo a organização da Conferência Internacional da Namíbia o grande trunfo da SWAPO nesse reconhecimento.

A Conferência Internacional da Namíbia ocorreu em Bruxelas, Bélgica, no ano de 1972, e objetivou expor à opinião pública mundial a situação do país, ainda bastante desconhecida, arregimentando suporte à causa e destacando a atuação da SWAPO junto à população namibiana. A Conferência ainda buscava influenciar na pressão internacional que a mídia fazia contra o regime de Pretória, encorajando os países ocidentais a mudar suas políticas direcionadas ao país. A Conferência teve a presença maciça de representantes oficiais e não oficiais de quase todos os países do mundo, além de mais de 20 Organizações Internacionais e seu documento final demandou, entre outras coisas, o fim do comércio de armas, feito, especialmente, pelos países ocidentais, com a África do Sul; a divulgação da situação no país, o fim da exploração dos recursos naturais por investidores internacionais, e o reconhecimento da SWAPO como a legítima representante dos interesses namibianos (SWAPO, 1985).

Como consequência da ação diplomática da SWAPO e, principalmente, da Conferência Internacional, a AG emitiria em 1973 a Resolução 3111, que reconhecia a SWAPO como a autêntica representante do povo da Namíbia, assim como a Resolução 31/45, de 1976, que aprovava o apoio à solução armada empreendida pela SWAPO como maneira legítima de solucionar a Questão da Namíbia (UDOGU, 2012).

3.5 A criação do Grupo de Contato

No ano de 1977 cinco membros do Conselho de Segurança da ONU estabeleceram um foro de discussão informal acerca da Questão da Namíbia, com o objetivo oficial de conduzir aquele país à independência, mediante a implementação da Resolução 385 do CS, e reduzir as tensões políticas e militares na África Austral, por meio da negociação entre a SWAPO e Pretória. O Grupo de Contato (GC) foi composto por EUA, França, e Inglaterra, membros

permanentes do CS, mais dois países com assentos rotativos naquele momento, Canadá e Alemanha Ocidental. O estabelecimento do GC representou a primeira vez que países ocidentais negociaram formalmente com a SWAPO, legitimando assim, ainda que tacitamente, a sua representatividade e importância na resolução da Questão da Namíbia (UDOGU, 2012).

As reações à iniciativa transitaram numa linha tênue entre o entusiasmo e o ceticismo, tendo em vista que os países do GC eram, até então, os principais aliados que restavam à África do Sul na comunidade internacional. Tentativas anteriores de mediação haviam sido frustradas, como a do Presidente Kenneth Kaunda, do Zâmbia, e também do próprio Secretário Geral da ONU (TSOKODAYI, 2004). Por um lado, vislumbrava-se uma solução diplomática que colocasse fim à presença sul-africana na região, pela atuação de países com bom trânsito e diálogo perante as autoridades do *apartheid*, mas, por outro, questionava-se a instituição de uma iniciativa paralela à ONU para que esse diálogo se estabelecesse, justamente por ser conduzida por países pouco interessados, de fato, na independência da Namíbia até então, e que pouca pró-atividade haviam demonstrado na condução das negociações do tema, restringindo-se a posturas meramente reativas às iniciativas africanas.

O que atenuou as desconfianças da comunidade internacional perante à ação do GC foi o apoio irresoluto que os membros da iniciativa forneceram à Resolução 385 do CS no ano anterior. No entanto, a cautela com que foram recebidas as 4 propostas africanas de Resoluções contra a África do Sul no CS, posteriormente, frustraram a expectativa positiva acerca da disposição das potências ocidentais em bater de frente com a África do Sul, evidenciando, desde o momento inicial, que as negociações no âmbito do GC seriam cautelosas e viriam a se arrastar por um longo tempo, devido à complexidade de iniciativas políticas e diplomáticas que envolveriam (TSOKODAYI, 2004).

O GC definiria sua estratégia de atuação por meio da mediação do diálogo bilateral entre a SWAPO e a África do Sul, o que se demonstraria bastante difícil. A SWAPO, por exemplo, recusava-se a reunir-se com o GC na embaixada alemã em Nova Iorque, devido ao fato de aquele país manter um consulado ativo em Windhoek. Os países africanos na ONU, por sua vez, logo rejeitaram a ideia de estabelecimento do GC como foro privilegiado no tratamento da Questão da Namíbia, pois eles se recusavam em aceitar a África do Sul como parte nas negociações. Esse foi um dos motivos utilizados pelo GC para manter a iniciativa

enquanto uma instância informal de negociações, desprovida de obrigações perante o CS, justamente por não ter um Mandato específico que o atrelasse à ONU (HERBSTEIN, 1989).

A historiografia namibiana demonstra-se muito cética quanto ao papel desempenhado pelo GC na condução da independência do país. Não se pode negar a conveniência de se constituir uma iniciativa às margens da ONU, tendo em vista que em 1977, os países do Terceiro Mundo eram maioria na AG, e pressionavam pela descolonização do Sudoeste Africano, em um contexto no qual, no âmbito do CS, as potências ocidentais recusavam-se a tratar da questão, por ela não se configurar como "ameaça à segurança internacional" (TSOKODAYI, 2004). Além disso, na ONU já se estabelecera um Conselho para a Namíbia, composto por 11 países africanos. Segundo a SWAPO, portanto, o Ocidente organiza conforme seus interesses uma "transição controlada", que seria responsável pela contínua postergação da independência do país, denominando o GC como "Quadrilha dos 5", tamanho o ressentimento com relação à iniciativa (SWAPO, 1985). O resultado disso seria a reafirmação da luta revolucionária armada por parte da SWAPO, que acusava o GC de agir de acordo com os desígnios de Pretória. A maior preocupação do movimento namibiano era que a iniciativa ocidental adiasse ainda mais a independência da região, enquanto a África do Sul ganhava tempo para organizar uma transição que garantisse a manutenção da minoria branca no poder, organizada por meio da Aliança Democrática de Turnhalle, instalando um governo "fantoche" e não representativo.

Os membros do Grupo de Contato Ocidental, apesar da anterior vinculação aos interesses da África do Sul, de fato sentiam a necessidade de alterar sua postura no cenário internacional. Vergau relata o interesse alemão em assumir posturas mais pró-ativas perante à Questão, principalmente após o país ser condenado na AG devido à cooperação com a África do Sul, concluindo que a Alemanha Ocidental deveria se alinhar, definitivamente, à política estabelecida no âmbito da ONU por meio da Resolução 385 (VERGAU, 2010). De fato, ao longo da Questão da Namíbia, os países que mais impunham dificuldades à resolução da querela seriam o Reino Unido e a França, países mais associados aos interesses colonialistas.

Em um primeiro momento, a ação do GC se deu por meio de negociações e *lobbies* junto às delegações africanas na ONU, para que elas abandonassem a postura agressiva contra a África do Sul, e se juntassem aos ocidentais na busca de uma "declaração de princípios" mais branda, possibilitando, assim, o diálogo entre as partes, tendo em vista que a postura anterior, antagonizando o regime sul-africano, vinha se demonstrando, até então, infrutífera

(VERGAU, 2010). O que fica claro ao analisar-se o tema é que a constituição do GC, de fato, não representou uma mudança brusca nos rumos da política externa de seus membros, mantendo a visão de que a África do Sul era um ator importante no processo de negociações, e evitando torná-la antagonista na Questão.

Em que pese a filiação dos países do GC aos interesses sul-africanos e a desconfiança por parte da SWAPO, é fato que a iniciativa acabou tendo papel importante na condução das negociações que redundariam na independência da Namíbia, em março de 1990. A obra de Hans-Joachim Vergau, diplomata alemão que participou ativamente da Questão pelo GC, "*Negotiating the Freedom of Namibia: The diplomatic achievement of the Western Contact Group*", em seu próprio título evidencia a interpretação do diplomata quanto ao tema, atribuindo o protagonismo na obtenção da independência namibiana à ação diplomática dos 5 países ocidentais. Isso remonta, novamente, à disputa historiográfica pelo papel central na independência da Namíbia entre a solução pela força militar da SWAPO ou a diplomacia da comunidade internacional.

O GC sofria pressões por todos os lados, e as que vinham da África do Sul eram as que mais preocupavam os diplomatas envolvidos na querela. Os sul-africanos vinham trabalhando, desde a segunda metade da década de 1970, pela adoção de uma "solução interna", pela qual a independência da Namíbia viria com a adoção de um governo transitório e uma Constituição interina, promulgada pelo Congresso sul-africano na Cidade do Cabo, o que contrariaria totalmente a Resolução 385 do CS. A SWAPO manifestou-se totalmente contra a elaboração dessa Constituição transitória, por considerar que, por ser o único partido legítimo do país, o ordenamento da Namíbia viria a partir da adaptação do programa do partido (TSOKODAYI, 2004).

O objetivo do GC, portanto, passou a ser a implementação da Resolução 385 da ONU, evitando a articulação interna sul-africana definida em Turnhalle. As eleições deveriam ser livres, organizadas pela ONU, e, de acordo com a agenda imposta pela Resolução, caberia ao GC assegurar a retirada sul-africana do território da Namíbia, a libertação de prisioneiros políticos, e a abolição das leis discriminatórias. O GC permaneceu, por opção própria, como uma iniciativa informal, sem deter um mandado da ONU, e sem definir um líder específico ou local de reuniões, que aconteciam, majoritariamente, em Nova Iorque, de acordo com a disponibilidade da embaixada dos diversos países membros da iniciativa (VERGAU, 2010).

As negociações do GC foram conduzidas, majoritariamente, pela mediação entre a SWAPO e a África do Sul, que rejeitavam sentar à mesa juntos. Esse trabalho conciliatório passou por diversos momentos de tensão, como, por exemplo, em reunião marcada com o Primeiro Ministro Sul-Africano John Vorster, em 1977, a delegação de Turnhalle aguardava na sala ao lado, com o intuito de participar das negociações. Essa manobra sul-africana visava obter um reconhecimento tácito dos países do GC de que aqueles seriam os representantes namibianos nas negociações. Vergau relata a necessidade dos representantes do GC de agir com assertividade perante o Primeiro Ministro sul-africano, negando o encontro com os representantes de Turnhalle naquele momento inicial. Vorster insistia que a Constituição interina seria um arranjo administrativo necessário, enquanto o GC articulava-se, diplomaticamente, para evitar que aquela solução fosse levada a cabo pelos sul-africanos (VERGAU, 2010).

As desconfianças com relação ao papel do GC advinham também do lado sul-africano, que acusava a ONU de ser claramente tendenciosa aos interesses da Namíbia, e os representantes de Turnhalle demonstravam sua insatisfação com o fato de a SWAPO ser considerada a única e legítima representante do povo namibiano (HERBSTEIN, 1989). A África do Sul também não aceitava a Resolução 385, recusando-se a oferecer o total controle das eleições na Namíbia à ONU, e argumentando que a eventual retirada de suas tropas do país abriria espaço para uma tomada de controle da SWAPO, que, conforme argumento sul-africano, tampouco seguiria os comandos da ONU. As negociações do GC focariam por muito tempo nesses aspectos relativos às eleições e ao processo de retirada das tropas sul-africanas da Namíbia, o que ocorreria somente em 1990, levando ao questionamento se, de fato, houve sucesso por parte do GC, ou se eles foram os responsáveis por postergar essa retirada.

O GC frustrou a tentativa sul-africana de excluir a SWAPO das eleições organizadas por meio da Conferência de Turnhalle, que se transformaria, posteriormente, na Aliança Democrática de Turnhalle (ADT) (SWAPO, 1985). A ADT seria o principal partido de oposição da SWAPO, recebendo financiamento da África do Sul e participando da repressão à SWAPO, de forma a tentar deslegitimar sua representatividade perante a população namibiana. (VERGAU, 2010).

Apesar das pressões da comunidade internacional e da determinação do GC em convencer os sul-africanos a dialogar e aceitar os planos internacionais de solução da Questão da Namíbia, por diversas vezes, a África do Sul atingiu alguns de seus objetivos perante o

GC, como a não inclusão do território de Walvis Bay no desenho da Namíbia após a independência.

A solução oferecida pela África do Sul nas rodadas iniciais de negociação com o GC foi a instituição de uma Autoridade Administrativa Central (AAC), composta por um Conselho de Ministros, representando a diversidade étnica e tribal da Namíbia e por um Administrador Geral. O GC aceitou essa manobra inicialmente, apesar de ela contrariar o que a Resolução 385 demandava, gerando insatisfação na ONU acerca dessa primeira rodada de negociações, principalmente dentro do Conselho da ONU para a Namíbia, que acusava o GC de tomar para si as funções que lhes eram destinadas. Vergau, atuando nas negociações em nome do GC, assume que a iniciativa ocidental colocou em segundo plano o Conselho da ONU "[...] *The CG kept the Council for Namibia informed but otherwise managed to hold it at bay*" (VERGAU, 2010). Isso demonstra, mais uma vez, que na política internacional os países centrais não toleram a resolução de questões-chave por iniciativas predominantemente compostas por países do Sul, e explica, também, as razões pelas quais o GC fora organizado informalmente fora do âmbito da ONU.

As tensões do GC com a ONU não se restringiam apenas ao Conselho da ONU para a Namíbia, tendo o Secretário Geral da ONU, Kurt Waldheim, realizado também severas críticas à iniciativa ocidental. Waldheim denunciou os resultados obtidos nas rodadas iniciais de negociação como insatisfatórios para o cumprimento da resolução 385 e a instalação da UNTAG, insistindo no papel da ONU como a instância legítima para realizar as negociações, por meio do Conselho para a Namíbia, o Conselho de Segurança, e a Assembleia Geral. Nesse contexto, a SWAPO também se manifesta a favor da manutenção do processo no âmbito da ONU, e não do GC, reiterando seu compromisso de participar de eleições sob controle da ONU, e de respeitar o papel da entidade no processo de transição para a independência do país (VERGAU, 2010). A SWAPO, portanto, claramente opta por se filiar à ONU - onde era reconhecida como a única e legítima representante do povo da Namíbia - por considerar a iniciativa do GC uma manobra suspeita.

Ao se analisar o papel da SWAPO nas negociações, identifica-se um perfil diplomático do líder do partido Sam Nujoma. A história oficial do partido exalta seu aspecto revolucionário e idealista, exaltando os feitos militares da SWAPO na conquista da independência do país. O Sam Nujoma que negociou internacionalmente a Questão da Namíbia, no entanto, demonstrou ser um diplomata mais ponderado e pragmático, que em

1980 comunicaria a flexibilização das demandas de seu partido, principalmente no tocante à relação com a população branca da Namíbia e a futura relação do país independente com a África do Sul. Esse posicionamento é coerente com a estratégia que a SWAPO utilizara desde sua fundação, confiando na esfera internacional como plataforma prioritária na obtenção da solução para a Questão da Namíbia.

A SWAPO apoiou a todo o tempo a primazia da ONU na resolução da querela, aceitando, inicialmente, os planos internacionais propostos pela organização, referentes ao processo de transição para a independência no país, que incluiria um cessar fogo sob controle e supervisão das Nações Unidas. Nujoma demonstraria ainda a abertura ao diálogo ao aceitar as eleições no país, apesar da crença de seu partido que, por ser o único representante legítimo do povo namibiano, não haveria, de fato, necessidade de eleições. O plano da ONU ainda definiria que as tropas sul-africanas e da SWAPO se apresentariam por completo em bases sob supervisão da ONU, deixando o território da Namíbia livre antes do início das eleições no país. Porém, não se chegou a um acordo acerca do controle que se teria sob a atuação das tropas da SWAPO na Angola e no Zâmbia (VERGAU, 2010).

A ONU criticou veementemente a solução de uma AAC na Namíbia, principalmente pelo Administrador Geral ser indicado unilateralmente pela África do Sul em julho de 1977, o juiz Marthinus Steyn. Posteriormente, as negociações passam a abordar, principalmente, como ocorreria o processo de retirada sul-africana do território da Namíbia, processo que Pretória procrastinaria e dificultaria ao máximo. A demanda sul-africana era que isso ocorresse somente quando houvesse um governo interino na Namíbia, e quando os exércitos da SWAPO não representassem mais uma ameaça, a partir de suas bases em Angola. O temor sul-africano se dava, principalmente, devido a presença de tropas cubanas na região, enquanto o plano da ONU exigia a retirada das tropas sul-africanas por completo do território namibiano antes das eleições. (VERGAU, 2010). Essas negociações alongar-se-iam por anos, devido às questões estratégicas que envolviam a geopolítica na região.

A África do Sul dificultava ao máximo o processo, maquiava o número de suas tropas, considerando como "policiais" uma série de tropas militares, e propondo reduções de tropas que, na verdade, não ocorreriam, pois o valor inicial era superestimado, e o final, era, na verdade, igual ao número anterior (VERGAU, 2010). A situação política da Namíbia se agravava cada vez mais, à medida em que as tratativas entre o GC e a África do Sul mantinham-se estagnadas.

Após o GC descobrir a utilização de Pretória dos números falsos relativos às tropas na Namíbia, a reação do governo sul-africano foi de se manter ainda mais defensiva. Recuaram nas negociações e passaram a considerar aceitável, em discursos oficiais, que o Capítulo VII da ONU fosse utilizado contra o país, afirmando não temerem eventuais sanções ou embargos, desdenhando das eventuais consequências ao país. Vergau frisa que, apesar da retórica sul-africana, havia a crença daquele governo de que, principalmente nos EUA e na Alemanha Ocidental, ocorressem lobbies internos para que as ações mais severas no âmbito da ONU não fossem levadas a cabo contra a África do Sul (VERGAU, 2010).

A África do Sul propusera a redução de 20.000 para 8.000 tropas na Namíbia, alegando que a presença cubana em Angola tornava necessária a manutenção dessas tropas até que se realizasse as eleições. Após as negociações, o GC descobriu que, de fato, a África do Sul só possuía 8.000 tropas regulares no país, ou seja, não haveria, de fato, nenhuma redução, como anteriormente Pretória se prontificara a realizar. Posteriormente, a África do Sul aceitaria a redução para 1.400 tropas "ativas", e mais 2.600 como auxiliares, no entanto, seria a SWAPO que discordaria desses números, considerando-os inaceitáveis, e exigindo uma maior presença de tropas de paz da ONU no processo. Inicialmente, a demanda namibiana era o dobro da proposta original, e, durante a segunda rodada de negociações, aumentou para números de quatro a cinco mil capacetes azuis. (VERGAU, 2010).

A proposta do GC, por fim, elaborada após as diversas rodadas de negociação com a SWAPO e a África do Sul, mantinha-se alinhada com a Resolução 385, incorporando algumas demandas das partes envolvidas referentes ao processo de desocupação do território pela África do Sul, e a quantidade de tropas da ONU e da África do Sul envolvidas no processo, que seriam de 2.000 e 1.600, respectivamente. Vergau ressalta que o GC, antes de elaborar a proposta final, apresentou os seus rascunhos para consulta de diversos países africanos, como Nigéria, Angola, Moçambique, Zâmbia, Tanzânia, Botsuana, no entanto, percebe-se que esses países não tiveram nenhum poder real de opinar e alterar o documento do GC (VERGAU, 2010).

Perante a mobilização em torno da criação do GC, a África não ficou indiferente à questão da Namíbia, e organizou seu próprio grupo de contato, denominado "Front Line States" (FLS), composto por Angola, Botsuana, Lesoto, Moçambique, Tanzânia, Zâmbia e Zimbábue, com suporte da OUA. Os FLS desempenhariam papel fundamental nas negociações pela independência da Namíbia e demonstrariam que a África também poderia

assumir papel de protagonista na mediação e resolução de seus conflitos (TSOKODAYI, 2004).

A partir da criação do Grupo de Contato a Questão da Namíbia tornara-se ainda mais complexa, pois além das disputas internas entre a SWAPO e a África do Sul, mais uma instituição internacional passara a atuar internacionalmente na querela. O GC, enquanto mediadores, enfrentavam desconfiança tanto dos sul-africanos, quanto dos namibianos, colocando-se em uma posição delicada nas negociações, e optando por absterem-se em todas as votações realizadas sobre o tema na Assembleia Geral da ONU. Apesar da disposição em fazer cumprir a Resolução 385, o GC sobrepujara certas responsabilidades atribuídas à ONU, como no caso do Conselho para a Namíbia, que ficara claramente melindrado pela condução das negociações pelos 5 países ocidentais. A ONU, no entanto, não se ausenta da Questão, passando a atuar mais incisivamente contra a África do Sul a partir do final da década de 1970, cabendo ao GC balizar as conversações diplomáticas com o regime de Pretória, cada vez mais pressionado.

3.6 As complexas negociações multilaterais

A década de 1970 vislumbrou um processo muito importante na África, a descolonização portuguesa, e a Questão da Namíbia não ficaria livre de sofrer reverberações devido a esse importante processo. A Revolução dos Cravos em Portugal colocaria fim ao regime salazarista, e a ascensão do socialdemocrata Mário Soares ao poder representaria o malogro da experiência colonial portuguesa, tendo em vista o enfraquecimento do colonialismo português perante a intensa luta dos movimentos africanos. (SARAIVA, 2008). Angola, Moçambique, Guiné-Bissau, São Tomé e Príncipe e Cabo Verde alcançariam a independência e em todos esses países assumiriam governos com tendências marxistas, apesar da existência de movimentos oposicionistas, como a RENAMO em Moçambique e a UNITA e o FNLA em Angola (SARAIVA, 1996).

A independência de Angola se tornou uma questão internacional na medida em que se inseriu profundamente nas lógicas da Guerra Fria. Os interesses das superpotências em Angola era evidenciados já em 1975, quando os EUA repassaram recursos na ordem de US\$ 300 mil ao FNLA, ao passo que a URSS fornecera armamento ao MPLA (SARAIVA, 1996).

A matéria teve relevância principalmente aos EUA:

Nos Estados Unidos, a crise angolana tornou-se matéria de relevo. Henry Kissinger, então secretário de Estado, coordenou as posições americanas na questão. Em meados de 1975, na ânsia de derrotar a possibilidade de governo comunista em Angola, foi aprovado valor de US\$ 40 milhões para equipar a FNLA e a UNITA. O problema enfrentado pela administração Ford (1974-1977) era o fato que qualquer política de intervenção direta não teria sustentação depois da retirada do Vietnã. A diplomacia teve que ser conduzida sempre de forma secreta e os fundos de apoio aos grupos de direita tinham muita dificuldade de ser aprovados pelo Congresso (SARAIVA, 1996).

Uma das consequências diretas, para a Questão da Namíbia, da descolonização portuguesa e do recrudescimento das tensões ideológicas na África Austral em meados da década de 1970, foi o aumento da introspecção sul-africana no tocante às negociações multilaterais. Pretória agiria unilateralmente e organizaria eleições na Namíbia em 1975, o que malograria todo esforço diplomático realizado até então e promoveria o Massacre de Kampala, em 1978 (HERBSTEIN, 1989). Essas ações refletiam o acumulo que o governo da África do Sul sofria, e a sua ausência de compromisso perante a ordem internacional.

Como consequência da política sul-africana de atravancar o processo negociatório, articulado pelo GC, com vistas a se garantir o cumprimento da Resolução 385, o CS aprovou, em 4 de novembro de 1977, um embargo de armas ao governo de Pretória. O relato do diplomata alemão Hans-Joachim Vergau exemplifica o grau de importância que essa atitude demonstrava, não somente no que se refere à Questão da Namíbia, quanto também à posição da ONU perante o *apartheid*:

(...) This application of Chapter VII of the Charter was an event of historic significance in UN politics. Only once before had the SC ordered binding compulsory measures, namely economic sanctions on Rhodesia in 1966. Now the SC did not target Namibia directly but made a frontal attack on the apartheid system in South Africa itself with the opening words of the Preamble to Security Council's Resolution 418 (...) (VERGAU, 2010).

A Resolução 418, de fato, condenava veementemente a África do Sul, citando a violência de Pretória contra o povo africano, "incluindo crianças, estudantes, e aqueles que eram opositores do regime de discriminação racial", solicitando, com urgência, o fim dos atos violentos, e "passos urgentes" na direção da eliminação do regime de *apartheid* e discriminação racial. As implicações dessa Resolução reverberariam nos âmagos da Sociedade Internacional, representando uma mudança de postura da ONU perante as

violações aos Direitos Humanos. Até então, a ONU se mantinha cautelosa ao condenar um país que violasse os direitos humanos como uma ameaça à paz internacional, considerando a questão como de "política interna" desses Estados. Foi justamente o regime de apartheid sul-africano que motivou a gradual mudança de postura da opinião pública internacional acerca do tema, primeiramente, via a AG da ONU, e, posteriormente, via o CS, por meio da Resolução 418 (HERBSTEIN, 1989).

Apesar do embargo não representar prejuízos relevantes à África do Sul, que, naquele momento, possuía grande autonomia na produção de armamentos; a Resolução 418 demonstraria a Pretória que o CS, e, mais especificamente, os cinco países ocidentais do GC, não garantiriam mais a proteção contra medidas previstas no Capítulo VII da Carta da ONU (VERGAU, 2010). Essa mudança de postura dos países ocidentais, ao final de 1977, era refletida ainda por ações singelas, porém, simbolicamente importantes, como o fechamento do Consulado alemão em Windhoek, que geraria uma maior confiança dos países africanos com relação ao GC.

Apesar do ambiente favorável na comunidade internacional, as negociações conduzidas pelo GC avançavam lentamente, o que melindrou imensamente a SWAPO. Após a segunda rodada de negociações, Sam Nujoma demonstrava sua insatisfação com os resultados obtidos pelo quinteto na mediação do processo, denunciando a intensa campanha eleitoral que os grupos ligados a Turnhalle promoviam no país, enquanto a SWAPO permanecia negociando em tabuleiros internacionais. O ponto essencial em disputa era ainda a quantidade de tropas da ONU que permaneceriam na Namíbia ao longo do processo eleitoral, tendo a SWAPO passado a demandar de 4 a 5 mil tropas da ONU, ante os 2 mil solicitados anteriormente, argumentando sobre a presença pulverizada e ostensiva de oficiais sul-africanos pelo país. A SWAPO mantinha a postura, também, de não aceitar tropas sul-africanas na Namíbia uma vez que as eleições iniciassem (VERGAU, 2010).

À África do Sul não convinha a presença visível de grande número de capacetes azuis na Namíbia durante as eleições, por acreditarem que isso favoreceria psicologicamente a posição da SWAPO perante a população. A manobra adotada por Pretória foi a aceitação parcial das demandas quantitativas da SWAPO, no entanto, oferecendo uma contraproposta que manteria as tropas da ONU distantes dos pontos estratégicos de votação, alocando-as nas periferias e ao norte, na fronteira com Angola, sob o argumento de conterem eventuais avanços da SWAPO por aquela região. Ao mesmo tempo, os sul-africanos demonstravam

propensão à adoção de uma "solução interna", como previamente planejado, pondo fim às negociações, caso a SWAPO não aceitasse suas demandas. Dessa maneira, a intenção de Pretória era pressionar os representantes namibianos e culpabilizá-los caso as negociações internacionais fracassassem. (VERGAU, 2010).

No final de 1977 uma grande rodada de negociações, com vistas à criação de um "*Settlement Plan*" foram conduzidas em Nova Iorque pelo GC. As negociações receberam intensa cobertura da mídia global, o que acabou por influenciar na fluidez do diálogo, uma vez que nem a SWAPO nem a África do Sul queriam ser taxados como os responsáveis por um eventual fracasso. Isso, todavia, não significa que o resultado obtido agradou a ambas as partes. Os países da Linha de Frente tiveram especial sucesso ao convencer Sam Nujoma a aceitar a presença residual de 1500 soldados sul-africanos na Namíbia ao longo do processo, ainda que sob determinadas condições geográficas impostas por ele, no entanto, o processo pelo qual as negociações foram conduzidas desagradaram, especialmente, a SWAPO, que se sentia menos ouvida durante o processo (SWAPO, 1985; VERGAU, 2010).

As negociações conduzidas pelo GC em busca da implementação da Resolução 385, embora tenham redundado, posteriormente, na Resolução 435, não deixaram de possuir uma série de momentos tensos. O grande objeto de discórdia foi o território da Baía de Walvis, que fazia parte da Província do Cabo sul-africana, mas era reclamada pela Namíbia como parte de seu território. A solução adotada acabou sendo a orientação para que esse território fosse negociado futuramente, por uma Namíbia independente e a África do Sul, diretamente - como acabou ocorrendo de fato - tendo em vista que a Resolução 385 da ONU nada dizia acerca dessa querela, portanto, o GC optou por se esquivar da necessidade de opinar acerca do tema, gerando insatisfação tanto de sul-africanos quanto de namibianos.

A convocação de uma Assembleia Geral Especial (AGE) para tratar da Questão da Namíbia também tornou-se um momento de tensão, devido à radicalização que pautou a reunião. Convocado pelo Grupo Africano na ONU, a AGE contou com discursos inflamados, do representante da URSS e de Sam Nujoma, ambos criticando a atuação do GC na condução das tratativas. A reunião terminou com a adoção de um documento final mais radical em sua retórica, solicitando uma solução de força para o caso. Aos países do GC coube a abstenção, manobra que haviam adotado no âmbito da AG desde o início da mediação.

A África do Sul sabia que havia perdido o apoio da comunidade internacional, que agora, claramente, criticava não somente suas atitudes perante a Namíbia, como também seu

regime interno, o que ficou claro com a perda do apoio irrestrito de seus aliados Ocidentais na Questão da Namíbia. No entanto a resistência sul-africana não foi capaz de frear os impulsos revolucionários namibianos no seu processo de descolonização, nem resistir às pressões internacionais acerca de seu regime político e sua presença colonial completamente anacrônica no Sudoeste Africano.

A resposta sul-africana veio no dia seguinte à aprovação da Resolução da AGE, com a Operação Cassinga. O denominado Massacre de Cassinga representa a ação em que a África do Sul ataca ferozmente a região de Cassinga, em Angola, reduto de refugiados da população namibiana e da SWAPO, sob a acusação de ser na realidade uma base militar namibiana, promovendo uma carnificina generalizada na população que vivia na região, em sua maioria, crianças e mulheres, configurando um dos episódios mais vergonhosos da história sul-africana (BAINES, 2007; MCWILLIAMS, 2011). A ação teve um objetivo mais político do que, de fato, militar, sendo a intenção do Primeiro-Ministro Vorster causar uma estagnação nas negociações da Questão da Namíbia, a partir do momento que o Massacre radicalizaria as ações da SWAPO e a tornaria menos disposta a negociar as condições para a implementação de uma Resolução no Conselho de Segurança (VERGAU, 2010).

O Massacre de Cassinga trouxe Angola, definitivamente, para o tabuleiro de negociações da Questão da Namíbia, uma vez que sua soberania havia sido violada, mas, por outro lado, afastou a África do Sul ainda mais da comunidade internacional. Em julho de 1978 o CS adotou a Resolução 431, em que se definiu a nomeação de um Alto-Representante da ONU para a Namíbia - o finlandês Martti Ahtisaari - e, posteriormente, adotou a Resolução 432, em que se definiu a legitimidade da demanda namibiana pelo território da Baía de Walvis. A reação sul-africana foi de extrema decepção e preocupação, principalmente devido ao elevado número de tropas da ONU previstas para a UNTAG.

A Resolução 431 previa a presença de mais de 7500 capacetes azuis, o que desagradou imensamente a África do Sul, que passara a se preocupar com o efeito dessa presença maciça da ONU na Namíbia durante o período das eleições. A avaliação de Pretória era que esse número elevado frustraria uma possível vitória de seus aliados da Aliança de Turnhalle, pois a inspeção internacional impossibilitaria ações mais enérgicas para a cooptação e intimidação da população namibiana à favor do partido (VERGAU, 2010). A reação sul-africana foi o anúncio de uma solução interna, temida, desde o início, pelo GC.

Contrariando a Resolução 385 da ONU, a África do Sul anuncia em 31 de agosto de 1978 a realização de eleições na Namíbia sob sua iniciativa e autoridade (UDOGU, 2012). A intenção sul-africana era excluir a participação da SWAPO e "legitimar" a Aliança de Turnhalle na Namíbia, mascarando um processo aparentemente democrático, em que os representantes eleitos fossem os responsáveis por coordenar a futura transição para a independência do país, conjuntamente com a UNTAG. Evidencia-se a manobra de Pretória de tentar jogar o jogo da comunidade internacional, porém utilizando-se de fantoches na Namíbia vestidos de "legítimos representantes" do povo namibiano.

A África do Sul confiava em seu histórico de proximidade ao mundo capitalista-ocidental, enfatizando, nas reuniões posteriores ao anúncio da solução interna, suas contribuições com os valores e interesses ocidentais desde o final da 1ª Guerra Mundial, além dos estreitos vínculos econômicos com o Ocidente. O argumento principal, no entanto, estava relacionado à dicotomia da Guerra Fria, e residia na oposição à expansão soviética no continente africano representada por Pretória, oferecendo ao povo da Namíbia "o direito de dizer não ao marxismo"(VERGAU, 2010).

Em 29 de setembro de 1978, O GC teve atuação importante ao conduzir as negociações multilaterais que redundariam na importantíssima Resolução 435 do Conselho de Segurança da ONU, clamando por eleições na Namíbia sob supervisão daquele órgão, definindo os detalhes da transição e instaurando a missão de paz da ONU no país, a UNTAG. Essa resolução, que seria denominada de "Plano da ONU", corresponde a um plano de descolonização negociado em Nova Iorque e aceito internacionalmente, com a participação dos países da Linha de Frente (FLS), juntamente com representantes da África do Sul, Angola, Botsuana, Moçambique, Tanzânia, Zimbábue, da SWAPO, e da ONU, opondo-se, claramente, à solução interna que a África do Sul planejava executar (TSOKODAYI, 2004).

A Resolução 435 teve como base os dispostos nas resoluções 385, 431 e 432, e deixava claro que fora emitida após manutenção de diálogo tanto com a África do Sul quanto com a SWAPO. O CS reiteraria os dispostos na Resolução 385, e criaria a UNTAG, como mecanismo para auxiliar o Representante da ONU a conduzir as eleições no país sob a supervisão da ONU, solicitando, ainda, a cooperação da África do Sul na implementação daquela Resolução e declarando suas ações unilaterais na administração da Namíbia como nulas.

Os avanços e recuos que marcaram o ano de 1978 continuariam em outubro, quando a delegação do GC, em reunião em Pretória, deixou claro ao Primeiro-Ministro sul-africano, Vorster, que a comunidade internacional consideraria as eleições internas nulas e sem legitimidade, por meio da Resolução 566 do Conselho de Segurança, afirmando que a Resolução 435 deveria ser respeitada. Nas negociações, chegou-se ao denominado "Compromisso de Pretória", no qual definiu-se que a atuação da polícia da ONU não alteraria a autoridade da polícia sul-africana, que o GC manteria Pretória como parte envolvida diretamente nas negociações sobre a Questão, e que a África do Sul teria papel central na definição do contingente de tropas vinculados à UNTAG (UDOGU, 2012).

Os chanceleres do GC utilizaram-se de toda a retórica diplomática para tentar convencer a África do Sul a cancelar sua proposta de solução interna, reiterando as possíveis consequências daquela ação sul-africana, em uma ameaça velada, que remontava à possibilidade de utilização do Capítulo VII da Carta da ONU para executar sanções a Pretória. Apesar do "Compromisso de Pretória", ainda assim, o governo do apartheid manteve-se intransigente quanto à condução das eleições, e à delegação Ocidental coube voltar a Nova Iorque e lidar com o fracasso daquelas negociações.

As atitudes sul-africanas redundaram na Resolução 439, de novembro de 1978, em que o CS solicitava a Pretória que cancelasse as eleições agendadas para o mês seguinte, e formalizava a ameaça de enquadramento da Questão sob o Capítulo VII da Carta da ONU, tendo em vista o não cumprimento, por parte da África do Sul, das Resoluções 385, 431 e 435.

Os países africanos manifestaram seu profundo desapontamento com o resultado das negociações. A solução unilateral adotada pela África do Sul colocaria a Resolução 435 em xeque, e, nesse momento, iniciar-se-ia uma série de pressões para que medidas mais enérgicas fossem tomadas com base no Capítulo VII, com vistas a se interferir no conflito armado da região. Mesmo o CS condenando formalmente a opção sul-africana por meio da Resolução 439, a África do Sul, mais uma vez, ignoraria a pressão internacional e conduziria, de fato, eleições na Namíbia, elegendo sua Assembleia Constituinte.

De 4 a 8 de dezembro de 1978 a África do Sul realizou eleições na Namíbia, com vitória esmagadora da Aliança Democrática de Turnhalle (ADT), partido cooptado pela minoria branca vinculada aos interesses de Pretória, obtendo 41 dos 50 assentos. A SWAPO fora impedida de participar no pleito, tendo a maioria da população partidária da organização

boicotado o processo eleitoral, o que contrariava os números "oficiais" divulgados pelos sul-africanos, afirmando que mais de 80% dos cidadãos havia votado (VERGAU, 2010).

Ainda que tendo conduzido as eleições no país à revelia das decisões da comunidade internacional, fica evidenciado que a intenção da África do Sul não era isolar-se. Com base no "Compromisso de Pretória", os sul-africanos comprometeram-se ao final de dezembro de 1978 que iriam colaborar com a Resolução 435, e que a eleição promovida no país não iria impedir novas eleições organizadas pela ONU. (UDOGU, 2012) No entanto, a manobra de Pretória consistia, justamente, em inserir os representantes da ADT nos processos negociatórios - principalmente seu líder, Dirk Mudge - de maneira a afirmar, ainda que tacitamente, sua legitimidade perante a Sociedade Internacional.

Pretória também não reconhecia a legitimidade do Alto Representante da ONU para a Namíbia, Martti Ahtisaari, responsável por implementar a UNTAG. As dificuldades impostas para a execução do trabalho do finlandês ficam explícita justamente no lapso temporal necessário para que ele obtivesse sucesso, tendo ela entrado na Namíbia apenas em 1989, mais de dez anos depois de seu anúncio. As negociações diplomáticas da Questão da Namíbia passaram a se concentrar na implementação da UNTAG, remetendo, novamente, à quantidade de presença militar que cada parte envolvida no conflito iria manter no território da Namíbia ao longo do processo de transição para a independência, assim como as regiões em que seriam alocadas.

Enquanto não se chegava a um acordo referente à implementação da UNTAG e da nova data de eleições na Namíbia, a África do Sul colhia os frutos da adoção de sua solução interna, e o GC desgastava-se cada vez mais, devido a seu fracasso diplomático. Por mais que uma série de Resoluções ao longo dos anos de 1970 tenham sido emitidas pelo Conselho de Segurança, poucas represálias, de fato, foram feitas, como o embargo de armas de 1977.

Avalia-se que, na posição de mediadores do conflito, o GC encontrou o *locus* ideal para manter uma postura neutra na condução das negociações da Questão da Namíbia. Posturas mais enérgicas eram refutadas devido às suas consequências nas negociações perante Pretória ou SWAPO. O GC era visto com ressalvas por ambos os lados, mas, de fato, a longa postergação da resolução da Questão não pode, de maneira alguma, explicitar uma posição de neutralidade, muito pelo contrário, demonstra o comodismo e a conivência com a presença sul-africana na Namíbia, tendo em vista as relações econômicas e comerciais com a África do

Sul, além do papel geopolítico que representava no combate ao comunismo na região. Não à toa a Namíbia se tornaria independente somente com o final da Guerra Fria.

A África do Sul usava como argumento principal o fato de que consideravam a ONU "parcial" no tocante à Questão da Namíbia para justificar o não cumprimento das diretrizes legitimadas pela comunidade internacional, atrasando as negociações com vistas a implementar a Resolução 435 e a UNTAG. Tendo em vista o anacronismo da presença colonial sul-africana naquele país, em uma conjuntura em que a descolonização africana já se consolidara e o regime de segregação racial imposto por Pretória já sofria críticas explícitas por violar uma série de Direitos Humanos - principalmente durante o Governo de Jimmy Carter - é inaceitável que o GC tenha aceitado como argumentação essa suposta "parcialidade" da ONU no trato da Questão, uma vez que o que se cobrava da África do Sul era meramente o cumprimento das regras estabelecidas pela Sociedade Internacional. A ONU foi igualmente branda ao aceitar que os representantes da Assembleia Constituinte da Namíbia, eleita sob iniciativa unilateral de Pretória, participassem das negociações acerca da implementação da Resolução 435. Mais uma vez a África do Sul articulou-se diplomaticamente e atingiu seu objetivo sem sofrer severas retaliações.

A conjuntura política na África Austral era mais um fator que tornava Pretória determinada a manter sua solução interna e continuar adotando as medidas possíveis para atrasar a implementação da Resolução 435. Com esteio nas negociações de Lancaster House, ocorrem as eleições na Rodésia em 1980, e Robert Mugabe é eleito, demonstrando à África do Sul a impossibilidade de se manipular a massa de cidadãos negros em eleições livres. Além disso, a ADT, vencedora das eleições na Namíbia, perdia o apoio da pequena parte da população namibiana que ainda acreditava em sua plataforma, à medida em que ficava claro sua estreita vinculação aos interesses dos vizinhos ao sul.

Apesar de o GC centralizar a condução das negociações multilaterais rumo à independência da Namíbia por meio da atuação do corpo diplomático de seus cinco países, percebe-se que os Estados Unidos da América detinham a maior influência na atuação do grupo. Principalmente a partir do governo Reagan, a Questão da Namíbia iria se inserir dentro dos objetivos da política externa norte-americana.

A ascensão do republicano Ronaldo Reagan à presidência dos EUA, em 1981, configurou um ponto de inflexão na Questão da Namíbia. Durante esse período se observou a vinculação mais explícita da Questão da Namíbia às disputas Leste-Oeste, o que convergia

com o eixo principal de sua política externa, a intensificação das disputas com a URSS no âmbito da Guerra Fria, inserindo, portanto, a Questão da Namíbia em sua estratégia global de combate ao comunismo. A condição para a continuidade da participação norte-americana nas negociações com a África do Sul acerca da independência da Namíbia passam a ser a remoção das tropas cubanas do território de Angola, onde lutavam ao lado do MPLA, o que ficou conhecido como política de *linkage*. O diplomata alemão Hans-Joachim Vergau relata a condescendência norte-americana com relação ao regime de Pretória "*All expert observers were unanimously convinced that Washington could also have obtained the necessary South African measures without "linkage" if they had been prepared to send appropriate signs of pressure*" (VERGAU, 2010).

Os quatro parceiros dos EUA no Grupo de Contato manifestaram sua oposição a essa diretriz de Washington, quando ela foi anunciada, em julho de 1981, e, apesar de admitirem que era de seu interesse a retirada cubana, eles não a consideravam pré-condição na condução das negociações da Questão da Namíbia, nem concordavam com a opinião norte-americana de que a Resolução 435 fracassara e devia ser abandonada. O *linkage* representou uma forte ruptura do GC, que tinha a consciência de que nenhum avanço seria obtido nas negociações da Questão sem a participação direta dos EUA (VERGAU, 2010). Herstein é incisivo em concluir que o GC havia se tornado, de fato, um instrumento a serviço dos interesses norte-americanos (HERBSTEIN, 1989).

4. O Desfecho da Questão da Namíbia

4.1 A atuação norte-americana e suas consequências

Para a compreensão da fase final de negociações diplomáticas que encerrariam a Questão da Namíbia deve-se compreender o impacto da política norte-americana nesse contexto. No entanto, essa compreensão será obtida somente por meio da realização de uma rápida digressão histórica, a fim de se obter uma percepção mais abrangente acerca do que a descolonização da Namíbia representava no espectro político norte-americano ao longo dos anos.

O que fica claro ao se analisar a postura dos EUA perante a Questão da Namíbia é que apesar dos vínculos econômicos, estratégicos e políticos firmados no imediato pós-guerra entre os norte-americanos e Pretória, houve diferentes posições oficiais perante a Questão ao longo das décadas seguintes, de acordo com as pressões internas da sociedade norte-americana, a conjuntura do continente africano, e a intensidade do confronto Leste-Oeste. A constante oscilação da atuação norte-americana possuía um caráter extremamente pragmático, e seria a responsável por burocratizar a Questão da Namíbia e postergar sua resolução, principalmente a partir do governo Reagan. Faz-se necessário, portanto, a compreensão da atuação norte-americana no processo de descolonização da Namíbia, e de suas consequências.

Interesses estratégicos e econômicos foram os responsáveis pela proximidade dos EUA e da África do Sul no imediato pós-Segunda Guerra Mundial, sendo que entre os anos de 1933 e 1941, o comércio entre os países crescerá 800%. Ao longo do conflito as exportações inglesas caíram drasticamente, abrindo espaço para os EUA serem os responsáveis pela maior parcela das importações da União Sul-Africana, que, por sua vez, tornar-se-ia o quarto maior mercado para os produtos norte-americanos, notadamente, o maior mercado fora da Europa (BORSTELMAN, 1993).

Somado aos laços com a Inglaterra, que advinham das primeiras décadas do século XX, os EUA investiram muito na África do Sul ao longo da década de 1940 e 1950, principalmente a partir do acordo que previa a venda exclusiva e em grandes quantidades do urânio sul-africano a Washington e Londres. A África do Sul já era vista como uma parceira importante aos EUA pelo fervente sentimento anticomunista de seu governo, e a partir do acordo nuclear Pretória passou a se inserir, definitivamente, dentro dos interesses referentes às

políticas de segurança nacional norte-americanas, estreitando mais ainda os vínculos entre esses países, como descreve Borstelman:

"Surveys conducted by geologists working for the Manhattan Project revealed in 1944 and 1945 that South Africa had the world's largest undeveloped reserves of uranium ore capable of early commercial development. This news brought considerable comfort to the national security planners of the Truman administration and dramatically raised the value of South Africa to the United States on the eve of the Cold War" (BORSTELMAN, 1993).

O anticomunismo do governo Truman defendia, acima de tudo, os ideais de liberdade, no entanto, o preconceito racial de seu mais alto escalão era evidente, o que redundava em apoio direto ao governo de Pretória. James Byrne, Dean Acheson e George Kennan são os grandes exemplos dessa diretriz norte-americana, que se posicionava favorável sempre aos interesses coloniais e ao apartheid, mesmo durante as décadas de 1950 e 1960, quando a descolonização afro-asiática ganhava força. Kennan, ao longo dos anos de 1960, não somente se opôs às pressões internacionais ao regime sul-africano, como também chegou a propor um modelo de "desenvolvimento separado" à América do Sul, muito semelhante ao apartheid, como a melhor forma de o continente se desenvolver (BORSTELMAN, 1993).

Em 1946 representantes indianos discursariam na ONU acerca das violações pelas quais a comunidade indiana sofria na África do Sul, sujeita à mesma segregação imposta aos negros. Esse tema colocou dois princípios da ONU em conflito, o da "não-intervenção" em assuntos internos, e o dos "direitos humanos e liberdades fundamentais sem distinção de raça". Os EUA, juntamente às potências coloniais, apoiariam a defesa sul-africana da primazia do princípio da "não-intervenção", justamente pela consciência de que, em seu país, também havia claras violações aos direitos da população negra, assim como uma forte segregação racial, ainda que não formalmente (BORSTELMAN, 1993).

À medida em que os EUA estabeleciam o Plano Marshall, acabavam por financiar, ainda que indiretamente, as posições europeias colonialistas, como a Inglaterra e a França. O pragmatismo americano aplicar-se-ia também a Portugal. O regime de Salazar ganharia o suporte norte-americano devido ao seu caráter anticomunista, assim como pelo estabelecimento do Acordo de Santa Maria de 1944, que permitia aos EUA o uso de bases militares estrategicamente essenciais aos EUA, devido a sua localização no Atlântico Norte (BOERSTELMAN, 1993).

Ficaria claro que, ao longo do governo Truman, o alvorecer do conflito leste-oeste e o intenso anticomunismo que permeava toda a atuação norte-americana em quaisquer âmbitos colocaria esses temas como os mais importantes da agenda dos EUA, sobrepujando temas paralelos. Esse seria o caso da Questão da Namíbia no período, considerado por Truman como de menor importância, não devendo distrair a ONU de seu tema principal, que era a contenção da expansão comunista. Também seria evidente o interesse norte-americano em minimizar os debates acerca da situação do Sudoeste Africano, devido às implicações que eles teriam na política norte-americana de não colocar à disposição do Conselho de Tutela da ONU as ilhas que controlavam no pacífico, colocando-se sempre na posição de moderar as críticas feitas ao governo de Pretória (BORSTELMAN, 1993).

Um exemplo da oscilação que marcou a política externa norte-americana frente à Questão da Namíbia fica demonstrado ao se analisar a postura de Kennedy, eleito em 1961, comparada à de Truman. Em um ambiente interno que debatia fervorosamente, ao longo dos anos de 1960, acerca da igualdade de direitos dos homens, por meio da atuação dos movimentos de defesa dos direitos civis, os EUA caminhavam rumo à condenação mais incisiva do regime de apartheid. Esse ambiente político redundou em ações concretas no plano interno, como a criação da Suprema Corte Anti-Segregação e também no plano internacional, como o embargo voluntário de armamentos imposto por Kennedy à África do Sul. Esse embargo funcionaria bem por alguns anos, até ser revogado pelo governo de Richard Nixon, após outra inflexão na postura perante à Questão da Namíbia (HERBSTEIN, 1989).

Apesar dos objetivos estratégicos norte-americanos relegarem a Questão da Namíbia a um plano secundário, no tocante à diplomacia, os EUA assumiam posturas oficiais mais cautelosas perante o resto do mundo. Na ONU, os EUA apoiariam formalmente medidas pró Namíbia ao longo das décadas de 1940 a 1960, com o voto contra a anexação do território pela África do Sul em 1946, e o voto a favor do governo de Lyndon Johnson à resolução de 1966, que revogou o Mandato da África do Sul na Namíbia. Essas ações destoaram da postura de outros países ocidentais mais identificados com o colonialismo, como a França e o Reino Unido, que votaram negativamente (HERBSTEIN, 1989).

Pode inferir-se a partir dessa análise, que o ambiente de Guerra Fria, no caso, influenciou os EUA e atuou positivamente à Namíbia, pois os norte-americanos disputavam esferas de influência com a URSS ao longo desses anos, atuando na ONU como um entusiasta

da descolonização, ao menos retoricamente, ainda que trabalhasse fortemente no *lobby* com vistas a abrandar o tom das críticas ao governo sul-africano por trás das cortinas. No entanto, também fica claro a burocratização da Questão da Namíbia, o que a prolongaria ainda mais o processo de descolonização do país ao longo dos anos.

Na década de 1970 a conjuntura política da África novamente teria influência na política norte-americana, e, conseqüentemente, na Questão da Namíbia. Após a retirada de Portugal do continente, os EUA passariam a financiar os movimentos de oposição ao MPLA em Angola, devido, principalmente, ao temor referente à presença cubana no país, e a "contaminação" que os governos comunistas das ex-colônias portuguesas implicavam na região. A inflexão da política norte-americana ficaria evidente também no afrouxamento do isolamento político e das restrições comerciais promovidas contra Pretória ao longo do governo Nixon. O maior entusiasta dessa inflexão da política norte-americana era o Secretário de Estado Henry Kissinger, "*Change, he argued, would only come through the white governments, and blacks would not gain political rights through violence*" (HERBSTEIN, 1989).

Os anos seguintes continuariam a apresentar oscilações na postura norte-americana. Cyrus Vance, ao assumir a Secretaria de Estado do governo Jimmy Carter, se deparou com uma conjuntura política extremamente delicada na África Austral. Atento à crise na região e, principalmente, às tensões geradas pela presença de tropas cubanas em Angola, Vance foi um dos responsáveis por reconduzir a Questão da Namíbia como um elemento importante na política externa norte americana, entendendo-a como parte do interesse nacional dos EUA. Herstein relata o discurso de Vance: "*If there were no credible negotiating initiative the Africans would be able to force a security council vote. We would then either be forced to damage our relationship with black Africa by vetoing the resolution or, by approving it, destroy the negotiating process and harm important Western interests*" (HERBSTEIN, 1989). Esse discurso demonstra o reconhecimento oficial do *trade off* que os EUA enfrentavam perante a Questão da Namíbia.

O governo Reagan marcaria mais uma oscilação na política externa norte-americana perante a Questão da Namíbia. Novamente, a descolonização do país deixaria de ser um objetivo do Departamento de Estado, para se tornar um meio de obter a retirada das tropas cubanas da África. Essa política, denominada como de "Engajamento Construtivo", adotada por Reagan, seria a responsável pela estagnação das negociações multilaterais acerca da

resolução da Questão da Namíbia, uma vez que a colocava como um meio, e não um fim, dentro dos objetivos estratégicos de Washington. Os EUA obteriam apoio do Reino Unido nesse posicionamento, principalmente devido aos estreitos vínculos e afinidades entre Reagan e a Primeira Ministra Margareth Thatcher (HERBSTEIN, 1989).

O responsável pela condução das relações com a África apontado por Reagan, Chester Crocker, chegou a enviar dois diplomatas norte-americanos da Embaixada norte-americana em Brasília ao Departamento de África do Itamaraty em 1983, defendendo a ideia de que a condicionalidade referente à retirada dos cubanos de Angola para que os sul-africanos deixassem o território namibiano era uma imposição de Pretória, e não norte-americana, ressaltando que "se a solução de todos os problemas regionais devesse preceder o da independência da Namíbia, ela nunca seria alcançada (DAF-II, 1983). Em 1986, Crocker discursou no Senado dos EUA sobre a situação da Namíbia, citando a "ausência de uma estratégia viável por parte do Ocidente para a descolonização da Namíbia".

A elaboração de um plano mais realista acerca da Questão foi um dos eixos que pautaram a elaboração da política de "Engajamento Construtivo", adotada por Reagan nas relações com a África do Sul. Com o "Engajamento Construtivo", o governo Reagan passou a vetar legislações no Congresso norte-americano que visassem pressionar Pretória, além de bloquear no Conselho de Segurança a imposição de novas sanções econômicas àquele país. A intenção de Washington era evitar o isolamento da África do Sul, promovendo, na realidade, incentivos para que o regime de apartheid fosse apenas abrandado (HERBSTEIN, 1989).

No âmbito da política do "Engajamento Construtivo", os EUA ofereceram os incentivos que faltavam para a África do Sul postergar a implementação da Resolução 435 e, conseqüentemente, a independência da Namíbia. O argumento norte-americano temia o denominado "efeito dominó" da eventual expansão comunista na região, retórica essa sempre defendida e reiterada pelo governo sul-africano, que se beneficiava do auxílio econômico e militar norte-americano há décadas. Tendo em vista o temor dos EUA que uma eventual revolução na África do Sul abrisse as portas do país a uma penetração marxista-soviética, mantinha-se a convivência com o apartheid; e, enquanto houvesse apartheid, não haveria independência na Namíbia. A África do Sul utilizar-se-ia muito bem dessa política norte-americana para legitimar sua presença na região e perpetuar o regime de apartheid, configurando-se como uma aliada do "mundo livre" nas disputas contra a expansão comunista.

4.2 Os impactos do Engajamento Construtivo e do Linkage na Questão da Namíbia

Em 1982 o Comissário para a Namíbia Martti Ahtisaari articulou importante acordo entre a SWAPO, a FLS e o GC, que daria base futuramente à Constituição democrática da Namíbia. O Grupo de Contato se reuniu em julho de 1981 para dar prosseguimento à iniciativa, que advinha de 1979, com a intenção de definir as bases que a futura constituição da Namíbia teria, nos moldes que o Acordo de "*Lancaster House*" servira para estabelecer os princípios que a Rodésia adotara após sua independência. Importante também seria a obtenção de apoio dos países africanos organizados nos FLS e na OUA para a consolidação do documento, que, de fato, serviu de base para a Constituição da Namíbia de 1990. O consenso foi obtido mediante um texto frouxo em determinados aspectos, principalmente com relação ao sistema eleitoral. O documento versava "*The electoral system will seek to ensure fair representation in the Constituent Assembly to different political parties which gain substantial support in the elections*" (VERGAU, 2010).

A África do Sul, novamente apelando ao argumento que condenava a imparcialidade da ONU, entregou em 1980 uma série de demandas ao Secretário Geral da ONU, solicitando o fim dos privilégios da SWAPO na entidade com relação aos outros partidos da Namíbia, principalmente no reconhecimento de "único representante legítimo do povo namibiano". Com a política do engajamento construtivo esse pleito ganha força em 1982, com o apoio de Chester Crocker a uma reavaliação do posicionamento da AG da ONU sobre a Questão, reiterando que o Conselho de Segurança não se declarara favorável à posição que reconhecia a SWAPO como única representante legítima do povo da Namíbia.

Apesar da política do "Engajamento Construtivo", as negociações multilaterais prosseguiram e a ação conjunta de diversos atores - dos embaixadores do GC na África do Sul, dos responsáveis pela política africana dos países do GC, dos representantes dos FLS, da SWAPO e da África do Sul - conseguiu apaziguar as denúncias sul-africanas sobre a "imparcialidade" da Sociedade Internacional perante a Questão da Namíbia. Essas negociações diplomáticas abriram espaço para o diálogo com Pretória acerca da dissolução da Assembleia Constituinte eleita à revelia dos planos da ONU, assim como a desmobilização da SWATF, *South West African Territorial Force*, 10.000 soldados convocados

compulsoriamente após a Resolução 435, não fazendo parte do conjunto de medidas adotados pelo CS.

No segundo semestre de 1982, as pressões sul-africanas acerca da imparcialidade da ONU, e o apoio norte-americano a essa percepção resultaram em um acordo denominado "*impartiality package*", que, por um lado, serviu a alguns interesses de Pretória, pois determinava o fim do auxílio financeiro da ONU à SWAPO, e o fim do tratamento preferencial da SWAPO nos organismos da ONU; mas, por outro, determinava a desmobilização monitorada da SWATF e atribuía à ONU a competência para decidir a composição da UNTAG (VERGAU, 2010).

O GC considerava, assim, seu trabalho concluído, uma vez que considerava que havia estabelecido os mecanismos para a implementação da Resolução 435 do CS. No entanto, a política de "*linkage*" norte americana protelaria, de fato, o início desse processo para o final da década, mais especificamente em 1988. Durante esse *gap* temporal, o GC permaneceria inerte, e só retomaria suas atividades em conjunto quando do fim da política do "Engajamento Construtivo", e do fim da ajuda militar norte-americana à UNITA, a partir de meados de 1988.

Era evidente que não havia mais condições políticas e diplomáticas para o Concerto das cinco potências atuar em conjunto, dada as grandes discrepâncias que a política externa norte-americana possuía com relação ao posicionamento de França, Alemanha e Canadá frente à Questão da Namíbia. Apesar de manterem reuniões regulares, com vistas a acompanhar o desenrolar da Questão da Namíbia, os representantes do GC sabiam de sua impotência perante ao tema enquanto existisse o "*linkage*". A França chegou a discursar, oficialmente, na reunião da OTAN de 1983, exprimindo sua oposição aos EUA nessa questão, retirando-se, momentaneamente, das reuniões do GC. O relato do diplomata alemão Vergau também exemplifica o papel de protagonismo que os EUA exerceram frente à Questão, demonstrando que, de fato, o GC era assimétrico em seu espectro político, dependendo, majoritariamente, dos norte-americanos para conduzir o processo negociatório:

(...)If this had been President Reagan's goal, he would undoubtedly have possessed sufficient internal political backing at the end of 1982 to enforce SCR 435 against opposition from South Africa. Individually, the other four would hardly have been in a position to act against the one-sided interests of their respective business lobbies, i.e. robustly threaten sanctions, but they would certainly have been able to follow a resolute US leadership (VERGAU, 2010).

A década de 1980 vislumbrou o crescente de pressões internacionais sobre a África do Sul, devido ao apartheid e à presença na Namíbia, resultando em sanções unilaterais voluntariamente impostas por uma série de países do Ocidente, assim como a constante condenação daquele regime que, cada vez mais, demonstrava ser totalmente anacrônico. Isso impulsionou a busca por uma conclusão à descolonização namibiana, uma vez que as condições para a implementação da Resolução 435 estavam, aparentemente, definidas. A partir de 1982, a Questão da Namíbia ficara condicionada diretamente à política externa norte-americana, e as reuniões multilaterais referentes a esse tema são conectadas intimamente à Guerra Civil de Angola, sendo que a retirada sul-africana é condicionada à remoção das tropas cubanas e soviéticas da ex-colônia portuguesa, de acordo com as exigências de Washington (KATJAVIVI, 1985).

A política de "*linkage*" norte-americana acabou sendo um dos fatores cruciais para o prolongamento da presença sul-africana na Namíbia ao longo de toda a década de 1980, o que redundou na alcunha "*Destructive engagement*" à política externa de Washington. Os Acordos de Nova Iorque de 1988, que determinariam, de fato, a independência da Namíbia, seriam concluídos muito mais devido à inflexão na política doméstica soviética, empreendida por Gorbachev, do que devido ao "Engajamento Construtivo". Na realidade, ao longo dessa década, a presença cubana na África dobrou entre 1983 e 1988, saltando de, aproximadamente, 25 mil soldados para 50 mil, o que demonstra o total fracasso da política dos EUA (VERGAU, 2010).

É um consenso historiográfico que a condução do processo de independência da Namíbia em sua fase final foi balizada de acordo com os interesses de Washington:

To the extent that the US was able to delay Namibia's independence for two decades and obtain agreement linking the independence of Namibia to the withdrawal of Cuban troops from Angola, it can be said that Washington achieved its objective. The Namibian conflict was thus an important piece in the Cold War puzzle. The "victory" was a step towards the consolidation of the status of the US as the "leading" global power, but there was a moral cost attached to the "victory" as virtually all countries, including Washington's own allies, condemned delaying Namibia's independence in the name of "linkage"(TSOKODAYI, 2004).

A segunda metade dos anos de 1980 representaria um período de inflexões. Em 1985 os EUA passam a financiar diretamente a UNITA, a partir da revogação pelo Congresso

norte-americano do "*Clark Amendment*", de 1976, que proibia o financiamento militar para quaisquer partidos em Angola. Nesse período, no entanto, também recrudesceram as pressões no seio da sociedade norte-americana pelo fim da política de "*linkage*".

Aos esforços norte-americanos que resultaram na condenação ao apartheid sul-africano a partir dos anos de 1980, relaciona-se um fator interno da sociedade norte-americana muito importante, que é o fato do período marcar a consolidação da conquista de direitos políticos por parte da população negra nos EUA, após décadas de lutas e avanços graduais, passando a exercer importante influência política nesse país. A partir, principalmente, das conquistas exercidas por meio do ativismo de líderes como Malcom X e Martin Luther King, que resultaram na Lei de Direitos Civis de 1964 e na Lei de Direito ao Voto de 1965, novas variáveis são somadas às equações que definem os rumos eleitorais da política norte-americana, e a condenação ao apartheid ganha força como uma agenda importante nessa questão, de forma a cooptar a população negra e angariar seu voto.

O fim da política do "Engajamento Construtivo" residiu na pressão que o Presidente Reagan passou a sofrer, principalmente após sua reeleição, sendo seu símbolo maior o discurso do Arcebispo Desmond Tutu, condenando essa política dos EUA. Tanto o Congresso norte-americano quanto o próprio Partido Republicano passariam a apoiar o Ato Compreensivo Antiapartheid de 1986, inclusive anulando o veto que Reagan daria ao projeto. Quaisquer novos investimentos norte-americanos no país eram banidos, assim como o comércio, abrindo espaço para iniciativas semelhantes da Europa e Japão (TSOKODAYI, 2004).

4.3 As condições para a independência

O primeiro passo para o desfecho definitivo da Questão da Namíbia ocorrera em 1980, após a eleição de Robert Mugabe na Rodésia, com a inflexão da postura da SWAPO nas negociações. Utilizando-se do rádio como meio de comunicação, Sam Nujoma anunciara em 11 de abril daquele ano uma flexibilização das demandas do partido, atestando que a população branca da Namíbia poderia continuar no país e manter suas propriedades, que a Namíbia não tinha intenção de entrar em guerra com a África do Sul, uma vez obtida a

independência, e que o território namibiano não serviria como base para o CNA atuar (UDOGU, 2012).

Essa inflexão da postura da SWAPO, demonstrando um maior comprometimento com a conciliação, saciou a angústia das elites econômicas e das oligarquias namibianas, que passaram a dialogar com o partido e aceitar, gradativamente, o processo de independência. (TSOKODAYI, 2004). Obviamente esse processo foi longo e a década de 1980 apresentaria uma conjuntura bastante oscilante com vistas à resolução da Questão da Namíbia, como descrito no capítulo anterior, no entanto, foi, claramente, o início do estabelecimento de um diálogo mais franco da SWAPO com os diversos grupos de interesse envolvidos na Questão.

O trato multilateral da Questão da Namíbia redundou em uma série de reuniões no final de década de 1980, quando se intensificava o sentimento internacional de que não se poderia mais prolongar a permanência sul-africana na região. Realizou-se reunião conjunta entre Cuba, Angola, África do Sul e EUA, em 1988, na cidade de Londres, para discutir um acordo capaz de enfim promover a implementação da Resolução 435, assim como, no mesmo ano, Gorbachev e Reagan se encontrariam em Moscou para determinar que as tropas cubanas deixariam Angola, e que a URSS encerraria seu apoio logístico quando a África do Sul desocupasse a Namíbia. O GC voltaria também a se reunir para discutir, novamente, a Questão da Namíbia (VERGAU, 2010).

Com esteio na mobilização internacional elaborou-se o Protocolo de Brazzavile, que determinaria a retirada das tropas estrangeiras de Angola, e, ainda em 1988, os Acordos de Nova Iorque, negociados entre o GC, os FLS e a África do Sul, determinando a retirada da África do Sul do território namibiano. Em janeiro de 1989 o Conselho de Segurança da ONU emitiria a Resolução 629, determinando que no dia 1 de abril daquele ano seria implementada a Resolução 435, após a instauração de um cessar fogo entre a África do Sul e a SWAPO (VERGAU, 2010).

Nas negociações para a implementação da Resolução 435, não somente a SWAPO mas também os países da África tiveram papel negociador extremamente importante, por meio da participação de representantes dos FLS na instauração de diálogo tanto com o GC quanto com a África do Sul:

(...)The process of seeking agreement benefited hugely from the participation of three extremely competent FLS representatives who argued calmly and objectively: Paul Rupia (UN Ambassador from Tanzania),

Joseph Legwaila (UN Ambassador from Botswana) and Fernando Honwana (Mozambique)(...) (VERGAU, 2010).

A implementação da UNTAG geraria novo atraso na implementação da Resolução 435, devido à dificuldades com relação ao orçamento da operação. O número original previsto de 7.500 capacetes azuis teve de ser diminuído para 4.650, o que gerou intenso debate no seio da ONU, e, acima de tudo, melindrou a SWAPO. Essa redução, e o atraso no planejamento da UNTAG - aprovada na AG apenas em março - posteriormente, seriam os fatores apontados pela SWAPO como as causas do massacre que seus membros sofreriam ao adentrar novamente o território de seu país (SHUBIN, 2008).

A reaproximação das superpotências ao fim da década de 1980, que delineavam o fim da Guerra Fria, possibilitou que o diálogo diplomático fosse conduzido com as diferentes partes envolvidas na Questão, de forma a se obter, finalmente, um desfecho satisfatório para todos os envolvidos. Chester Crocker seria o responsável por colocar na mesma mesa de negociação e mediar a interação entre representantes de Angola, Cuba, África do Sul, e URSS, em agosto de 1988, que estabeleceu o Protocolo de Genebra, encaminhando a solução não somente a Questão da Namíbia, mas também ajudando a apaziguar as tensões em Angola.

Em 16 de fevereiro de 1989, por meio da Resolução 632, o CS adotaria, por unanimidade, a implementação da Resolução 435. Por meio desse trato multilateral da questão, envolvendo tanto as superpotências - URSS e EUA - quanto os países envolvidos diretamente na dinâmica dos conflitos, percebe-se a inter-relação entre a conjuntura de Guerra Fria e o processo de descolonização da Namíbia. A independência namibiana havia sido postergada devido à ideologização da questão e à sua inserção nas disputas entre os interesses das superpotências por zonas de influência, principalmente a partir da "Segunda Guerra Fria" (TSOKODAYI, 2004).

O processo de transição para a independência se iniciaria de fato em 1989 e duraria 11 meses, recebendo auxílio do Grupo de Assistência à Transição da ONU (UNTAG), no entanto, não ocorreria sem grande instabilidade, expressa em conflitos entre o PLAN e tropas sul-africanas, impulsionados pela criação de uma unidade militar sul-africana denominada "Koevoet", posteriormente aos acordos de paz. No entanto a vigia ao processo de transição realizada, principalmente, pelo Movimento dos Países Não-Alinhados, garantiu que não houvesse a paralisia do período de transição, apesar da grande crise ocorrida no período (TSOKODAIY, 2004).

O Protocolo de Genebra estabelecera que 1 de novembro de 1988 seria o início da implementação da Resolução 435 da ONU, assim como para a retirada das tropas cubanas e sul-africanas de território angolano, determinando todos os processos logísticos e de supervisão dessa fase de transição para o cessar-fogo. De acordo com o Protocolo de Genebra o cessar fogo estava acordado, tendo os líderes Sam Nujoma e Pik Botha se comprometido, novamente, com a paz, em março de 1989, a partir da definição da Resolução 632, agendando a trégua para o dia 1 de abril. Todavia, o que se viu nessa data foi o recrudescimento do conflito armado, com a entrada na Namíbia de tropas da SWAPO, a partir da região de Ovambolândia, no norte, com a intenção de estabelecer bases em seu território, entrando em conflito com a polícia sul-africana (TSOKODAIY, 2004).

A demora na aprovação da UNTAG, e seu corte de efetivo, redundou na ausência de representantes da ONU na região durante os conflitos, o que impulsionou ainda mais o combate. De fato, houve uma série de erros nessa fase final do processo de independência, a começar pela ausência da SWAPO como parte direta das negociações, e a delimitação do posicionamento das tropas do PLAN em local diferente do que fora acordado previamente nas resoluções da ONU, o Paralelo 16 em Angola. (SHUBIN, 2008).

A África do Sul ameaçou abandonar a implementação da Resolução 435, acusando a UNTAG de ter falhado na administração do processo de transição do país. A resposta sul-africana foi bastante violenta, gerando críticas por parte da ONU, que, por sua vez, também foi duramente criticada por não ter sido capaz de administrar o processo de transição na região. Definitivamente, a ausência de membros da UNTAG acabou por causar e incentivar o conflito (TSOKODAIY, 2004).

Em 8 de abril as lideranças da SWAPO emitem ordens para que as hostilidades sejam cessadas, e os combatentes se dirigissem de volta a Angola, sob supervisão da UNTAG, que solicita a posse de todos os armamentos bélicos no processo. Evidentemente esse comando não foi aceito pelos namibianos, que partem de volta a território angolano por conta própria, gerando novos enfrentamentos (SHUBIN, 2008).

A crise de abril de 1989 é outra questão-chave que gera muito debate historiográfico. A morte de mais de 300 combatentes da SWAPO no período é rodeada de imprecisões e acusações ainda hoje. As negociações acerca do momento de transição não incluíram acordos sobre a possibilidade ou não da presença de bases da SWAPO na Namíbia durante o período. Influenciado por Robert Mugabe, do Zimbábue, que havia alocado seu exército de libertação

por toda área rural de seu país durante o período transacional rumo à independência; Sam Nujoma decidiu fazer o mesmo, o que resultou no massacre de seus combatentes pelas forças sul-africanas. Nujoma, posteriormente, acusaria o Ocidente de ser conivente com a estratégia do Ministro sul-africano Pik Botha, de reduzir o tamanho do efetivo da força de transição da ONU (UNTAG), principalmente no norte do país, onde ocorreu o incidente, remontando à diminuição orçamentária sofrida pela UNTAG.

Há críticas também com relação à condução do processo pela SWAPO, que se precipitou no deslocamento para dentro da Namíbia com o intuito de estabelecer bases próprias, uma vez que isso não estava estipulado nos acordos internacionais e não havia a presença da UNTAG na região para acompanhá-los. Especula-se que a intenção do partido era apresentarem-se como os heróis nacionais no dia da independência (VERGAU, 2010). Saunders também salienta a denúncia realizada por dissidentes da SWAPO que voltaram ao país em meio ao processo eleitoral em novembro de 1989:

"When the process leading to the first democratic election in November 1989 was getting under way, a group of those who had been detained by SWAPO in southern Angola returned to Windhoek after their release as part of the negotiated settlement providing for the transition to independence. On their return, they told of imprisonment and torture in the dungeons of Lubango" (SAUNDERS, 2004).

Essa discussão remonta novamente à discussão historiográfica acerca do processo de descolonização da Namíbia. A história "oficial" valorizada pela SWAPO esconde e não dá importância a essas denúncias contra o partido durante a Questão da Namíbia. O governo da SWAPO, por meio de sua liderança, admitiu ter cometido alguns erros ao longo de sua luta pela descolonização, publicando uma lista de nomes de pessoas que pereceram ao longo dessas disputas, porém, sem informações específicas acerca das circunstâncias em que isso ocorreu, suscitando inúmeras críticas tanto internas quanto internacionais.

Após as hostilidades iniciais, a UNTAG obtém sucesso na condução do processo de transição. Foi garantida anistia a criminosos políticos, principalmente os ligados à SWAPO, a legislação racista foi revogada e a África do Sul se retirou do território namibiano. No período, 40 mil refugiados, auxiliados pelo ACNUR, voltam ao país e participam das eleições da assembleia constituinte de 1989, que seria responsável por elaborar a Constituição do país (TSOKODAYI, 2004).

As eleições na Namíbia ocorreram de 7 a 11 de novembro de 1989, com a participação de 670.830 cidadãos, representando 97% dos que se haviam registrado. Das 72 cadeiras da Assembleia Nacional, a SWAPO ficou com 41, enquanto a ADT obteve 21 assentos. A SWAPO venceu as eleições mas não conseguiu os 2/3 necessários para aprovar quaisquer elementos constitucionais sem depender de negociação com a oposição, ainda sob forte influência sul-africana. A Constituição da Namíbia seria adotada em fevereiro de 1990, e a independência ocorreria em 21 de março, com Sam Nujoma, da SWAPO, eleito presidente do país (TSOKODAYI, 2004).

O diplomata alemão Hans-Joachim Vergau expressa todo júbilo do país naquela data histórica, tão aguardada durante gerações, demonstrando a importância que a independência da Namíbia teve para a África Austral como um todo:

After festive speeches, the South African flag was lowered and the Namibian flag hoisted. To the sounds of military music, a final unit of the former police marched in orderly fashion out of the stadium and SWAPO soldiers entered. People felt that this marked the beginning of a way out of apartheid for the whole of southern Africa. (...) Night had fallen, fireworks lit up the sky and the people in the stadium started to sing. The whole country was at peace (VERGAU, 2010).

CONCLUSÃO

O longo processo de descolonização da Namíbia pode ser considerado paradigma para a compreensão de como a diplomacia é regida por uma verdadeira equação de diferentes fatores, cada qual com uma determinada relevância na determinação de seus resultados. Ao longo do presente trabalho, a Questão da Namíbia foi analisada desde o período posterior ao fim da Segunda Guerra Mundial, englobando desde temas abrangentes, relativos a movimentos referentes à história mundial, como a formação da ordem internacional contemporânea, a descolonização afro-asiática e o ambiente de Guerra Fria, até questões mais específicas, como a política externa norte-americana, a presença sul-africana na Namíbia, o ambiente político desse país, e as negociações diplomáticas sobre o tema. A apreensão da influência que cada um desses fatores possuem na condução do processo de descolonização da Namíbia permite a compreensão de toda a complexidade e multidisciplinaridade não somente da Questão da Namíbia em si, como também das relações internacionais como um todo.

Ao final da Segunda Guerra Mundial as dinâmicas de funcionamento da política internacional alteraram-se imensamente. A Guerra Fria que se iniciava remetia à disputa entre superpotências com posições de destaque no Conselho de Segurança da recém criada ONU, organização cujo objetivo era zelar pela paz e pela segurança internacional. A Questão da Namíbia seria muito influenciada por essa transição e pela estrutura institucional da Organização das Nações Unidas.

A ONU fora moldada pelos países vencedores da Segunda Guerra Mundial, e seu arcabouço normativo foi elaborado, claramente, com vistas a promover a manutenção dos interesses dos países mais proeminentes no cenário internacional, ao mesmo tempo em que a África despertava a consciência de seu papel perante o mundo e ganhava importância política e econômica em nível global.

O intenso contato dos africanos com os ideais ocidentais foi um dos fatores que impulsionaram os movimentos nacionais dos países africanos, que ganharam importância ao longo dos anos de 1950. No entanto, os movimentos que buscavam o fim da presença colonial e sua consequente independência encontraram uma série de barreiras normativas naquele que seria o *locus* ideal para pleitear seus direitos, a ONU.

A soberania dos Estados era um dos elementos que a Carta da ONU mais enfatizava, e este princípio, por vezes, iria se sobrepor aos outros elementos presentes nesse mesmo documento, tais como o direito a autodeterminação dos povos e a defesa dos direitos humanos. A "não intervenção" em assuntos internos também fornecia a base teórica necessária para a manutenção da presença colonial europeia em diversos territórios africanos. O Conselho de Tutela da ONU outorgou características diferentes aos territórios ocupados e foi o instrumento utilizado para perpetuar a presença colonial, definindo essa ocupação - por meio da tutela - como a melhor maneira de promover o desenvolvimento econômico, político e social das colônias, em uma espécie de "destino manifesto" renovado e moralmente legitimado pelo ordenamento internacional.

Pode-se afirmar que até a década de 1960 a Questão da Namíbia se inseria em um contexto mais amplo, referente ao tema da descolonização como um todo. Nesse contexto se identifica as primeiras dificuldades que o povo da Namíbia encontraria em sua epopeia rumo à independência. Apesar de a ONU ter contribuído para a afirmação da retórica antirracista e do conceito de autodeterminação dos povos na Sociedade Internacional, sua estrutura normativa fornecia os subsídios necessários para a preservação do *status quo* dos territórios sob ocupação colonial. O fato de o Mandato do território do Sudoeste Africano ter sido outorgado a União Sul-Africana dificultou ainda mais o processo, tendo em vista a afinidade que os sul-africanos demonstrariam ter com os países colonialistas e com o modelo capitalista norte-americano.

Baluarte do novo papel que a África desempenhava no cenário internacional, a União Sul-Africana logo se tornou uma importante parceira econômica não somente da Inglaterra, sua antiga parceira, como também dos EUA, inserindo-se como um importante fornecedor de matéria prima nuclear, essencial aos interesses estratégicos de Washington na conjuntura de Guerra Fria. No âmbito político, os sul-africanos logo demonstrariam sua afinidade com o modelo capitalista e sua ambição em se tornar um forte elemento anticomunista na África Austral, estreitando sua relação com o Ocidente e tornando-o conivente com as políticas de segregação racial impostas pelo apartheid. Isso explica as razões pelas quais os EUA manteriam a proximidade à África do Sul, apesar de sua não identificação com o colonialismo em si.

À medida em que os movimentos independentistas africanos ganhavam força no cenário internacional, fortalecendo o ideal da descolonização e exercendo pressão na ONU,

também transparecia o caráter extremamente singular da situação do Sudoeste Africano. A Namíbia era uma colônia cuja metrópole era justamente uma ex-colônia e um vizinho africano, tendo sido também o único território a não ter seu Mandato entregue ao Conselho de Tutela da ONU, devido à persistente recusa sul-africana, que almejava anexar o país à União Sul-Africana.

A pressão exercida pelos países descolonizados que adentravam o sistema ONU, principalmente no seio da AG, e a ação da população namibiana visando expor sua situação redundou na internacionalização da Questão da Namíbia. A SWAPO, uma vez que definira sua identidade como a de um partido nacional e representante de todo povo da Namíbia, passou a utilizar a diplomacia como uma de suas principais ferramentas na busca pela independência do país, atuando, principalmente, na denúncia das consequências sociais e econômicas da ocupação estrangeira em seu território. O partido, que seria reconhecido como único e legítimo representante do povo da Namíbia, apesar de sua identificação com o marxismo, ostentou um caráter extremamente pragmático ao longo das décadas de luta por independência, buscando tanto o apoio do Ocidente quanto da URSS e da China.

A opção pela resolução da Questão da Namíbia pela via pacífica, dentro dos tabuleiros internacionais, foi o mecanismo priorizado pela SWAPO, devido a consciência que o partido tinha acerca de sua inferioridade perante o exército sul-africano. Tendo isso em vista percebe-se que a solução adotada para conduzir a Guerra de Independência, a ação guerrilheira, foi a única de fato possível ao PLAN, no entanto, os esforços bélicos do partido contribuíram, de fato, para pressionar a Sociedade Internacional, e o CS, a tratar do tema, atribuindo à Questão a conotação de ameaça a paz e segurança internacionais. A Guerra de Independência também serviria para legitimar a SWAPO como representante do povo da Namíbia, arregimentando o apoio da OUA e de sua população.

A década de 1960 marcaria o início de um processo de burocratização da Questão da Namíbia, marcada, principalmente, pela criação de uma série de comitês para tratar do tema, que malogravam em seus objetivos, eram desfeitos e sucedidos por outros, igualmente incapazes de cumprir seus mandatos. Com efeito, a constante recusa da África do Sul em dialogar acerca do tema, as decisões da CIJ e a falta de interesse dos países ocidentais em pressionar os sul-africanos resultaram em anos de negociações diplomáticas frustradas e um processo imensamente burocrático ao longo de décadas, enquanto a ocupação ilegal do

território da Namíbia se perpetuava e sua população sofria as consequências da Guerra de Independência promovida pela SWAPO.

A pressão internacional frente a África do Sul se intensificava ao longo dos anos, por meio de sanções impostas pela AG e pela declaração de ilegalidade que representava sua ocupação do Sudoeste Africano, mas o resultado disso era um isolamento cada vez maior de Pretória, que se mantinha irredutível na afronta à Sociedade Internacional.

Obviamente era do interesse do Ocidente a estabilidade na Namíbia, tendo em vista seus investimentos no país, principalmente dos EUA, por meio de empresas e conglomerados sul-africanos. Durante os anos de Guerra Fria, e, principalmente, após a descolonização portuguesa, o temor da ascensão de governos de esquerda na região fortaleceu a presença da África do Sul como um elemento anticomunista capaz de conter o avanço vermelho no continente. Dentro dessa estratégia, o território da Namíbia ganhava vasta importância, devido tanto a sua localização estratégica - servindo como base para o suporte sul-africano à UNITA em Angola - quanto a seus recursos minerais, que não deveriam, na visão Ocidental, em hipótese alguma estar à disposição da URSS após a eventual tomada de poder por um partido nacionalista e socialista no pós-independência.

O Ocidente toma as rédeas da Questão da Namíbia para si, definitivamente, ao estruturar o Grupo de Contato para centralizar a condução das negociações internacionais sobre o tema. A iniciativa demonstrou, primeiramente, a intenção de seus membros, EUA, França, Inglaterra, Canadá e Alemanha de enfraquecer as iniciativas africanas no seio da ONU, como o Conselho para a Namíbia, outorgando a si o protagonismo no trato da Questão. No entanto, também demonstrou a intenção de mediar as conversas entre a SWAPO e a África do Sul com vistas ao cumprimento da Resolução 385 do CS. Portanto, percebe-se que esses países não visavam inteiramente alijar as iniciativas da ONU, contanto que elas fossem elaboradas no seio de órgãos nos quais os ocidentais detinham maior controle, como o Conselho de Segurança, em que França, Inglaterra e EUA detinham o poder do veto.

As Resoluções 385, 435 e 566 marcam a inflexão da postura do Conselho de Segurança perante à Questão da Namíbia, tendo em vista que até então Resoluções nesse órgão eram constantemente vetadas, principalmente por França e Inglaterra. O Ocidente percebe que, no âmbito da disputa por esferas de influência da Guerra Fria, a Questão da Namíbia era um ponto extremamente negativo para eles, o que estava sendo devidamente explorado pela URSS. Portanto, ao menos no âmbito internacional, e no seio da ONU, onde

posições "oficiais" são determinadas, o Ocidente denuncia a ilegalidade da ocupação sul-africana na Namíbia, e adota posturas mais rígidas, como, por exemplo, na condenação veemente às eleições promovidas unilateralmente pela África do Sul na Namíbia, que redundou na vitória da ADT, extremamente vinculada aos interesses sul-africanos. Do ponto de vista diplomático, percebe-se que além dessa iniciativa sul-africana desmoralizar a atuação do GC, promoveria maior instabilidade na Namíbia, devido ao alijamento da SWAPO dessas eleições, o que redundaria na continuidade da Guerra de Independência, portanto, não se deve enganar quanto à atuação ocidental na Questão da Namíbia, que foi, acima de tudo, extremamente pragmática.

A perspectiva ambígua com relação às intenções dos ocidentais com a iniciativa do Grupo de Contato também se aplicam aos resultados alcançados por essa iniciativa. Apesar de o Grupo ter tido, de fato, papel decisivo na condução das negociações que redundariam na independência da Namíbia, ele estimulou o processo de burocratização das negociações e, por vezes, acatou as exigências sul-africanas, em nome do prosseguimento do diálogo. O que se conclui, no entanto, é que a África do Sul, apesar de ter atuado contrariando as normas internacionais por décadas, não somente com relação à ocupação da Namíbia, mas também com relação ao apartheid, foi respeitada e tratada como uma parte essencial às negociações, com grande poder de barganha. Portanto, percebe-se que ao tomar as rédeas da Questão da Namíbia para si, a mensagem do Ocidente foi clara: seriam eles que, de acordo com seus interesses, iriam conduzir o processo de descolonização da Namíbia, de modo que a transição de poder fosse controlada e o país independente fosse estável.

Apesar da iniciativa multilateral, o GC não ficou imune à correlação de forças existente na balança de poder do sistema internacional durante o período da Guerra Fria. A eleição de Reagan nos EUA redundaria na inflexão da política externa norte-americana em diversos aspectos, e a Questão da Namíbia não ficaria alheia a isso. A política do "engajamento construtivo" norte-americana com relação às relações com a África do Sul, e a política de "*linkage*" com relação à descolonização da Namíbia marcariam o desmantelamento do GC, uma vez que os EUA elaboravam sua estratégia perante a Questão de forma unilateral. O retrocesso imposto pelo governo Reagan na resolução da situação namibiana seria a grande responsável por sua conclusão somente na década de 1990, pois fortaleceu a posição de resistência sul-africana.

A SWAPO demonstrou sua decepção com a condução da descolonização de seu país pelas vias diplomáticas à medida em que a Questão era postergada, tendo enfatizado na história oficial do país, escrita no pós-independência, a sua luta armada como a grande responsável por "livrar o país da presença sul-africana", em detrimento da divulgação da imensa importância dos processos multilaterais de negociação. Uma vitória militar, após 45 anos de persistência, soa mais conveniente ao partido do que enfatizar o fato de terem sido negligenciados diplomaticamente e se manterem impotentes na resolução da Questão durante esse longo período.

A Namíbia se tornaria independente somente com o fim da Guerra Fria, quando a ameaça comunista já não era mais factível, e com o inevitável malogro do apartheid sul-africano. Os 45 anos em que o tema foi abordado e discutido em âmbito internacional são um verdadeiro paradigma para a análise de como a estrutura da Sociedade Internacional, refletiu, no período, as lógicas de poder globais e serviu, preponderantemente, aos interesses dos Estados dominantes. Portanto, pode-se afirmar com convicção que a Questão da Namíbia se situa entre os fracassos da diplomacia internacional no século XX.

REFERÊNCIAS

- ALDRICH, Robert; CONNELL, John. **The Last Colonies**. Cambridge: Cambridge University Press, 1998.
- BAINES, Gary. **The Battle for Cassinga: Conflicting Narratives and Contested Meanings**. Cidade do cabo: Rhodes, 2007.
- BEKOE, Dorina A. **Implementing Peace Agreements - Lessons from Mozambique, Angola, and Liberia**, Londres: Palgrave Macmillan, 2008.
- BETTS, Raymond. **Decolonization**. Londres: Routledge, 1998.
- BIRMINGHAM, David. **The Decolonization of Africa**. Kent: UCL Press, 1995.
- BORSTELMANN, Thomas. **Apartheid's Reluctant Uncle - The United States and Southern Africa in the Early Cold War**. Nova Iorque: Oxford University Press, 1993.
- CLAPHAM, Christopher. **Africa and the international system - The politics of state survival**. Cambridge: Cambridge University Press, 1996.
- CRAWFORD, Neta C; KLOTZ, Audie. **How Sanctions Work - Lessons from South Africa**. Londres: Macmillan Press, 1999.
- DAF-II. **Memorando Confidencial. Questão da Namíbia, visita de diplomatas norte-americanos à DAF-II**. Brasília: Ministério das Relações Exteriores, 1983.
- DAVENPORT, T.R.H. **South Africa: A Modern History**. Londres: Macmillan Press, 2000.
- DU PISANI, Andre. "Where Others Wavered". **Journal of Namibian Studies**. Windhoek, 2007.
- DUARA, Prasenjit. **Decolonization - Rewriting Histories**. Londres: Routledge, 2004.
- DULFFER, Jost; FREY, Marc. **Elites and Decolonization in the Twentieth Century**. Londres: Palgrave Macmillan, 2011.
- GUIMARÃES, Samuel Pinheiro. **África do Sul - Visões Brasileiras**. Brasília: FUNAG, 2000.

HERBSTEIN, Denis; EVENSON, John. **The Devils Are Among Us, The War for Namibia**. London: Zed Books, 1989.

KATJAVIVI, Peter H. **A History of Resistance in Namibia**. Londres: Palgrave Macmillan, 1988.

KOK, Pletter. **Migration in South and Southern Africa**. Cidade do Cabo: HSRC Press, 2006.

LEONARD, Richard. **South Africa at War - White Power and the Crisis in Southern Africa**. Westport: Lawrence Hill & Company, 1983.

MELBER, Henning. **Transitions in Namibia - Which Changes for Whom**. Villavägen: Nordiska Afrikainstitutet - Uppsala, 2007.

MCWILLIAMS, Mike. **Battle for Cassinga: South Africa's Controversial Cross-Border Raid, Angola 1978**. Durban: BAB, 2011.

MINTER, William. **Portuguese Africa and the West**, Nova Iorque: Monthly Review Press, 1972.

NAMAKULU, Oswin. **Armed Liberation Struggle. Some Accounts of PLAN's Combat Operations**. Windhoek: Gamsberg Macmillan, 2005.

NEWSOM, David. **The Imperial Mantle - The US, Decolonization, and the Third World**. Indianapolis: Indiana University Press, 2011.

PATIL, Vrushali. **Negotiating Decolonization in the United Nations**. Londres: Routledge, 2008.

PENNA Filho, Pio. **O Brasil e a África do Sul - O Arco Atlântico da Política Externa Brasileira. (1918 - 2000)**. Brasília: FUNAG, 2008.

_____. **O Brasil e a descolonização da África nos anos Kubitschek (1956-1961)**. 1v. 175 p. Mestrado. Universidade de Brasília – História. Brasília, 1994.

RANGER, Terence. "Nationalist Historiography, Patriotic History, and the History of the Nation: the struggle over the past in Zimbabwe". **Journal of Southern African Studies**. Palgrave Macmillan, 2004.

SARAIVA, José Flávio. "Do silêncio à afirmação: Relações do Brasil com a África". **O Desafio Internacional**. Brasília: UnB, 1994.

_____. **O lugar da África: A dimensão atlântica da política externa brasileira (de 1946 a nossos dias)**. Brasília, UnB, 1996.

_____. **História das Relações Internacionais Contemporâneas: da sociedade internacional do século XX à era da globalização**. São Paulo: Saraiva, 2008.

SAUNDERS, Christopher. "History and the Armed Struggle: From anti-colonial propaganda to "patriotic history." In MELBER, Henning (Ed). **Transitions in Namibia - Which Changes for Whom**. Villavägen: Nordiska Afrikainstitutet - Uppsala, 2007.p.13-29.

SCHRAEDER, Peter J. **United States Foreign policy towards Africa - Incrementalism, Crisis and Change**. Cambridge: Cambridge University Press, 1994.

SILVESTER, Jeremy; GEWALD, Jan-bart. **Words Cannot Be Found - German Colonial Rule in Namibia**. Boston: Brill, 2003.

SHUBIN, Vladimir. **The Hot Cold War - The USSR in Southern Africa**. África do Sul: UKZN Press, 2008.

SWAPO, Departamento de Informação e Publicidade. **Nasce uma Nação: A luta da liberdade da Namíbia**. Luanda: Zed Press, 1985.

THOMSON, Alex. **U.S. Foreign Policy Towards Apartheid South Africa, 1948-1994 - Conflict of Interests**. Londres: Palgrave Macmillan 2008.

TSOKODAYI, Johannes Cleophas. **Namibia's independence struggle: The role of the United Nations**. Bloomington: Xlibris, 2004.

UDOGU, Emmanuel Ike. **Liberating Namibia : The long diplomatic struggle between the United Nations and South Africa**. Carolina do Norte: Mcfarland, 2012.

VISENTINI, Paulo; Pereira, Lúcia. **África do Sul - História, Estado e Sociedade**. Brasília: FUNAG/CESUL, 2010.

WALLACE, Marion. **A history of Namibia: from the beginning to 1990**. Nova Iorque: Columbia University Press, 2011.

